**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**
**DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**
Curso Reconhecido pelo MEC, Portaria 485 de 14/05/2020, publicada no D.O.U 18/05/2020

**RAQUEL DE JESUS LIMA BARROS**

# A ARGUMENTAÇÃO NOS DISCURSOS DE VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA SOBRE A GREVE DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE 2022

Feira de Santana-BA
2025

**RAQUEL DE JESUS LIMA BARROS**

# A ARGUMENTAÇÃO NOS DISCURSOS DE VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA SOBRE A GREVE DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE 2022

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – PPGEL – da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

**Orientador:** Prof. Dr. Eduardo Lopes Piris

Feira de Santana-BA
2025

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

B282a

Barros, Raquel de Jesus Lima

A argumentação nos discursos de vereadores da Câmara Municipal de Feira de Santana sobre a greve dos professores municipais de 2022 / Raquel de Jesus Lima Barros. – 2025.

130 f.: il.

Orientador: Eduardo Lopes Piris

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudo Linguísticos, Feira de Santana, 2025.

1. Discurso politico. 2. Retórica. 3. Doxa. 4. Argumentação. 5. APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia. I. Piris, Eduardo Lopes, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU 801 (814.22)

Daniela Machado Sampaio Costa - Bibliotecária - CRB-5/2077

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**RAQUEL DE JESUS LIMA BARROS**

**A ARGUMENTAÇÃO NOS DISCURSOS DE VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA SOBRE A GREVE DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE 2022**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovado em 25 de março de 2025

**BANCA EXAMINADORA:**

gov.br Documento assinado digitalmente
EDUARDO LOPES PIRIS
Data: 24/06/2025 13:21:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Eduardo Lopes Piris
Orientador (UEFS)

gov.br Documento assinado digitalmente
CARLA SEVERIANO DE CARVALHO
Data: 25/06/2025 07:37:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dra. Carla Severiano de Carvalho
Avaliadora externa (Universidade do Estado da Bahia - UNEB)

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCAS NASCIMENTO SILVA
Data: 26/06/2025 15:27:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Lucas Nascimento Silva
Avaliador interno (Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS)

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me abençoado e sustentado ao longo dessa caminhada. Em segundo lugar, agradeço a minha família por ter me possibilitado a realização de todas as etapas para a conclusão dessa fase da minha vida. Agradeço ao meu orientador, o professor Dr. Eduardo Lopes Piris por ter aceitado me orientar, e por fim, agradeço a minha filha Alice, que é o meu maior amor e razão da minha motivação!

## RESUMO

O parlamento municipal se constitui como arena de disputas políticas e de atuação dos agentes políticos que estão mais próximos da população. Seja através da representação de um grupo específico ou de toda população, estes agentes sobem à tribuna e proferem seus discursos argumentativos que objetivam convencer seu auditório daquilo que defendem. As Sessões Ordinárias nºs 35, 36 e 37/2022 da Câmara Municipal de Feira de Santana foram palco de um dos momentos mais marcantes dessa Casa Legislativa, tendo em vista a controvérsia pública em que se desenvolveram os discursos proferidos pelos vereadores no tempo da liderança da oposição e do governo. A referida controvérsia refere-se a ocupação do prédio da Prefeitura Municipal pela categoria dos professores do município, na figura da APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia, tendo contado, a princípio, com a presença de vários vereadores que se dirigiram ao local a fim de participarem de uma reunião com o Prefeito, e no entanto, acarretou em um confronto físico violento com a guarda municipal, deixando vários feridos, e sendo alvo de diversas reportagens em âmbito municipal e estadual. Tendo em vista o trabalho desta pesquisadora como Redatora na referida Casa da Cidadania e a pouca ênfase dada ao parlamento municipal nos estudos sobre o legislativo, esta pesquisa objetiva compreender a controvérsia pública em torno da greve dos professores municipais de 2022, a partir dos discursos dos Líderes do Governo e da Oposição nas Sessões supracitadas, assim como, caracterizar o auditório; identificar a *doxa*; e compreender o funcionamento dos esquemas argumentativos nos pronunciamentos selecionados. O *corpus* desta pesquisa se constitui pela Sessão anterior a controvérsia pública, nº 35/2022; a Sessão que ocorreu logo após a controvérsia pública, nº 36/2022; e a Sessão subsequente, nº 37/2022, nas figuras dos vereadores Líder da Oposição e do Governo. O aporte teórico que subsidiou as análises foi estabelecido a partir dos estudos da retórica de Aristóteles e da nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, esses últimos, em conformidade com o *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. Quanto à abordagem dos elementos que serviram de base à análise do *corpus*, nos servimos dos estudos de Charaudeau (2011) e Piovezani (2003) para versar sobre discurso político; Fiorin (2018) e Amossy (2020) para tratar sobre o orador, o auditório e a *doxa*. Do ponto de vista da análise, foi utilizada uma perspectiva discursivo-argumentativa, que se enquadra na abordagem qualitativa do tipo documental, tendo em vista que o *corpus* se apresentou de forma escrita, a partir da transcrição do áudio dos pronunciamentos selecionados. Nessa perspectiva, espera-se que este trabalho possa contribuir para pesquisas futuras, assim como para a construção de conhecimentos relacionados à argumentação no discurso político, principalmente em âmbito municipal.



**Palavras-chave:** Auditório; *Doxa*; Esquemas Argumentativos; Nova Retórica e Parlamento Municipal.

## ABSTRACT

The City Council is like an arena for political contests and the action of political agents who are closest to the population. Through the representation of a specific group or the entire population, these agents take place on a tribune and their argumentative speeches that aims to convince their audience about what they defend Ordinary Sessions Nºs 35, 36 and 37/2022 of the Feira de Santana City Council were the stage for one of the most remarkable moments of this Legislative House, due to the public controversy of the speeches made by the councilors during the time of the opposition and government leadership developed. The aforementioned controversy refers to the occupation of the City Hall for civils servants who worked as teachers, represented by the APLB – Union of Education Workers of the State of Bahia, initially attended by several councilors who took part in a meeting with the Mayor, and however, resulted in a violent confrontation with the municipal guard, leading several injured, and being the main topic for several reports locally till state level. On account of this researcher work as a Editor at the Feira de Santana City Council and the less emphasis dedicated to the municipal parliament in the studies about legislature, this research aims to understand the public controversy surrounding the 2022 municipal teachers' strike, based on the speeches of the Government and Opposition Leaders in the aforementioned Sessions, as well as, characterizing the auditorium; identify doxa; and understand the functioning of the argumentative schemes in the selected statements. The corpus of this research is constituted by the Session prior to the public controversy, nº 35/2022; the Session that took place shortly after the public controversy, nº 36/2022; and the subsequent Session, nº 37/2022, in the figures of the Opposition and Government Leader councilors. The theoretical approach that supported the analyzes were established according to the studies of Aristotle's rhetoric and the new rhetoric of Perelman and Olbrechts-Tyteca, the latter, in accordance with the Treatise on Argumentation: the new rhetoric. The approaching used as the basis for analyzing the corpus were developed by Charaudeau (2011) and Piovezani (2003) to deal with political speech; Fiorin (2018) and Amossy (2020) to handle with the speaker, the audience and the *doxa*. From this point of view, a discursive-argumentative perspective was used, which fits into the qualitative approach of the documentary type, considering that the corpus was presented in written form, based on the audio transcription of the selected statements. In this perspective, it is hoped that this work may contribute to future research, as well as to the building of knowledge related to argumentation in political discourse, mainly at the municipal level.



**Keywords**: Auditorium; *Doxa*; Argumentative Schemes; New Rhetoric and City Council.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1** – Passeata APLB

**Figura 2** – Assembleia da APLB

**Figura 3**: Outdoor APLB

**Figura 4**: Chamamento para mobilização

**Figuras 5, 6 e 7**: Ocupação da Prefeitura de Feira de Santana

**Figura 8**: Lugares de fabricação do discurso político

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 01** – Manchetes

**Quadro 02** – A *doxa* do vereador Líder do Governo

**Quadro 03** – Enquadramentos

**Quadro 04** – A *doxa* do vereador Líder do Governo

**Quadro 05** – Enquadramentos

## LISTA DE ABREVIATURAS

**APLB** Delegacia Sindical Sertaneja

**FUNDEF** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

**IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**LOA** Lei Orçamentária Anual

**LRF** Lei de Responsabilidade Fiscal

**MAPA** Memória da Administração Pública Brasileira

**NTE** Núcleo Territorial de Educação

**ONG** Organizações Não-Governamentais

**SUMÁRIO**

1. **INTRODUÇÃO**.....9

1.1 CONTROVÉRSIA PÚBLICA .....12

2. **CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO**.....14

3. **DISCURSO POLÍTICO** .....24

3.1 O DISCURSO POLÍTICO E O PODER.....24

3.2 O DISCURSO POLÍTICO E SEUS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO .....25

3.3 O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA.....27

3.4 O DISCURSO POLÍTICO E A MÍDIA .....29

3.5 DISCURSO POLÍTICO MUNICIPAL - CÂMARA DE VEREADORES DE FEIRA DE SANTANA.....31

4. **ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO**.....34

4.1 DA RETÓRICA À NOVA RETÓRICA .....34

4.2 DA NOVA RETÓRICA PARA A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO.....40

4.3 ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS .....44

4.4 ORADOR, AUDITÓRIO E *DOXA*.....51

4.4.1 O Orador.....51

4.4.2 O auditório.....54

4.4.3 A *Doxa*.....58

5 **METODOLOGIA DA PESQUISA**.....64

5.1 NATUREZA DA PESQUISA E DELIMITAÇÃO DO CORPUS .....64

5.2 TRANSCRIÇÃO DO DISCURSO DO VEREADOR LÍDER DA OPOSIÇÃO - SESSÃO Nº 35/2022.....66

5.3 TRANSCRIÇÃO DO DISCURSO DO VEREADOR LÍDER DA OPOSIÇÃO - SESSÃO Nº 36/2022.....68

5.4 TRANSCRIÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS – SESSÃO Nº 37/2022.....72

5.4.1 Pronunciamento do vereador Líder do Governo .....72

5.4.2 Pronunciamento do vereador Líder da Oposição .....75
6. **ANÁLISE DOS PRONUNCIAMENTOS** .....77
6.1 A SESSÃO ORDINÁRIA Nº 35 DE 2022 .....77
6.1.1 Análise argumentativa do pronunciamento do vereador Líder da oposição .....79
6.1.1.1 A questão colocada, a tese defendida e a estratégia argumentativa empreendida.....79
6.1.1.2 O auditório e a *doxa* do Líder da Oposição.....82
6.2 A SESSÃO ORDINÁRIA Nº 36 DE 2022 .....84
6.2.1 ANÁLISE ARGUMENTATIVA DO PRONUNCIAMENTO DO VEREADOR LÍDER DA OPOSIÇÃO.....85
6.2.1.1 A questão colocada, a tese defendida e a estratégia argumentativa empreendida.....85
6.2.1.2 O auditório e a *doxa* do Líder da Oposição.....94
6.3 A SESSÃO ORDINÁRIA Nº 37 DE 2022 .....97
6.3.1 ANÁLISE ARGUMENTATIVA DO PRONUNCIAMENTO DO VEREADOR LÍDER DO GOVERNO.....99
6.3.1.1 A questão colocada, a tese defendida e a estratégia argumentativa empreendida.....99
6.3.1.2 O auditório e a *doxa* do vereador Líder do Governo.....106
6.3.2 ANÁLISE ARGUMENTATIVA DO PRONUNCIAMENTO DO VEREADOR LÍDER DA OPOSIÇÃO.....110
6.3.2.1 A questão colocada, a tese defendida e a estratégia argumentativa empreendida.....110
6.3.2.2 O auditório e a *doxa* do vereador Líder da Oposição.....118
7. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**.....121
**REFERÊNCIAS** .....123

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo Charaudeau (2011, p. 40) a ação política e o discurso político estão ligados de forma indissociável, o que justifica por este mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso, para ele qualquer enunciado pode ter um sentido político a partir do momento em que a situação o autorizar. Desta mesma forma, um enunciado aparentemente político, pode servir apenas de pretexto para dizer algo que não é política, assim, não é o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna.

Portanto, o pensamento político não está reservado aos seus agentes, nem aos pensadores da coisa política, mas àqueles que estabelecem os modos de interação e a identidade dos participantes implicados neste pensamento. Além disso, os discursos políticos podem ocorrer nos mais diversos espaços, como por exemplo na mídia, a qual, segundo Piovezani (2003, p. 57) tem traçado estratégias midiático-publicitárias para o cerne do campo político, e fomentado a atuação politizada da sociedade civil, a qual tem buscado neste segmento uma posição de agente político que busca desvelar suas mentiras e segredos, através de denúncias ou dos debates políticos, comumente vistos, principalmente durante as corridas eleitorais.

Desta forma, para além do espaço público midiático, os discursos políticos podem ser proferidos nos mais diversos ambientes por pessoas que não exercem funções políticas, mas devido a situação de comunicação podem ser caracterizados como políticos. No entanto, neste mesmo âmbito, existem os discursos proferidos pelos agentes políticos em seus espaços oficiais de atuação, como no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. Locais em que os agentes políticos defendem suas ideias, e expõem seu ponto de vista sobre os mais diversos temas que envolvem a sociedade.

Segundo Alarcon (2015, p. 219 - 220), a instância municipal no Brasil foi a primeira forma de poder, instituído no ano de 1532, em São Vicente - São Paulo, por Martin Afonso de Souza e outorgado pelo rei de Portugal, Dom João III. A “Câmara Vicentina”, como era chamada, “possuía poderes referentes a limpeza das áreas públicas, cobrança de taxas e impostos, ordem pública, fiscalização e realização de construções”. No decorrer dos séculos e mesmo diante das diversas transformações no cenário político, incluindo o período da ditadura militar, no qual os vereadores tiveram seu papel e suas funções em muito inviabilizadas, as Câmaras de vereadores se consolidaram como espaço de relevância democrática. Isso porque os vereadores são as pessoas mais próximas da sociedade, em contato direto com seus

problemas e necessidades, o que lhes permite providenciar as soluções esperadas, ainda que muitas vezes contrárias aos interesses do Poder Executivo.

Neste contexto, a Câmara de Vereadores de Feira de Santana caracteriza-se como instância de atuação do Poder Legislativo em âmbito municipal, local onde os vereadores, agentes políticos eleitos pela população de forma proporcional, desempenham suas funções de trabalho em prol do desenvolvimento da cidade e da sua população, além de fiscalizar as ações do Poder Executivo. Na cidade de Feira de Santana o poder Legislativo é exercido atualmente através da atuação de 21 vereadores de diferentes partidos, tendo a referida Casa Sessões plenárias Ordinárias de terça à quinta-feira, momento no qual são tratados os assuntos de interesse da cidade, através da exposição de temas relevantes à população e de problemas enfrentados pelos munícipes, assim como, através da Ordem do dia, momento no qual são votados Requerimentos, Projetos Lei Ordinária, Projetos de Lei Complementar, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei Orçamentária Anual (LOA), entre outros projetos que servirão de base para a organização do viver em sociedade da população do município, e da destinação orçamentária dos recursos públicos.

Desta forma, é no plenário das Câmaras Municipais que os discursos da vereança são comumente proferidos. Sobre eles, podemos afirmar que veiculam juízos de valor que não são isentos de ambiguidade, no qual o agente político deseja persuadir ou convencer seu auditório, sendo que esse objetivo perpassa pelo campo da argumentação, tendo em vista a utilização de premissas que interfiram na opinião dos interlocutores.

Desta forma, é importante na análise do discurso político levar em consideração o auditório estabelecido pelo orador a fim de identificar as estratégias argumentativas que serão utilizadas para convencê-lo. Por auditório, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 22) entendem, de forma geral, como "o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação". Na obra *Tratado da Argumentação: a nova retórica* de mesmos autores, a argumentação vincula-se à tradição da retórica e da dialética gregas, e constitui-se uma "*ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes*" (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 1, grifo dos autores). Desta forma, a argumentação como forma de influenciar a ação caracteriza-se por criticar a "ideia de *evidência* como característica da razão" (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 4, grifo dos autores).

Tendo isso em vista, a obra dedica-se às técnicas argumentativas que objetivam a adesão e a persuasão do seu auditório, nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 4, grifo dos autores) o "objeto dessa teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar*

*ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam o assentimento*", afastando-se da perspectiva demonstrativa, a qual ocorre conforme regras explicitadas em sistemas formalizados, não se preocupando se estes serão aceitos pelo auditório. Neste sentido, ao contrário, a argumentação se caracteriza por uma interação constante entre todos os seus elementos, da qual "não se pode exigir o falso e o verdadeiro, mas se argumenta sobre o razoável, sobre o opinável" (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 25).

É nesse contexto discursivo-argumentativo que os discursos políticos são proferidos e serão analisados nesta pesquisa. Tais discursos foram produzidos, no ano de 2022, nas sessões ordinárias da Câmara Municipal de Vereadores da cidade de Feira de Santana, em meio à controvérsia pública da greve dos professores da rede municipal de ensino, momento no qual houve a ocupação do prédio da Prefeitura da cidade pelos professores da rede municipal, estando presentes também alguns edis, que em meio às ações dos guardas municipais sofreram agressões físicas e verbais. Tal evento marcou a história da referida Casa da Cidadania, entrando oficialmente para o Calendário de Eventos do Município como o "Dia Municipal de Luta pela Valorização da Educação", assim como sendo alvo de diversas reportagens em âmbito municipal e estadual.

Neste contexto, este estudo tem por objetivo geral compreender a controvérsia pública em torno da greve dos professores municipais de 2022 a partir dos discursos do Líder do Governo e do Líder da Oposição nas Sessões Ordinárias nºs 35, 36 e 37/2022 da Câmara de Vereadores de Feira de Santana. E por objetivos específicos, caracterizar o auditório desses pronunciamentos, identificar a *doxa*, e compreender o funcionamento dos esquemas argumentativos nos discursos selecionados.

Isso porque, segundo Amossy (2020), a nova retórica discorre que a adaptação ao auditório, é antes de tudo apostar em pontos de acordo, para isso, faz-se necessário que o orador baseie seu discurso em premissas já aprovadas por seu público a fim de que possa conquistar a adesão. Desta forma, para acertar nessas premissas é preciso fazer hipóteses sobre as opiniões, as crenças, e os valores daqueles a quem ele se dirige. Desta forma, adaptar-se ao auditório é antes de tudo levar em consideração a sua *doxa*, por estar intimamente relacionada com a lógica da argumentação dos seus discursos.

Desta maneira, a partir do cumprimento dos referidos objetivos, esperamos contribuir para a construção de conhecimento sobre os discursos do parlamento municipal, principalmente no que se refere à argumentação no discurso político.

## 1.1 CONTROVÉRSIA PÚBLICA

Na Obra “Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora”, de Bruno Latour, o autor direciona seus leitores para a construção do conhecimento a partir da formulação de sentenças ou enunciados que encerram um sentido geral sobre determinado assunto pesquisado. Segundo o autor, se a atribuição de certeza se repete retrospectivamente, a sentença poderá ser tomada como fato, se não for, é considerada como ficção. Ou seja, um enunciado pode ser tomado como fato ou ficção em virtude da maneira como está inserido em outros.

A este movimento de contestação de sentenças, onde há disputa pelo status de “fato”, o autor denomina como controvérsia. Conforme Latour (2020, p.31), “as controvérsias são momentos privilegiados de visibilidade dos atores sociais envolvidos numa disputa ou debate, uma vez que provocam o surgimento de enunciados contrários rompendo com o consenso habitual e exigindo que os diferentes atores se posicionem e sejam posicionados pelos demais”. Ou seja, uma controvérsia é a contestação de sentenças que buscam a atribuição de certeza, mobilizando atores sociais, arregimentando recursos e participando da construção de fatos sociais.

Esta definição nos permite vislumbrar o conceito de diversas formas discursivas por diferentes agentes sem a necessidade de supor que eles estão todos disputando no interior de um mesmo campo e que manejam visões de mundo de um só campo.

De acordo com Venturini (2011, p. 6 apud Montero, 2012) define-se controvérsia como uma forma de “incerteza compartilhada”, ou seja, “uma série de situações nas quais os atores estão de acordo de que discordam entre si”. Desta forma, é inerente a controvérsia, a divergência de opinião, a posição oposta em relação a determinado assunto.

Segundo Billig (1987 apud Ribeiro, 2012), o estudo retórico não deveria se limitar às expressões manifestadamente argumentativas ou explicitamente persuasivas, mas ser encarado como um aspecto fundamental da maneira pela qual as pessoas interagem e chegam à compreensão de determinado assunto. Segundo o autor, as atitudes deveriam ser vistas como posturas públicas que são inseparáveis da controvérsia, desta forma, ao indicarmos nossas atitudes, fazemos mais do que meramente expressar nossas crenças sociais, mas também nos localizamos dentro de uma controvérsia pública.

De acordo com Potter (1996), em seu livro *La representación de la realidade: discurso, retórica y construcción social*, quando se analisa descrições, partimos do interesse em

determinar quais argumentos ou afirmações alternativas estão sendo usados, considerando que um dos aspectos de qualquer descrição é que ela compete contra outras que lhe são opostas. Nessa perspectiva, a retórica será evidenciada na forma como argumentos opostos se enfrentam em uma controvérsia.

De acordo com Charaudeau (2017, p. 29, tradução nossa), “a controvérsia é descrita como uma troca polarizada, que se funda na confrontação pública entre posições diferentes sobre um mesmo tema, na qual cada interlocutor defende um ponto de vista e busca invalidar a argumentação adversa, com a expectativa de afirmar sua posição e conquistar a adesão da maioria”.

Nessa perspectiva, esta pesquisa objetiva analisar discursos políticos da controvérsia pública instalada entre os atores sociais Líder do Governo e Líder da Oposição da Câmara de vereadores de Feira de Santana, os quais assumem posição oposta diante da greve dos professores de 2022. É importante destacar que a controvérsia pública a ser analisada também pode ser caracterizada como polêmica, conforme os conceitos de Amossy (2008, p. 237), a polêmica caracteriza-se pela “confrontação violenta entre teses antagônicas entre duas instâncias que tentam obter a adesão do outro, ou de um terceiro que ataca na tentativa de desacreditar o orador”, no entanto, em decorrência dos desdobramentos do conceito, planejamos abordá-lo em futuras pesquisas de doutorado, momento em que se dispõe de mais tempo para discussões. Desta forma, este trabalho se referirá ao conceito de controvérsia pública, o qual também se encaixa perfeitamente na definição. Na próxima sessão, serão apresentados os acontecimentos relacionados à controvérsia pública, palco dos discursos analisados.

## 2. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

Tendo em vista que esta pesquisa se desenvolveu a partir da controvérsia pública protagonizada pela Delegacia Sindical Sertaneja, mais conhecida como APLB – Sindicato, pelos vereadores da Câmara Municipal de Feira de Santana, e pelo Poder Executivo, na figura da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, fez-se necessário explanar, *a priori*, o contexto sócio-histórico que embasou os acontecimentos a serem analisados.

A cidade de Feira de Santana está localizada no interior do estado da Bahia, Região Nordeste, mais precisamente no centro-norte baiano, a 108 quilômetros da capital estadual, Salvador. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2022, o referido município possui cerca de 616.272 habitantes e é considerada a segunda maior cidade do Estado da Bahia em termos populacionais.

Segundo Plácido e Silva (1993, p. 220) a palavra município, cuja origem vem do latim *municipium*, era utilizada para designar "toda extensão territorial constituída em divisão administrativa de um Estado federativo, com autonomia administrativa para se governar pela vontade dos seus habitantes".

Do ponto de vista histórico, conforme Longo (2002, p. 62) as câmaras municipais no Brasil surgiram inspiradas nas câmaras municipais portuguesas, existentes desde a Idade Média. Foi no ano de 1532, quando São Vicente foi elevada à categoria de vila que surgiu a primeira Câmara Municipal e a partir daquele momento as localidades que eram elevadas ao citado status poderiam criar sua própria câmara municipal.

Segundo o site do MAPA - Memória da Administração Pública Brasileira[1], durante todo o período colonial vigiam nas colônias as mesmas normas que valiam para todo o Império Português, as chamadas Ordenações do Reino, as quais previam que toda a administração municipal fosse concentrada nas câmaras municipais, que exerciam um número bem maior de funções do que atualmente, concentrando os poderes executivo, legislativo e judiciário, constituindo-se como o primeiro núcleo de exercício político do Brasil.

De acordo com Longo (2002, p. 73 – 75), com a independência do Brasil e a promulgação da Constituição de 1824, a duração da legislatura é fixada em quatro anos, além disso, o vereador mais votado passa a assumir a presidência da Casa, visto que até então não existia a figura do Prefeito. Com a proclamação da República, as câmaras municipais são

[1] Site MAPA, disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/141-camaras-municipais, acessado em 20.12.2023

dissolvidas e os governos estaduais passam a nomear os membros do "Conselho de Intendência", que sucedeu as câmaras no período de transição após a proclamação da república.

No ano de 1905 foi criada a figura do "intendente", pessoa local com acesso àqueles que comandavam o Município e o Estado, com capacidade de determinar os aspectos políticos-administrativos dos distritos, permanecendo até 1930, início da Era Vargas. Com a Revolução de 1930, criam-se as prefeituras, para as quais seriam dadas a função executiva, e reestabelecesse a figura da câmara de vereadores para a execução da função legislativa. No período do Estado Novo, 1937 a 1945, as Câmaras municipais são fechadas e somente na restauração da democracia, em 1945, as câmaras são reabertas e começam a tomar a forma que possuem hoje (Longo, 2002, p. 90 - 103).

Dentro desse contexto, a Câmara Municipal de Feira de Santana, segundo seu site oficial[2], foi instalada em 18 de setembro de 1833 e durante muitos anos acumulou as funções dos poderes Executivo e Legislativo. Cabe destacar que o primeiro intendente de Feira de Santana, Coronel Joaquim de Mello Sampaio, tomou posse em julho de 1890, quase 57 anos após a instalação oficial da Câmara. Neste período, o Legislativo governava o município e, apenas em matéria de muita importância, necessitava-se de autorização do presidente da província para deliberar.

Atualmente, a Câmara Municipal de Feira de Santana funciona na antiga Cadeia Pública, reformada em 1982 e conta com 21 cadeiras de vereança ocupadas por edis de diversos partidos, cujo mandato tem duração de quatro anos, sendo possível a reeleição sem limite conforme a legislação eleitoral em vigor. Dentre as diversas atribuições da Câmara Municipal, podemos destacar a formulação de leis municipais, assim como aprovação ou veto de ações que o Poder Executivo deseja implementar, além disso, cabe as Câmaras fiscalizar as receitas e despesas do município.

Desta forma, se a prefeitura municipal desejasse aumentar o salário de determinada categoria, como por exemplo, a dos professores do município, neste caso a prefeitura elaboraria um Projeto de Lei estabelecendo o aumento, o encaminharia à Câmara para que esta pudesse aprovar, rejeitar ou modificar através de emendas propostas pelos próprios vereadores, se após a interferência do legislativo o projeto fosse aprovado pela Casa, este seguiria para sanção do Executivo e posteriormente, após publicação, se tornaria Lei e alteraria o valor da remuneração da citada categoria.

[2] Site Câmara Municipal de Feira de Santana, disponível em: https://www.feiradesantana.ba.leg.br/, acessado em 20.12.2023

Desta forma, pode-se perceber que a relação entre os poderes Executivo e Legislativo, apesar de independentes, é bem próxima e se relaciona de forma direta com os munícipes, seja através da alteração salarial dos seus servidores, da pavimentação das ruas, da construção de obras e estradas, ou da compra de aparelhos para serviços de saúde. Assim, tendo em vista a sua importância e impacto na vida do cidadão, o Poder Legislativo sofre influência direta da população e dos mais diversos setores da sociedade, como ONGs (Organizações Não-Governamentais), associações, e sindicatos.

Neste sentido, como forma de pressionar e de "fazer valer" o seu voto, essas instituições procuram o Setor Legislativo a fim de influenciar na tomada de decisão, muitas vezes comparecendo presencialmente às Sessões Ordinárias, como o faz a APLB – Sindicato, instituição de presença constante nas sessões da Câmara Municipal de Feira de Santana.

A Delegacia Sindical Sertaneja, que neste trabalho será chamada de APLB – Sindicato, como é conhecida, foi criada no dia 6 de outubro de 1988 e segundo o site[3] da própria instituição tem por objetivo lutar em defesa da educação pública básica das redes estadual e municipal do estado da Bahia, bem como dos interesses dos profissionais de educação, no que tange a sua valorização plena, da melhoria significativa das condições de trabalho, salário, formação e aperfeiçoamento.

Tendo em vista que a controvérsia pública que originou os discursos a serem analisados nesta pesquisa ocorreram nas datas de 31 de março, 05 e 06 de abril de 2022 realizaremos uma breve explanação sobre as datas precedentes ao fato, obtidas através do site da instituição APLB – Sindicato, com o objetivo de apresentar o cenário político instalado. É importante também destacarmos a pauta apresentada pela categoria ao poder público municipal que previa os seguintes pontos de discussão: pagamento de 60% dos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), reajuste salarial de 33,23%, alteração da carga horária de 20 horas para 40 horas, reformulação do plano de carreira, licença prêmio e pecúnia, mudança de referência e pagamento integral dos salários, enquadramento funcional dos professores, dentre outras questões da categoria.

No dia 16 de março de 2022 a APLB – Sindicato realizou um ato de apoio ao Dia Nacional de Paralização da Educação direcionando-se ao Núcleo Territorial de Educação (NTE-19) a fim cobrar do Governo do Estado o reajuste salarial para toda a categoria entre outras questões da Rede, na sequência, dirigiu-se ao centro da cidade, finalizando sua

[3] Site APLB – Sindicato, disponível em: https://aplbfeira.com.br/, acessado em 20.12.2023

caminhada na Prefeitura Municipal a fim de, segundo eles, denunciar a “perseguição” do Prefeito contra os trabalhadores em educação da Rede Municipal os quais tiveram seus salários cortados em 2020, salários parcelados desde abril de 2021 e não avançava no diálogo da pauta de reivindicações da categoria.

Figura 1 – Passeata APLB

Fonte: APLB Sindicato, disponível em: https://aplbfeira.com.br/noticia.php?id=1492, acessado em 08.04.24

No dia 18 de março, a APLB - Sindicato realizou uma Assembleia em frente à Secretaria de Educação com o objetivo de cobrar respostas às reivindicações da pauta já mencionada, e no dia 19 de março espalhou *outdoors* pela cidade para cobrar do Governador do Estado e do Prefeito do Município o cumprimento da Lei do Piso 11.738/08 para o ano de 2022. A referida Lei define o piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica, como vencimento básico e a composição da jornada de trabalho com no máximo 2/3 em sala de aula, e o mínimo de 1/3 em atividades de planejamento, coordenação e avaliação do trabalho didático.

Figura 2 – Assembleia da APLB

Fonte: APLB Sindicato, disponível em: https://aplbfeira.com.br/noticia.php?id=1494, acessado em: 08.04.2024

Figura 3: Outdoor APLB

Fonte: APLB Sindicato, disponível em: https://aplbfeira.com.br/noticia.php?id=1495, acessado em: 08.04.23

Dando continuidade às ações de reivindicação que precederam a controvérsia pública, no dia 24 de março, a APLB – Sindicato compareceu em uma audiência com a Secretária de Educação do município com o objetivo de discutir a pauta citada anteriormente, contudo, segundo eles, não houve avanço nas discussões.

No dia 25 de março, a diretoria da APLB - Sindicato realizou uma Assembleia dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal, no auditório da nova sede do Sindicato, juntamente com um vereador representante da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal, momento no qual foram aprovados por unanimidade dos presentes o indicativo de

greve, assim como a possibilidade de deflagração de greve a partir do dia 31, caso o Governo Municipal não desse uma resposta a pauta de reivindicações. No dia 29 de março a diretoria da APLB – Sindicato convocou os trabalhadores em educação da Rede Municipal e toda a comunidade escolar para uma atividade letiva às 9h, na Câmara Municipal de vereadores, ou seja, convocou o professorado para comparecer a Câmara de vereadores para acompanhar uma Sessão Ordinária, momento no qual a Presidente da APLB – Sindicato, Sra. Marlede Oliveira, fez uso da Tribuna Livre para expor as demandas da categoria.

Figura 4: Chamamento para mobilização

Fonte: APLB Sindicato, disponível em: https://aplbfeira.com.br/noticia.php?id=1500, acessado em: 08.04.24

No dia 31 de março, ocorreu uma nova reunião, na Secretaria de Educação, a qual, segundo a APLB - Sindicato não permitiu o avanço das pautas reivindicadas, e acarretou na deflagração de uma greve por tempo indeterminado, e na ocupação do prédio da Prefeitura Municipal, local onde compareceram alguns vereadores da Câmara de Feira de Santana, convidados pelo referido sindicato para auxiliar no diálogo com o Poder Executivo. No entanto, o que aconteceu foi um confronto físico e verbal com a guarda municipal protagonizado pelo grupo de professores, em sua maioria mulheres, pelos vereadores, e pelos guardas municipais. Durante a ocupação, um assessor de vereador foi detido e mantido no prédio da Prefeitura até que este fosse desocupado, assim como foram utilizados extintores de incêndio para dispersar os professores. No entanto, o professorado manteve a ocupação do local até o dia seguinte, momento no qual a ocupação foi encerrada.

Figuras 5, 6 e 7: Ocupação da Prefeitura de Feira de Santana

Fonte: G1 Bahia, disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/04/01/professores-de-feira-de-santana-divulgam-videos-que-mostram-acao-truculenta-de-guardas-municipais-durante-ocupacao-veja.ghtml, acessado em: 08.04.2024

Sobre a controvérsia pública, a APLB – Sindicato realizou uma publicação oficial em seu site para a imprensa, momento na qual explicou os motivos da ocupação do paço municipal, e denunciou a ação truculenta dos guardas municipais, conforme segue:

> Os trabalhadores em educação da Rede Municipal de Feira de Santana desocuparam a Prefeitura Municipal na tarde desta sexta-feira, 1, onde desde a manhã do dia 31, quando decretaram greve por tempo indeterminado, decidiram ocupar em busca de uma resposta do Governo Municipal à pauta de reivindicações da categoria que consiste: no pagamento dos 60% dos Precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), reajuste salarial de 33,23%, alteração de carga horária de 20 horas para 40 horas,

> Reformulação do Plano de Carreira, Licença Prêmio e Pecúnia, Mudança de Referência e pagamento integral dos salários. Além disso, o sindicato da categoria também denuncia a falta, nas unidades de ensino, de professores, funcionários, merenda escolar e materiais. A diretoria da APLB Feira junto à categoria enfrentou a truculência do Governo de Colbert Martins Filho que além de suspender o fornecimento de água e luz, proibir a entrada de comida, medicamentos, agrediu os manifestantes que ocupavam o prédio de forma pacífica com spray de pimenta, pontapés e socos os professores, vereadores e profissionais da imprensa. O assessor do vereador, Jhonatas Monteiro, o Rafael Moreira foi algemado e mantido isolado, sem o direito a um advogado sendo atrelada a sua ida à Delegacia à desocupação do Paço Municipal pelos trabalhadores em educação que concordaram em deixar o prédio na tarde da sexta-feira, antes mesmo de serem notificados da decisão judicial de reintegração de posse. O que ficou escancarado para toda a comunidade feirense, com repercussão no Estado e no país, foi a truculência do Governo de Colbert, que atacou trabalhadores em educação, em sua maioria mulheres, a sua falta de diálogo e a inabilidade política em gerir o Município. A comunidade escolar, professores, funcionários pais e estudantes se mantiveram unidos e diversos outros movimentos como estudantes e professores da UEFS e UFRB, trabalhadores e trabalhadoras rurais, do comércio, os camelôs, os trabalhadores de aplicativos de delivery e a população que se uniu à luta pela Educação. A luta continua, a greve continua, precisamos nos manter unidos e na próxima segunda-feira, dia 4 de abril, realizaremos nossa Assembleia com local a definir (divulgaremos) da APLB Feira para discutirmos juntos os rumos do movimento grevista. A greve continua! Juntos somos mais fortes! APLB Sindicato, só conquista quem luta! (Disponível em https://aplbfeira.com.br/noticia.php?id=150, acessado em 12 de dezembro de 2023 )

Sobre o assunto, o Prefeito municipal concedeu entrevista[4] afirmando ser contra a greve, pois, segundo ele, prejudicaria o diálogo com a categoria, assim como o aprendizado das crianças que teriam acabado de retornar às aulas presenciais e ao ano letivo. Sobre as imagens que mostram as agressões dos guardas municipais, o Prefeito afirmou que os manifestantes estavam com ânimos exaltados e que a guarda municipal agiu dentro do necessário para exclusivamente defender o patrimônio público, tendo em vista que o prédio da Prefeitura é tombado como patrimônio histórico e cultural. Segundo o G1[5], em nota, a prefeitura informou que foi surpreendida com a manifestação, caracterizada por ela como de cunho político-partidária, com professores ligados à APLB, e com o Presidente da Câmara Municipal vestido com uma camisa de dois partidos, assim como com a presença do vice-presidente da Câmara e de outros vereadores que se identificam como de oposição.

[4] e [5] Site G1, disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/04/01/professores-de-feira-de-santana-divulgam-videos-que-mostram-acao-truculenta-de-guardas-municipais-durante-ocupacao-veja.ghtml, acessado em 20.12.2023

Os referidos acontecimentos foram amplamente noticiados pela imprensa, tendo gerado manchetes como as que seguem[6]:

**Quadro 1 – Manchetes**

- "Professores de Feira de Santana divulgam vídeos que mostram ação truculenta de guardas municipais durante ocupação", G1;
- "Vereador tem dente quebrado durante ação dos guardas municipais contra professores" e "Protesto: vídeos mostram professores sendo espancados dentro da Prefeitura nesta sexta-feira (1) ", Acorda Cidade;
- "Guardas municipais agridem professores em greve em Feira de Santana", Carta Capital;
- "Professores de Feira de Santana em greve são brutalmente agredidos pela GCM", Revista Forum;
- "Professores e vereadores ocupam prefeitura de Feira de Santana e são agredidos por guarda", Correios;
- "Guardas municipais agridem professores em greve em cidade da Bahia", Terra.

Após a citada controversa pública, no dia 13 de setembro de 2022, foi aprovado por unanimidade dos vereadores presentes o Projeto de Lei nº 37/2022 de autoria do vereador Silvio de Oliveira Dias, que "Altera a Lei nº 3.336/2012, incluindo ao Calendário de Eventos do Município de Feira de Santana o 'Dia Municipal de Luta pela Valorização da Educação'". Desta forma, o dia 31 de março foi instituído como o dia oficial de Luta pela Valorização da Educação no município de Feira de Santana.

No que tange a esta pesquisa, os discursos a serem analisados ocorreram na tribuna da Sessão Ordinária que antecedeu a ocupação do prédio da Prefeitura, na data de 31 de março de

[6] G1, disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/04/01/professores-de-feira-de-santana-divulgam-videos-que-mostram-acao-truculenta-de-guardas-municipais-durante-ocupacao-veja.ghtml;
Acorda Cidade, disponível em: https://www.acordacidade.com.br/noticias/vereador-jhonatas-monteiro-tem-dente-quebrado-durante-acao-de-guardas-municipais-contra-professores/;
Carta Capital, disponível em: https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/guardas-municipais-agridem-professores-em-greve-em-feira-de-santana-ba/;
Revista Forum, disponível em: https://revistaforum.com.br/politica/2022/4/1/video-professores-de-feira-de-santana-em-greve-so-brutalmente-agredidos-pela-gcm-112400.html;
Correio, disponível em: https://www.correio24horas.com.br/bahia/professores-e-vereadores-ocupam-prefeitura-de-feira-de-santana-e-sao-agredidos-por-guardas-0322;
Terra, disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/guardas-municipais-agridem-professores-em-greve-em-cidade-da-bahia,222f7ddb233115162673979456cd2d16nbo052az.html,todos acessados em 20.12.2023.

2022, quinta-feira, e nos dias 05 e 06 de abril, correspondentes a terça e quarta-feira da semana subsequente a controvérsia pública, momento no qual, na Sessão do dia 05 de abril, todo o tema da plenária estava voltado para o acontecimento, inclusive com a apresentação de vídeos que mostravam a ocupação e o confronto com a guarda municipal. Já no dia 06 de abril, quarta-feira, os ânimos estavam mais amenos e a Sessão Ordinária seguiu de forma habitual. Na próxima seção deste trabalho falaremos sobre sessões parlamentares, discurso político e discurso político municipal, mais especificamente sobre os ritos das Sessões Ordinárias que foram palco dos discursos analisados.

# 3. DISCURSO POLÍTICO

## 3.1 O DISCURSO POLÍTICO E O PODER

De acordo com Charaudeau (2011, p. 16) o ato da linguagem está ligado a princípios como o da alteridade, da influência e da regulação. Entende-se por princípio da alteridade aquele que faz com que o indivíduo se defina em relação ao outro; no princípio da influência, busca-se trazer o outro para si fazendo com que pense e aja como o orador; e no princípio da regulação, ao se deparar com o projeto de influência do outro, busca-se gerenciar a relação a fim de coexistirem.

Do ponto de vista da política em seus espaços institucionalizados, a relação de poder estabelecida entre orador e ouvinte é ainda mais acentuada tendo em vista que aos agentes políticos é conferido uma autoridade formalmente simbolizada pela posse de um mandato, que faz dele o representante da vontade de um povo e lhe confere um conjunto de prerrogativas sobre instâncias públicas e recursos que tem o poder de modificar o viver de determinada sociedade.

No entanto, segundo Charaudeau (2011, p. 19) "a instância política, que é de decisão, deve agir em função do possível, sendo que a instância cidadã a elegeu para realizar o desejável", essa relação *dispari* entre o que é desejado e o que é possível traz uma certa tensão nesta relação, tendo em vista que a história nos remonta através de exemplos as sanções físicas (golpe de Estado), institucionais (derrubada do governo) ou simbólicas (descrédito) da não adequação ao equilíbrio desejado. Neste sentido, a palavra assume grande importância, por representar a instância que pode persuadir e possivelmente assegurar a manutenção do poder, assim como reduzir as ameaças.

Conforme Christian Le Bart (2010, p. 79, tradução nossa), "os políticos existem mais do que nunca através do que dizem, a capacidade de existir através do que fazem *parece* muito mais aleatória". Para ele, "é difícil para um profissional não se responsabilizar pelos comentários feitos no exercício de sua função". Essa concepção, reforça a importância da palavra e do domínio da comunicação para o agente político assegurar a sua manutenção no poder.

De acordo com Charaudeau (2011, p. 19), "o governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra", isso porque, segundo o autor, a palavra intervém no espaço de discussão, no espaço de ação e no espaço de persuasão, elementos que são

intrinsecamente relacionados com o agir político cuja intenção busca convencer a instância cidadã das decisões que toma ao gerir o viver em sociedade.

Conforme a estudiosa Ruth Amossy (2020, p. 7), “o uso da palavra está, necessariamente, ligado à questão da eficácia”. Independente do grupo para qual se dirija, “o discurso procura sempre produzir um impacto sobre seu público”. Ou seja, existe sempre a intenção de que o público adira a tese exposta e que seja convencido do que está sendo dito. De acordo com Dittrich (2017, p. 93-94) existe uma relação de força e poder entre quem está proferindo o discurso e quem está ouvindo, esta relação, implica tomadas de posição a partir do que um ou outro acreditam, defendem ou valorizam.

Há nesse sentido, dois componentes da atividade humana em âmbito político, o debate de ideias, que ocorre no vasto campo do espaço público e das mais diversas maneiras, e o fazer político, onde se tomam decisões e se instituem atos, ambos relacionados à concepção de poder político.

O primeiro componente, no qual se encontra nosso foco de pesquisa, caracteriza-se como o debate de ideias, espaço de discussões, ameaças, promessas, denúncias, opiniões, defesa, estando em jogo a conquista de uma legitimidade por meio da construção de opiniões. Esse espaço, que para alguns pesquisadores se constitui como restrito e limitado composto por agentes políticos, jornalistas das grandes mídias audiovisuais e especialistas em marketing político, para outros, é extremamente abrangente conforme apresentado na subseção seguinte.

## 3.2 O DISCURSO POLÍTICO E SEUS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO

Conforme afirmam Amossy e Koren (2010, p. 10, tradução nossa):

> Para Christian Le Bart, como para muitos outros investigadores, o discurso político é aquele que os políticos detêm no exercício das suas funções (1998, p. 7). Esta é uma definição direcionada e restrita, à qual se opõe uma definição mais ampla e deliberadamente um tanto vaga, nomeadamente “qualquer comentário que implique um julgamento sobre a organização da comunidade” (Bonnafous *et al.*, 2003, p. 12). O objeto de estudo abrange, assim, desde o discurso profissional dos políticos até todos os discursos que tratam de assuntos públicos no espaço público.

Conforme as autoras, as definições de agentes de produção e dos espaços onde acontecem os discursos políticos abrangem concepções que defendem que estes acontecem a partir do agente instituído por mandato no exercício de suas funções, ou através do discurso

proferido nos mais diversos espaços, inclusive na internet. De acordo com Ruth Amossy e Roselyne Koren (2010, p. 12) “é também a argumentação política dos cidadãos comuns que está em causa no número crescente de trabalhos dedicados às trocas no ciberespaço”. Segundo as autoras, a autoridade das instituições políticas representativas é “desestabilizada e contestada por desafios críticos da sociedade civil”.

Segundo Charaudeau (2011, p. 39-40), qualquer enunciado pode ter sentido político por mais inocente que seja, isso porque é a situação que autoriza esse sentido. Da mesma forma, um enunciado aparentemente político pode, segundo a situação, servir apenas de pretexto para dizer outra coisa que não é política. Desta forma, não é o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna.

Para Charaudeau (2011, p. 40), a produção do sentido do pensamento político é uma questão de interação, fabricados em três lugares: o primeiro na elaboração dos sistemas de pensamento; o segundo lugar relacionado ao próprio ato de comunicação e o terceiro, onde é produzido o comentário. Como sistema de pensamento “é o resultado de uma atividade discursiva que procura um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e do pensamento”, esse ideal político é o que fundamentará o imaginário de verdade sobre o tema política. Como ato de comunicação, tem-se a cena de comunicação política na qual participam os atores cujo objetivo é influenciar as opiniões e obter adesões, rejeições ou consenso.

Já o discurso político como comentário não está necessariamente voltado para um fim político, mas diz respeito ao político, tem por particularidade não engajar o sujeito que o sustenta em uma ação, pode revelar a opinião do sujeito que comenta, mas sem que se saiba qual seu grau de envolvimento, costuma-se ouvir o discurso comentário no bar, em família ou entre amigos.

Em síntese, para Charaudeau (2011, p. 41) o discurso político circula no âmbito do *intragoverno*, ou seja, entre àqueles que tem o poder de governar e dos seus parceiros e no *extragoverno*, momento no qual a palavra circula entre aqueles que não têm poder de decisão.

O discurso político atravessa diferentes comunidades de opinião, se funde, transforma-se ao ponto de perder seu ponto de origem, volta ao seu ponto de origem e depois reaparece em outras épocas, mas se reconstruindo de forma diferente. Desta forma, não existe espaço público homogêneo, pois fragmenta-se em diversos espaços e não respondem às mesmas finalidades. De acordo com Maingueneau (2010, p. 85, tradução nossa):

> Ao contrário de muitos textos, religiosos ou literários, por exemplo, que são frequentemente lidos e comentados sem ter em conta, pelo menos a um certo nível, o seu contexto sócio-histórico, os textos relativos ao discurso político são geralmente lidos apenas para serem contextualizados em relação com um "exterior": conjuntura, situação, circunstâncias.

Isso porque o discurso político revela o contexto de sua produção, o momento histórico vivido, as pessoas políticas que formulavam opiniões relevantes, ou que iam de encontro com as decisões tomadas nos mais diversos setores, já que a política influencia os mais diversos âmbitos: ambiental, econômico e social, por exemplo.

Com relação ao sujeito que fala, Charaudeau (2011, p. 51) afirma que nunca somos completamente livres, pois fazemos parte de um momento histórico específico, que carrega suas crenças e características. Para o autor, "embora cada um de nós seja um indivíduo dotado de uma história singular, forjamos essa individualidade e essa singularidade mediante nossas relações com os outros". Dessa forma, quando falamos, somos, ao mesmo tempo, constrangidos pelas normas e convenções da linguagem que partilhamos com o grupo, e livres – ainda que relativamente – para proceder a um uso discursivo que nos caracteriza de forma exclusiva, permitindo nossa individualização. A seguir trataremos sobre o contrato de comunicação política, o qual demonstra as relações de força estabelecidas no campo do discurso político e os seus agentes.

## 3.3 O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA

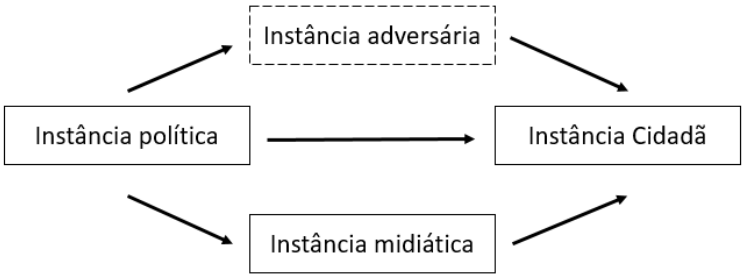
Tendo em vista que esta pesquisa objetiva analisar discursos proferidos por agentes políticos, instituídos através da posse de mandato, faz-se importante tratar sobre o conceito de contrato de comunicação política abordado por Charaudeau. De acordo com o referido autor:

> Todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizado segundo relações de força (Bourdieu), e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem. O resultado é o que chamamos de "contrato de comunicação" (Charaudeau, 2011, p. 52)

Esse contrato estabelecido pelo autor tem como parceiros não pessoas de carne e osso, mas entidades humanas com intencionalidade própria e categorizadas em função do papel que lhe é destinado. Já o agente político, possui duas instâncias identitárias, uma política e outra cidadã, cujos discursos são fabricados em três lugares: o lugar de governança, o lugar de

opinião e o lugar de mediação. No lugar da governança atua a instância política e suas instâncias antagônicas: a instância adversária, a instância cidadã e a instância midiática.

Figura 8: Lugares de fabricação do discurso político




Fonte: (Charaudeau, 2011, p. 56)

Essas instâncias são relevantes porque no momento em que o discurso é proferido no púlpito ou em qualquer outro espaço legítimo, como o abordado por essa pesquisa, este se depara com as citadas instâncias que interferirão no discurso do orador.

A instância política é aquela em que opera o "poder fazer", onde os políticos podem propor programas, justificar decisões, criticar as ideias dos partidos adversários, conclamar o apoio dos cidadãos. A instância adversária encontra-se no mesmo lugar de governança, pois é movida pelas mesmas motivações, propondo ao cidadão um projeto de sociedade ideal, tentando persuadir o cidadão da legitimidade da sua posição. Já a instância cidadã é aquela que é construída fora do governo, a qual julga as ações que lhes são impostas e os programas propostos, escolhendo com quem mais se identificam e a quem irão criticar. O poder da instância cidadã é indireto, tendo em vista que elege por maioria ou proporcionalidade àqueles que irão lhe representar e podem questionar a legitimidade e a credibilidade política (Charaudeau, 2011, p. 59).

A instância cidadã está longe de ser homogênea, e produz discursos de reivindicação, protestando contra determinadas medidas ou da falta delas, produz discursos de interpelação, ao exigir explicação de atos e de sanção quando se trata da eleição ou reeleição de candidatos. Como exemplo desta instância temos as organizações civis, sindicatos, grupos representantes de determinadas categorias, os quais podem produzir situações de protesto, como manifestações de rua, pressões junto a personalidades políticas, através de declarações na mídia, entre outras. Em nossa pesquisa, essa instância será representada pela APLB – Sindicato.

Essas instituições organizadas que lutam por interesse de uma determinada categoria ou grupo exercem sob a instância política uma espécie de pressão para que suas demandas sejam atendidas.

De acordo com Figueiredo (2018, p. 47) está ocorrendo no Brasil um

> [...] processo de fortalecimento das organizações da sociedade civil e cobrança por uma maior participação na política deve ser entendido, entretanto, não como uma singularidade da sociedade brasileira, mas como um fenômeno social global, em que são verificados diversos processos semelhantes ao redor do mundo, com ainda maiores similitudes aos processos de reconstrução democrática em outros Estados latino-americanos.

Nos dias atuais, a sociedade civil e suas instituições assumiram o papel de agente reivindicatório, lutando não só pela garantia dos direitos fundamentais, mas também por uma participação e defesa de causas específicas, essa prática conhecida como *advocacy,* consiste, conforme Figueiredo (2018, p. 27), em um "ato complexo, de várias fases, com a finalidade de alterar o tratamento dado a determinado assunto importante para a sociedade", esse ato engloba a conscientização da sociedade acerca de determinado tema; disseminação do tema nos meios de comunicação promovendo discussões públicas, mobilização por meio de manifestações, passeatas, entre outros atos reivindicatórios.

Por fim, tem-se a instância midiática, segundo Charaudeau (2011, p. 62) essa instância é composta por àqueles que estão legitimados no papel de informantes, mas também estão em busca da credibilidade dos cidadãos e dos políticos, inscrevendo-se em uma lógica democrática, buscando obter mais e mais adeptos tendo em vista a grande concorrência.

Com o desenvolvimento das tecnologias e da web 3.0 nos anos 2010, a informação atravessa os espaços de forma multidirecional e exerce um papel de grande relevância no âmbito político tendo em vista o impacto que suas informações exercem sobre a população e podem gerar para o agente político, já que este necessita angariar votos para a manutenção do poder. Tendo em vista a importância deste tema no panorama político e sua influência nos acontecimentos que embasaram o corpus deste trabalho trataremos sobre ele de forma mais detalhada a seguir.

## 3.4 O DISCURSO POLÍTICO E A MÍDIA

De acordo com Piovezani (2003, p. 51), em *Política midiatizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade*, é característica da pós-modernidade o acelerado

fluxo de circulação de mercadorias e o crescimento da produção que fazem com o que haja um grande consumo de produtos e consequentemente um acelerado descarte de bens. Desta forma, o mercado capitalista faz parecer que a imagem e o parecer são mais importantes do que o que se é.

Segundo o supracitado autor,

> Paralelas às mudanças (mas, com elas relacionadas) ocorridas nos planos econômico e cultural, estabeleceram-se aquelas próprias ao espaço político. A política "espetacularizou-se", inseriu-se, com efeito, nos padrões midiáticos pós-modernos: "o espetáculo político", nos termos de Jean-Jacques Courtine, ou " a política como espetáculo", para retomar a expressão de Renato Janine Ribeiro (1994), corresponde a uma certa "passagem do espaço público à condição de marketing, merchandising (CHAUÍ, 1992, p. 385) ". (Piovezani, 2003, p. 51)

Há séculos, a política e o espetáculo, já possuíam uma relação simbiótica, que apenas se intensificou à medida que a sociedade foi se modificando. A imagem do político em todas as suas instâncias ganhou efetiva relevância, sua vida privada, seu comportamento, crenças, valores e aparência, assumiram um papel relevante à medida que estabelecem elos de conexão/desconexão com o público. De acordo com Courtine (2003, p. 26) a contemporaneidade fez surgir um novo modelo de orador, "[...], não se escuta mais o orador político, ele é, sim, visto. O telespectador o observa, o examina. Nos mínimos detalhes...Em domicílio, cada um em sua casa".

Essa nova forma de apresentação do político, transformou radicalmente o estilo de eloquência pública, privilegiando discursos breves e acessíveis, que consigam atingir facilmente diversas camadas da sociedade. Conforme Courtine (2003, p. 22) "a fala pública conhece uma profunda transformação enunciativa, que a torna breve, interativa, descontínua e fragmentada". Desta forma, àquelas falas longas, com enumerações intermináveis de proposições e longas dissertações estão sendo substituídas por formas mais fluidas e acessíveis.

No âmbito do parlamento municipal, essa característica mostra-se ainda mais acentuada tendo em vista que a instância municipal é próxima dos cidadãos e por suas representações estarem fisicamente acessíveis através das sessões legislativas, as quais são abertas para o público em geral. Além disso, a própria representação do legislativo como "Casa da Cidadania" aflora a proximidade e a acessibilidade de participação e o diálogo dos cidadãos com seus representantes. Isso faz com que os parlamentares falem diretamente aos seus grupos de forma que estes entendam sem a necessidade, em sua maioria, de uma linguagem mais rebuscada.

Em seus estudos, Piovezani (2003, p. 56) declara que existe uma nova linguagem política, caracterizada pela "conversação", na qual se tem o objetivo de "construir a imagem do político acessível, sempre próximo e aberto ao diálogo". A mídia por sua vez assume o papel de desvendar os segredos e as mentiras da política buscando para si uma posição de agente político, representando a fala do povo e também falando para o povo aquilo que este precisa ouvir.

No entanto, sua verdadeira intenção é fazer com que mais e mais espectadores sejam atraídos, atendendo também ao seu caráter econômico e passem a acreditar em tudo o que é colocado por ela, dessa forma o povo assume o papel de espectador do desenrolar dos fatos. Desta forma, do ponto de vista da espetacularização da política citada anteriormente, de um lado, no palco, a atuação, a representação (no duplo sentido que ela aí comporta); de outro, na plateia, a passividade espectadora.

## 3.5 DISCURSO POLÍTICO MUNICIPAL - CÂMARA DE VEREADORES DE FEIRA DE SANTANA

No Brasil, o discurso político institucionalizado é produzido tanto em esfera federal quanto em esfera estadual e municipal, além disso, podem estar inseridos no âmbito do poder legislativo ou do executivo. A esfera municipal, que faz parte do âmbito legislativo, é representada por vereadores escolhidos através do sistema proporcional, conforme Capítulo IV da Constituição Federal, para mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos sem limites legais.

O discurso político municipal, de forma multifacetada, ocorre nos mais diversos locais e com diferentes propósitos. Existe o discurso proferido em ambiente institucional, caracterizado e regido pelas normas do Regimento Interno das Casas Legislativas e àqueles proferidos nos mais diversos espaços ou meios de comunicação, como nos perfis dos parlamentares, em plataformas como *Instagram* e *Youtube*, assim como no rádio, e na televisão.

Isso ocorre porque, de acordo com Charaudeau (2011, p. 287):

> "Os políticos sempre tiveram necessidade de *visibilidade* (devem ter acesso à cena pública), de *imagem* (devem seduzir) e de *legibilidade* de seu projeto político (devem ser compreendidos). Os antigos retóricos, que podem ser considerados os primeiros conselheiros em comunicação da Antiguidade, eram prolixos não só em conselhos de todas as ordens sobre a maneira de falar, de postar a voz, de articular, de assumir atitudes físicas, de gesticular, porque pensavam que "o corpo é o espelho da alma",

> mas também na maneira de expor suas ideias, de apresentar seus argumentos e de convencer o público.

Essa relação entre o político e mídia, conforme descrito no item anterior, perpassa também pela necessidade de prestar contas aos cidadãos sobre as ações desenvolvidas pelos vereadores e pela necessidade de mostrar os posicionamentos dos referidos políticos frente aos acontecimentos da cidade e da sociedade, conhecido pelo termo *accountability*, cuja tradução para a língua portuguesa significa "responsabilidade". O sentido de *accountability* se relaciona com o processo de prestar contas a alguém. Esta noção encontra-se vinculada ao núcleo principal do termo e é a percepção que há mais tempo vem sendo utilizada por pesquisadores.

De acordo com Souza (2023, p. 110):

> As sessões ordinárias da Câmara são ambientes legislativos que, como tais, são constituídos pela representatividade de diferentes partidos políticos. Cada vereador tem oposições e alianças que tornam essa prática equilibrada. Essa característica parte do princípio democrático de participação de diversos setores da sociedade. Então, dentro desse contexto institucional encontram-se oposições entre os membros que por mais que sejam parte de uma mesma comunidade são representantes de narrativas diferentes sobre a mesma. Assim, têm-se como característico os embates e as propostas diversas que permitem as cobranças, os ataques e os apoios entre esses membros.

Este clima de acordos e desavenças, torna o ambiente legislativo extremamente volúvel e reforça a caracteriza inconstante da política em sua essência, principalmente a política institucionalizada, na qual é preciso estabelecer acordos para a aprovação de projetos.

Diante do exposto, nas sessões parlamentares da Câmara de Vereadores de Feira de Santana estabelece-se, regimentalmente, dois momentos para o pronunciamento parlamentar, instituído pela Resolução nº 393/2002 que dispõe sobre o Regimento Interno da referida Casa da Cidadania, o primeiro conhecido como Grande Expediente se divide em Horário das Lideranças e Horário dos Oradores, cujo tempo deve ser de uma hora e meia para comunicações e debates sobre assuntos de relevância para o plenário.

No Horário das Lideranças, os Líderes expõem seus posicionamentos por um tempo igualitário, resultado do fracionamento do tempo de quarenta minutos pela quantidade de oradores. Após este momento, iniciasse o Horário dos Oradores, no qual o vereador inscrito ou, na falta deste, o que solicitar a palavra, se pronuncia pelo tempo de quinze minutos. A inscrição no horário dos oradores é feita de próprio punho, em lista, que permanece na Mesa Diretora, obedecendo a ordem de inscrição.

É importante destacar que a época dos pronunciamentos analisados havia a instituição da Liderança da Oposição e da Liderança do Governo. A Liderança do Governo é instituída de ofício pelo chefe do Poder Executivo, já o Líder da Oposição representa os partidos que declaradamente fazem oposição ao governo, a estas lideranças, conforme requerido, pode ser concedido um tempo de fala a mais ao seu representante para que possa falar em nome dos seus representados.

Dentro do rito da sessão ordinária, qualquer vereador que tenha se inscrito para discursar pode passar seu tempo de pronunciamento para seus pares, ou durante o pronunciamento solicitar "a parte" ao orador, a fim de interromper sua fala e poder se pronunciar. De acordo com Souza (2023, p. 114), em uma sessão legislativa, existe uma relação necessária entre "a interação face a face e o contexto que em que os sujeitos se encontram e, dessa forma, quando se trata do institucional, as faces e as práticas de fala são condicionadas mediantes protocolos de interação que se diferenciam do rotineiro", isto porque em uma sessão existe uma série de protocolos e regras que devem ser seguidas a fim de se cumprir o rito regimental.

Toda a dinâmica da sessão é organizada pela Mesa Diretiva na figura do primeiro Secretário e do Presidente da Casa Legislativa. Também é possível conceder tempo na tribuna da Casa Legislativa para pronunciamento de civis ou representantes de entidades, conforme preconiza o art. 405 do Regimento Interno:

> A Tribuna Livre é um espaço reservado nos dias de sessões ordinárias, anterior a abertura do pequeno expediente, com duração máxima de 10 (dez) minutos, para exposições de assuntos de interesse público por associações de bairros, entidades civis, estudantis e filantrópicas sem fins lucrativos. (Redação dada pela Resolução nº 522/2018)

Para o uso da tribuna livre, é necessário que o requerente realize uma solicitação com 48h de antecedência, contendo o assunto a ser abordado e a sua justificativa. Também é solicitado ao orador que evite expressões que possam ferir o decoro, ou representem descortesia aos vereadores ou aos demais presentes.

Essa configuração se aplica especificamente a Câmara de Feira de Santana, tendo em vista o estabelecimento de suas normas de funcionamento pelo Regimento Interno. Desta forma, cada Casa da Cidadania possui seu sistema de funcionamento e rege as suas sessões legislativas como acharem conveniente.

Após as referidas explicações, as quais oferecem um panorama sobre o rito dos discursos proferidos na Câmara de Vereadores de Feira de Santana trataremos na seção subsequente sobre a Retórica, a Nova Retórica e a Argumentação no discurso.

## 4. ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO

A fim de situar o leitor na relação entre retórica e argumentação, realizaremos um breve apanhado histórico sobre a relação da argumentação à tradição da retórica e da dialética grega, com foco no *Tratado da argumentação: a nova retórica*, escrito por Perelman e Olbrechts-Tyteca. Em seguida, trataremos sobre o conceito de argumento, direcionando nossas explanações para os esquemas argumentativos, os quais servirão de base para as análises que serão realizadas em seção posterior. Por fim, discorreremos sobre a *doxa*, o orador e o auditório, elementos importantes que atravessam as análises do discurso.

### 4.1 DA RETÓRICA À NOVA RETÓRICA

De acordo com Alexandre Júnior (2005, p. 16) "a retórica, à semelhança da gramática, da lógica e da poética, não é uma ciência a priori", mas sim, "o produto da experiência consumada de hábeis oradores", assim como "a elaboração resultante da análise das suas estratégias, a codificação de preceitos nascidos da experiência com o objetivo de ajudar outros a exercitarem-se correctamente nas técnicas de persuasão" isso porque desde "Homero que a Grécia é eloquente e se preocupa com a arte de bem falar", como demonstrado em obras como Ilíada e Odisseia, repletas de discursos, "pois falar bem era tão importante para o herói, para o rei, como combater bem".

Se fossemos pensar no que existia antes da retórica, ou seja, pré-retórica, poderíamos nominar como a oratória, as expressões sobre diversos temas realizadas pelos filósofos, os tribunais onde juris populares escutam as partes, as quais defendem suas causas. No entanto, de acordo com Reboul (2004, p.1), a retórica é anterior à sua história, pois não é concebível a ideia de que os homens não tenham utilizado a linguagem para persuadir o outro. Segundo o autor, era possível, nos primórdios, encontrar a retórica entre os hindus, chineses e egípcios, no entanto, pode-se dizer que os gregos inventaram a "técnica retórica", a qual permitia que se pudesse ensinar como as pessoas poderiam se defender, ou defender uma causa e qualquer tese.

Conforme Barthes (1970, p. 126, apud Brenton e Gauthier, 2001, p. 21) a "retórica nasceu dos 'processos de propriedade' em Siracusa", tendo em vista que a cidade passara por um processo de revolução democrática que conferiu à palavra um papel crucial. Isso porque, conforme Alexandre Júnior (2005, p. 19) "dois tiranos sicilianos, Gélon e Hierão, povoaram Siracusa e distribuíram terras pelos mercenários à custa de deportações, transferências de população e expropriações", o que inspirou a criação de uma arte que ensinasse aos cidadãos as habilidades que permitissem que eles defendessem as suas causas e lutassem pelos seus direitos, inspirando a elaboração do primeiro manual de retórica.

Posteriormente, conforme Alexandre Júnior (2005, p. 20) a Grécia passa a aderir ao "fascínio e ao deslumbramento de ver, discutir, e dissertar sobre qualquer tema, quer se trate de metafísica, moral, política ou qualquer outro tema que remeta a defesa, ao elogio ou a censura da comunidade". De acordo com Breton e Gauthier (2001, p. 19), o período fundador da retórica é um dos primeiros manuais da retórica e do ensino dos logógrafos, petições, segundo os autores, "contemporâneo do ensino dos sofistas, este período é também o do esforço da democracia grega, abarcando cem anos, desde meados do século V a meados do século IV a. C."

Ainda em seus primórdios, Piris (2020, p. 74) afirma que a "retórica se viu num conflito com a filosofia, decorrente especialmente das reflexões de Platão acerca da retórica filosófica e da retórica sofista". Isso porque, de acordo com Alexandre Júnior (2005, p. 26) para Platão a "retórica verdadeira é necessariamente filosófica e psicagógica, tendo sempre em vista o estabelecimento e a afirmação da verdade", gerando um conflito de competência entre filósofos e retóricos. Desta forma, a "retórica foi vista apenas como uma doutrina técnica do discurso" e "entrou em declínio progressivo até que quase por completo se apagou" (Alexandre Júnior, 2005, p. 26).

Conforme Reboul (2004, p. 18), Platão rejeita a confiança que os sofistas depositavam na linguagem, reconhecendo seu valor apenas a serviço do pensamento, o único que acredita que pode atingir as "ideias", a verdade inteligível. Em sua obra Fedro (260e), Platão discorre que "a autêntica arte do discurso, desvinculada do verdadeiro, não existe e não poderá existir", ou seja, Platão retira da retórica o seu poder por desassociá-la ao que é verdadeiro, pois segundo ele lhe falta a ciência. De acordo com Reboul (2004, p. 19) a retórica retratada por Platão em Fedro está a serviço da dialética, método da verdadeira filosofia que capacita o falar e o pensar, é "uma retórica que não passa de expressão da filosofia, perde toda a autonomia, e mesmo toda a existência própria".

No entanto, quinze anos após a morte de Sócrates, nasce Aristóteles, na cidade de Estagira. Aos dezessete anos o pensador entra na Academia de Platão, na qual permanece por vinte anos e em seguida, abandona-a, fundando sua própria escola intitulada, Liceu. É importante destacar que Aristóteles foi o mentor do filho do rei Filipe da Macedônea, conhecido como Alexandre, o Grande, conquistador que é considerado como um dos maiores militares e políticos de todos os tempos, tendo conquistado para a Grécia todo o oriente, desde o Egito até a Índia.

Além de ter se dedicado a outras áreas do conhecimento humano como ética, metafísica, astronomia, biologia e filosofia, Aristóteles também se dedicou à retórica, para qual conferia um valor positivo. Para ele, a retórica não se reduzia ao poder de persuadir, mas "a arte de achar os meios de persuasão que cada caso comporta". Em outras palavras, "o bom advogado não é aquele que promete a vitória a qualquer custo, mas aquele que abre para a sua causa as probabilidades de vitória" (Reboul, 2004, p. 24). De acordo com Reboul (2004), Aristóteles deu à retórica uma definição em alguns argumentos nos quais tenta provar como a retórica é útil, conforme abaixo:

> O primeiro argumento parece responder a uma objeção implícita: não é possível contentar-se com expor simplesmente o verdadeiro e o justo, sem recorrer a artifícios oratórios? Aristóteles leva em conta a objeção, dizendo: sim o verdadeiro e o justo são por natureza (*physei*) mais fortes que seus contrários. Só que a experiência mostra-aqui, argumento pelo exemplo – que muitos veredictos dos tribunais são iníquos. Como explicar isso? Pelo erro dos litigantes, que não souberam fazer valer seus direitos, que não conseguiram sobrepujar a retórica de seus adversários, capazes de "tornar mais forte o argumento mais fraco", de fazer o injusto prevalecer sobre o justo. Se a arte pode ter vantagem sobre a natureza, é preciso um suplemento de arte para devolver à natureza seus próprios direitos. É isso o que o terceiro argumento desenvolve tecnicamente. É preciso ser capaz de defender tão bem o contra quanto o pró, claro que não para torná-los equivalente – como pretendiam os sofistas -, mas para compreender o mecanismo da argumentação adversária e assim refutar. O quarto argumento amplia o debate, ligando novamente a retórica à condição humana, [...]. Se a palavra é característica do homem, é mais desonroso ser vencido pela palavra que pela força física. (Reboul, 2004, p. 25)

Conforme os argumentos supracitados, podemos perceber que a defesa dada à retórica pode ser enquadrada em qualquer discurso, não necessariamente naquele proferido no tribunal, mas no cotidiano, pois os seres humanos são cercados diariamente por situações polêmicas que os impulsionam à defesa de suas posições. E se, conforme Aristóteles, é possível "tornar mais forte, o argumento mais fraco", então aqueles que defendem o verdadeiro e o justo devem se preparar, como em uma batalha, para expressar-se de forma eficaz para conquistar seu auditório.

Segundo Alexandre Júnior (2005, p. 33), Aristóteles criticou os teorizadores da retórica que o antecedeu por terem deslocado sua atenção ao discurso judicial em prejuízo aos outros

gêneros, por terem dado atenção especial aos estímulos das emoções em detrimento do uso da argumentação lógica e por terem dado muito importância a estrutura formal do discurso.

De acordo com Reboul (2004, p. 27), Aristóteles dá a retórica um papel modesto, mas indispensável num mundo de incertezas e de conflitos, trazendo a inovação do "lugar dado ao argumento lógico como elemento central na arte de persuasão". Sendo sua retórica baseada na "prova do raciocínio, do silogismo retórico, isto é, uma teoria da argumentação persuasiva" (Alexandre Júnior, 2005, p. 34). Ao apresentar a retórica como arte genuína, Aristóteles afirma a racionalidade como forma de conhecimento prático e a identifica com a dialética.

Sobre a dialética, podemos afirmar que, assim como os gregos se dedicavam a prática de esportes e lutas, também se destacavam no enfrentamento verbal, diante de um público, no qual o vencedor era aquele que prendendo o adversário em suas contradições, conseguia reduzi-lo ao silêncio. De acordo com Reboul (2004, p. 30), neste espaço, pouco importava se a tese era provável ou não, o importante era que achassem que o orador defendia bem, que argumentou de forma brilhante, respeitando as regras do raciocínio.

Segundo Segurado e Campos (2007, p. 75 apud Piris, 2020, p. 81 – 82), a retórica e a dialética compartilham "o mesmo objetivo de obter um efeito de persuasão (sobre o auditório, no caso da retórica; sobre o oponente no debate, no caso da dialética) e o mesmo ponto de partida (proposições não necessariamente verdadeiras, mas verossímeis)", no entanto, se "distinguem na apresentação formal da argumentação (o discurso longo no caso da retórica; o método da indagação por pergunta e resposta no caso da dialética) e no método que empregam para persuadir".

A retórica e a dialética são duas disciplinas diferentes que se cruzam, sendo a dialética um jogo intelectual, que entre suas aplicações comporta a retórica, já a retórica é a técnica do discurso persuasivo que utiliza a dialética como instrumento intelectual.

De acordo com Aristóteles, a Retórica pode ser decomposta em quatro partes: a invenção (*inventio*), a disposição (*taxis*), a elocução (*lexis*) e a ação (*hypocrisis*). Segundo o estudioso, o orador precisa passar por essas quatro etapas para produzir seu discurso, mesmo que não as siga em sequência. Conforme Reboul (2004, p. 44), quando uma advogada vai preparar a sua defesa ou uma publicitária preparar sua campanha, elas precisam passar pelas fases explicitadas. Inicialmente ele deve compreender o assunto e reunir todos os argumentos que possam servir (invenção), pô-los em ordem (disposição); redigir o discurso o melhor possível (elocução); finalmente, exercitar-se proferindo-o (ação). A seguir veremos com mais detalhes cada etapa da retórica.

A *inventio* estabelece que ao empreender um discurso, o orador precisa perguntar sobre o que discorrerá, nesta perspectiva precisa saber qual o tipo de discurso, o gênero que se adequa a determinado assunto. Segundo Aristóteles (2005, p. 275 – 277), existem três gêneros do discurso, o judiciário, o deliberativo e o epidíctico. O judiciário dispõe de leis e se dirige a um auditório especializado e utiliza raciocínios silogísticos, próprios a esclarecer a causa dos atos. O deliberativo, dirigisse a um público mais móvel e menos culto, prefere argumentar pelo exemplo, que aliás, permite conjecturar o futuro a partir dos fatos passados. Já o epidíctico recorre sobretudo à amplificação, pois os fatos são conhecidos pelo público, e cumpre ao orador dar-lhes valor, mostrando sua importância e sua nobreza. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 53), este último é persuasivo, mas a longo prazo, ao versar sobre problemas que não exigem decisões imediatas. De acordo com Reboul (2004, p. 41) a teoria dos três gêneros hoje é bem mais restritiva, pois há muitos outros tipos de discursos persuasivos além dos gêneros citados. Para ele, o mérito de Aristóteles "foi mostrar que os discursos podem ser classificados segundo o auditório e segundo a finalidade".

Além disso, é possível identificar três tipos de argumento: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. Isso porque após o orador determinar o gênero do seu discurso, precisará encontrar argumentos para defender suas ideias. Desta forma, Aristóteles estabeleceu que o *ethos* e o *pathos* são de ordem afetiva e o *logos* de ordem racional.

O *ethos*, de acordo com Reboul (2004, p. 48) se caracteriza como "o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança". Segundo ele, o orador muda o seu *ethos* de acordo com as características do auditório. Em conformidade com essa definição, Ruth Amossy (2020, p. 79) afirma que ao tomar a palavra o orador deve adaptar-se a seu auditório tentando imaginar, de forma mais próxima possível, a visão que este tem das coisas. De acordo com a estudiosa, o *ethos* é "a imagem que o orador constrói de si em seu discurso, com o objetivo de contribuir para a eficácia de seu dizer".

O *pathos*, segundo Reboul (2004, p. 48) é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve incitar no auditório através do seu discurso, como por exemplo: medo, piedade, admiração, respeito, entre outros. Conforme Amossy (2020, p. 195), Aristóteles recusava-se a separar o *pathos* do *logos*, isto porque não é apenas no gênero epidíctico que o apelo aos sentimentos é legítimo, mas nos gêneros judiciários e deliberativo também, pois é importante saber em que disposição afetiva se encontra o auditório a quem o orador se dirige.

Por fim, o *logos*, segundo Reboul (2004, p. 49), diz respeito à argumentação em si, é o aspecto dialético da retórica, retratado na obra *Tópicos* de Aristóteles, nesta, o autor estabelece que há argumentos de dois tipos, àqueles que são baseados em premissas prováveis, chamados de etimemas, baseados no pensamento dedutivo, e àqueles que são baseados em exemplos, ou seja, fatos passados que pressupõem um futuro, chamado de indutivo.

A *dispositio*, segunda etapa da retórica, consiste na disposição que os argumentos assumirão no discurso, essa etapa é importante por impor uma ordem cronológica que impede que o orador se perca ou repita seus argumentos. Pode-se perceber também que a própria organização já se configura como uma forma de argumentação, pois levará o auditório ao desencadeamento das ideias e o envolverá no discurso do orador.

A *elocutio*, de forma mais simplificada se configura como a redação do discurso, esta etapa é a mais própria do orador, pois deve assegurar que este possua um bom vernáculo, ou ao menos se faça entender pelo auditório, utilizando o melhor estilo que se adapte ao assunto. De acordo com Reboul (2004, p. 62), o orador eficaz adota o estilo que convém ao seu assunto, o "nobre" para comover (*movere*), o simples para informar e explicar (*docere*), sobretudo na narração e na confirmação, o ameno para agradar (*delectare*) como por exemplo no exórdio e na digressão. Em seguida, o orador deve utilizar da clareza de acordo com o auditório, pois muitas vezes o que é claro para um grupo não é para outro e assim por diante. Além disso, ressalta-se a importância da vivacidade, ou seja, o orador deve estar alerta, dinâmico, engraçado ou caloroso, ou seja, deve ser sujeito ativo e dominador do seu próprio discurso.

Por último, a ação, é a execução do discurso em si, o objetivo fim do orador, que é a explanação das suas ideias e dos seus argumentos, nesta etapa pode-se ressaltar características como a entonação da voz, o domínio da respiração, a variedade do tom e da elocução, as quais são muito importantes no momento da execução do discurso. Nesta etapa também podemos ressaltar a importância da memória para o desencadeamento das ideias, como também a necessidade do domínio do discurso para ajustar-se as oposições e objeções.

Após abordar as etapas da retórica podemos perceber que não é preciso ter consciência de cada item abordado para se proceder um discurso, pois a retórica faz parte da vida de todos e é apreendida à medida que as pessoas vão adquirindo a consciência "do estar no mundo", mas tais explanações são importantes por mostrarem de forma sintética os elementos que fazem parte do discurso argumentativo, conforme Aristóteles.

Na próxima subseção trataremos sobre como Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca retomaram a retórica de Aristóteles muitos anos depois e mantiveram sua essência, fazendo

com que fosse palco de discussões tão atuais e diversas como as que são empreendidas atualmente, nomeando-a como Nova Retórica. Além disso, faremos uma ponte entre a citada retórica dos autores e a argumentação no discurso.

## 4.2 DA NOVA RETÓRICA PARA A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO

Conforme Alexandre Júnior (2005, p. 9), nunca antes a retórica foi estudada "com tanto interesse e em áreas tão distintas do saber", assim como "nunca antes se estudou o fenómeno retórico em contextos tão distantes do mundo que aparentemente o viu nascer", esse crescente interesse pela retórica reflete-se em obras apresentadas em colóquios e congressos nos mais diversos temas, situando-se em praticamente todas as áreas do saber humano.

Essa retomada da retórica deveu-se em grande parte ao projeto teórico de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) intitulado de *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, publicado em 1958, o qual buscou romper com uma tradição de séculos, desde o início da filosofia cartesiana, que trabalhava com a ideia de evidência, ou seja, algo que não podia ser discutido; para estabelecer conceitos de uma nova retórica que trabalha com o que pode ser objeto da argumentação, da opinião.

De acordo com Reboul (2004, p. 89), o pensamento de Perelman só teve penetração realmente no final dos anos 70, e mesmo nesta época seus esquemas argumentativos foram utilizados bem menos para interpretar os autores que para "desmitificá-los", pois na época, o lado retórico do discurso era considerado como manipulação ideológica.

Segundo Piris (2020, p. 77), o *Tratado* afasta-se da "parte lógica da razão, da verdade, para propor uma lógica do preferível", pois diferente do que a racionalidade demonstrativa estabelecia, a "retórica é uma disciplina prática, da qual não se pode exigir o falso e o verdadeiro, mas se argumenta sobre o razoável, sobre o opinável", sendo assim, a descrição das técnicas argumentativas ocupa grande parte da referida obra e revela que sua finalidade é alcançar a adesão e a persuasão de um auditório estabelecido pelo orador.

Neste contexto, a interação dos argumentos constitui-se como elemento essencial, pois é uma consequência da ruptura da racionalidade demonstrativa com a racionalidade argumentativa proposta pela nova retórica. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 214), "contrariamente ao que se passa numa demonstração na qual os procedimentos demonstrativos ocorrem no interior de um sistema isolado, a argumentação se caracteriza por uma interação constante entre todos os seus elementos".

Essa interação argumentativa presente no discurso do orador revela que os argumentos não são concebidos isoladamente, mas como parte de uma estrutura interativa que objetiva à adesão do seu auditório. No *Tratado*, provavelmente devido ao seu fim didático, esses argumentos são isolados a fim de serem identificados e tipificados. Essa identificação dos argumentos não se trata de algo novo, tendo em vista que Kennedy (1994, p.52 apud Piris, 2020, p.77) afirma que Aristóteles descreve "em seu tratado intitulado *Tópicos*" que "as tópicas 'são as estratégias lógicas empregadas na dialética e úteis na retórica também', uma vez que descreve vinte e oito tópicas em sua *Retórica*". Desta forma, conforme Alexandre Júnior (2005, p. 29, grifo do autor) a nova retórica de Chaïm Perelman fundiu a *Retórica* e os *Tópicos* de Aristóteles.

Diante disso, qual a relação estabelecida por Perelman em sua obra e as teorias da argumentação? Para o autor é na busca de um acordo que se busca evitar a violência bruta. A troca verbal objetiva um acordo sobre o razoável, tendo em vista a impossibilidade de se chegar a uma verdade universal, então aceita-se que se chegue a um acordo aceitável pela maioria. Desta forma, Perelman e Tyteca (2005, p. 04) definem a argumentação como "as técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que são apresentadas ao seu assentimento", essa definição permite a identificação da dimensão comunicacional de toda a argumentação.

Nesta perspectiva, segundo Amossy (2020, p. 8), a retórica, sinônimo de argumentação, confunde-se com uma lógica dos valores e com o exercício de uma razão que também é ética e social. Segundo a estudiosa, para alguns autores a argumentação "tem por vocação explorar as vias da razão e do raciocínio, tal como é empregada na vida cotidiana em língua natural". Desta forma, os estudiosos da argumentação devem compreender o que é o argumento, avaliá-lo logicamente, e revelar as falácias, realizando uma análise filosófica e pedagógica.

Além desta perspectiva, existem estudiosos que acreditam que o estudo da argumentação deve centrar-se em analisar o funcionamento da comunicação humana como fenômeno cognitivo e sociopolítico, ou seja, descrever a realidade das trocas verbais. Desta forma, alguns enfatizam a elaboração conceitual, outros os instrumentos de análise.

Segundo Amossy (2020, p. 9) as abordagens que se centram em "questões de cidadania e que propõem oferecer um esclarecimento particular às diversas ciências humanas, opõem-se a "argumentação na língua', a qual recusa uma concepção de argumentação fundada sobre o *logos*, ou seja, sobre o racional.

Sobre o olhar da citada estudiosa e dos estudos do *Tratado da argumentação* pode-se perceber que tanto o conceito de retórica quanto de argumentação representa os meios verbais que propiciam a adesão a uma tese. Desta forma, a teoria da argumentação no discurso explora tanto a visada quanto a dimensão argumentativa da fala e cobre uma quantidade vasta de discursos que considera que a fala eficaz não é somente a que manipula o outro, mas também a que compartilha do raciocínio e do questionamento.

Esta exploração de discursos, situa a análise argumentativa como um ramo da análise do discurso, na medida em que deseja esclarecer os funcionamentos discursivos, explorando uma fala situada e parcialmente sujeita a coerções. Essas ramificações se devem pelo fato de que, segundo Maingueneau (2000, p. 3), vários fatores interligados contribuem para a diversificação da análise do discurso, como por exemplo a heterogeneidade das tradições científicas e intelectuais; a diversidade de referências disciplinares tendo em vista estar sempre em contato com todas as ciências sociais, o que possibilita que varie de acordo com a natureza das disciplinas que sobre ela exercem influência; a diversidade de escolas e tendências; a diversidade de corpus; os aspectos da atividade discursiva considerada; a aplicação prática ou não da análise e a identidade acadêmica dos analistas.

Nesta perspectiva, conforme Amossy (2020, p. 11) a análise argumentativa assume as seguintes características:

> 1.Relaciona a fala a um lugar social e a quadros institucionais; 2. Ultrapassa a oposição texto/contexto: o estatuto do orador, as circunstâncias sócio-históricas em que ele toma a palavra ou a pena, a natureza do auditório visado, a distribuição prévia dos papéis que a interação aceita ou tenta frustrar, as opiniões e as crenças que circulam na época são fatores que constroem o discurso e cuja análise interna deve levar em consideração; 3. Se recusa a pôr na origem do discurso um sujeito enunciador individual que seria dono de si mesmo (Mazière, 2005:5): o locutor, como o auditório, é sempre atravessado pela fala do outro pelas ideias preconcebidas e pelas evidências de uma época e é, por isso, condicionado pelas possibilidades de seu tempo.

Em síntese, podemos perceber que o discurso supõe um ato que funciona dentro de um quadro figurativo, com discursos que o precederam e um contexto sócio-histórico. Além disso, produz uma imagem do orador que influenciará as opiniões do auditório, todos estes elementos fazem parte da análise argumentativa do discurso, a qual opta por uma abordagem linguageira, comunicacional, dialógica, figural, por recorrer aos efeitos de estilo e às figuras que exercem um impacto sobre o auditório e o elemento textual.

Pode-se perceber que as palavras surgem a partir de um universo discursivo que já existe, exibindo questões do universo contemporâneo, tornando-se objeto tanto de controvérsias

como de discussões atenuadas, isso porque os enunciados refutam, concordam, problematizam, questionam posições já ditas, essa perspectiva, segundo Amossy (2020, p. 43) é um desvio das ideias da retórica clássica, a qual se ligava apenas aos projetos argumentativos confessos. Segundo a autora, é a "utilização da linguagem em seu contexto dialógico obrigatório que acarreta uma dimensão argumentativa, mesmo quando não há uma intenção declarada para este fim, nem estratégias perceptíveis" (Amossy, 2020, p. 43).

Nesse sentido, Ruth Amossy (2008, p. 232 – 238) discorre sobre as modalidades argumentativas, as quais considera como uma estrutura de trocas antagônicas na qual estabelece-se as modalidades do empreendimento de persuasão, isso porque cada discurso comporta sua própria situação de enunciação e realiza sua verbalização de forma única sobre seu ponto de vista, como exemplo: na modalidade demonstrativa, o orador apresenta a sua tese através de um discurso monogerado e tenta obter a adesão do seu auditório através de um demonstração racional, como exemplo, podemos citar o discurso parlamentar ou o artigo científico; na modalidade patética, o orador produz um discurso monogerado de forma a causar emoções no seu auditório, neste tipo apela-se para os sentimentos a fim de causar comoção, um exemplo deste tipo de discurso é o apelo humanitário e o discurso lírico.

Um outro tipo de modalidade argumentativa apresentado pela estudiosa é a modalidade pedagógica, muito utilizado nas escolas, pois se caracteriza pela presença de um orador em posição superior que transmite um conhecimento e leva o auditório à condição de aprendiz; já na modalidade de co-construção os participantes constroem as respostas para uma questão levantada em conjunto, como exemplo podemos citar as reuniões profissionais.

Na modalidade negociada os oradores que possuem posições divergentes se esforçam para encontrar a solução para um problema que os divide, com o objetivo de chegarem a um consenso, como exemplo podemos citar as negociações comerciais. Por fim, tem-se a modalidade polêmica, para qual a estudiosa Ruth Amossy dedicou um livro, intitulado "Apologia da Polêmica", esta modalidade caracteriza-se pela confrontação violenta entre teses antagônicas entre duas instâncias que tentam obter a adesão do outro, ou de um terceiro que ataca na tentativa de desacreditar o orador. Além dessas características, pode-se ressaltar que o discurso polêmico é um discurso desqualificador, com procedimentos retóricos e argumentativos para deslegitimar o adversário, seja pela negação, pela reformulação, pela ironia. Essa modalidade também é constante nos discursos políticos, mais especificamente nos debates políticos. No âmbito das sessões legislativas, também é possível identificar este tipo de

discurso seja no momento dos discursos no púlpito, proferidos de forma individual, seja na confrontação de ideias quando se permite um “aparte” na fala do orador.

As citadas modalidades são modelos de trocas verbais nas quais a fala individual pode se inserir e caracterizam grandes eixos no campo da argumentação, e mais precisamente nas maneiras de argumentar, da qual destacam-se os parâmetros da: estrutura da troca argumentativa, pela maneira como a persuasão é construída, seja pela via racional ou emocional, e pelo modo como o auditório é definido nesta relação.

Após as explanações desta subseção sobre a retórica e sua relação com a argumentação, trataremos a seguir sobre os esquemas argumentativos, os quais são objeto central desta pesquisa.

## 4.3 ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS

O tema das técnicas argumentativas constitui a terceira parte do *Tratado da Argumentação*, ocupando a maior parte das escrituras do livro. Nesta subseção, trataremos sobre o que são os esquemas argumentos e as suas tipologias, conforme a obra supracitada. Em decorrência da extensão das suas classificações discorreremos resumidamente, utilizando exemplos a fim de facilitar a compreensão.

A *priori*, os autores Perelman e Olbrechts–Tyteca (2005, p. 211), esclarecem que a estrutura dos argumentos a serem analisados seria explicitada de forma isolada, isto porque, “este modo de proceder, indispensável numa primeira aproximação, obrigar-nos-á a separar articulações que são, na verdade, parte integrante de um mesmo discurso e constituem uma única argumentação”, ao realizar uma análise isolada dos argumentos pode-se ocasionar algumas ambiguidades, principalmente devido ao caráter equívoco da linguagem, cujas causas da argumentação quase nunca são completamente explicitadas.

Além disso, Perelman e Olbrechts–Tyteca (2005, p. 211) expõem outros perigos de seu trabalho, como: o fato de que para discernir um esquema argumentativo seja necessário interpretar as palavras do orador, suprimir os elos faltantes; assim como a hipótese mais ou menos provável de que o analista do discurso afirme que o pensamento real do orador e de seus ouvintes conduz exatamente ao esquema discernido (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 211).

Sobre estes obstáculos, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 212) afirmam que essas “objeções seriam certamente difíceis de afastar se, de um lado, se tratasse de uma análise de um

discurso particular", mas o que se deseja analisar em sua obra "são esquemas de argumentos para os quais os casos particulares examinados servem apenas de exemplos, que poderiam ser substituídos por mil outros". Desta forma, podemos imaginar que os esquemas argumentativos são como esqueletos e a carne que os envolve são os casos particulares aplicados em situações diversas.

Na obra, os esquemas discernidos, considerados também como lugares da argumentação, se caracterizam por processos de ligação e dissociação, por ligação os autores consideram os "esquemas que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro" (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 215). Já por dissociação, entende-se como "técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento" (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 215).

Desta forma, é possível tratar um mesmo argumento como constituído de certo ponto de vista – ligação; e de outro ponto de vista – dissociação. Os esquemas de ligação, são: os argumentos quase-lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real e os argumentos que visam fundar a estrutura do real.

Os argumentos quase lógicos são aqueles que "pretendem certa força de convicção, na medida em que se apresentam como comparáveis a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos" (Perelman e Olbrechts–Tyteca, 2005, p. 219), a argumentação quase lógica se apresentará de uma forma mais ou menos explícita, Perelman e Olbrechts–Tyteca (2005, p. 220) afirmam que os argumentos quase-lógicos englobam àqueles que "apelam para estruturas lógicas – contradição, identidade total ou parcial, transitividade" assim como engloba argumentos "que apelam para relações matemáticas – relação da parte com o todo, do menor com o maior, relação de frequência". Alguns exemplos de argumentos quase lógicos são: contradição e incompatibilidade, definição, regra da justiça, transitividade, argumento do ridículo, argumento de reciprocidade, *reductio ad absurdum* ou argumento apagógico, probabilístico, argumento de comparação e argumento pelo sacrifício.

A fim de esclarecer essas noções, abordaremos alguns desses argumentos. O argumento do tipo definição é aquele que busca declarar a essência de alguma coisa, podendo ser intencional ou extensional, no primeiro, estabelece-se as propriedades caracterizadoras de um objeto e no segundo explicita-se os elementos que constituem um objeto. Como exemplo deste tipo de argumento Fiorin (2018, p. 116) cita a famosa frase de Karl Marx em *Para a crítica da*

*filosofia do direito de Hegel*, "A religião é o ópio do povo". Nesta frase o autor estabelece o conceito de religião para si.

O argumento da contradição e incompatibilidade, segundo Perelman e Olbrechts–Tyteca (2005, p. 221) declara que ao "tornar manifesta uma contradição que ele contém, torna o sistema incoerente e, com isso, inutilizável", pois "trazer a lume a incoerência de um conjunto de proposições é expô-lo a uma condenação inapelável, é obrigar quem não quer ser qualificado de absurdo a renunciar pelo menos a certos elementos do sistema".

Conforme Abreu (2003, p. 49 – 50), utilizando esse argumento, a pessoa procura demonstrar que a tese previamente aceita pelo auditório é compatível ou incompatível com a tese principal. Como exemplo, podemos citar:

> Antes de tentar convencer o Secretário de Transportes de nossa cidade a retirar as lombadas das ruas (tese principal), fazê-lo concordar com a tese de adesão inicial, de que, em caso de incêndio ou transporte de doentes, as lombadas prejudicam sensivelmente a locomoção de carros de bombeiros e ambulâncias, que são obrigados a parar a cada obstáculo, atrasando um socorro que deveria ser imediato. As lombadas são, pois, incompatíveis com o bom funcionamento dos serviços públicos de emergência. (Abreu, 2003, p. 50).

Já o argumento da regra de justiça, "requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou a situações que são integrados numa mesma categoria" (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 248). Como exemplo, "podemos citar um filho, cujo pai se recusa a custear-lhe a faculdade, pode protestar, dizendo que acha isso injusto, uma vez que seus dois irmãos mais velhos tiveram seus cursos superiores pagos por ele" (Abreu, 2003, p. 52).

O argumento da transitividade se caracteriza por se basear na lógica matemática transitiva "se *a* é igual a *b* e *b* é igual a *c*, então *a* é igual a *c*". Neste caso, nós temos uma conclusão que não é necessária, mas provável. Como exemplo, Fiorin (2018, p. 126) cita:

> No futebol, o Brasil é melhor que a Espanha, porque ganhou dela na copa das Confederações; a Espanha é melhor do que todas as demais seleções da Europa, porque ganhou a Eurocopa; portanto, o Brasil é melhor do que qualquer seleção europeia e vai vencer a Copa do Mundo de 2014.

Podemos perceber que a conclusão deste exemplo não é lógica, é apenas provável, mas não decorre necessariamente das premissas. Outro argumento quase lógico bastante utilizado é a regra do precedente, que se caracteriza quando se argumenta no sentido de que uma segunda situação deva ser tratada como a primeira. Tal argumento, é muito comum no campo do direito, intitulado no Brasil como jurisprudência. Já o argumento *reductio ad absurdum* ou argumento

apagógico, visa tornar um argumento como verdade para a partir dele tirar conclusões absurdas, como por exemplo: O trânsito é um mal, porque muitas pessoas perdem a vida em acidentes. Se não houver trânsito não haverá mortes. Então, vamos proibir a circulação para salvar vidas.

Já o argumento probabilístico é bastante utilizado por apelar para uma lógica quantitativa voltada para a maioria, tendo em vista que a proposição sustentada pela maioria é considerada como a mais adequada. Normalmente volta-se para o clamor popular, ou para o bom senso. Como exemplo, o autor cita "[...] quase 90% da população brasileira clamou pelo rebaixamento da maioridade penal e os surdos do Senado, com seu notório descaso, votaram contra e nós, o povo, perdemos por 11 a 8. [...]" (O Estado de S. Paulo de 21/2/2014). Neste caso, podemos perceber que "90% da população brasileira" significa quase a totalidade dos brasileiros apoiando um determinado tema, o que atribui um forte poder de persuasão ao pleito.

O argumento do ridículo é aquele que é sancionado pelo riso, é uma forma de condenar um comportamento que não se julga grave ou perigoso para reprimi-lo de forma mais contundente. De acordo com Perelman e Olbrechts–Tyteca (2005, p. 233), uma afirmação é ridícula "quando entra em conflito, sem justificação, com uma opinião aceita. Fica de imediato ridículo aquele que peca contra a lógica ou se engana no enunciado dos fatos". Conforme Abreu (2003, p. 54) um exemplo desse procedimento pode ser visto no artigo abaixo de Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de São Paulo:

> Cai o Palace 2 e os culpados são as vítimas, se se pudesse levar a sério a afirmação de seu construtor, o deputado Sérgio Naya, de que ouviu falar que algum morador do prédio estava construindo irregularmente uma piscina, em clara insinuação de que fora essa a causa do desabamento. [...] *4. Não conseguiu colocar o filho na escola pública de sua preferência? A culpa é sua. Porque não comprou uma casa em um bairro em que a escola próxima tem vagas?* [...]" (Folha de S. Paulo, 7.3.1998, P. 1-2, grifo do autor).

Já os argumentos baseados na "estrutura do real valem-se dela para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover, o essencial é que eles pareçam suficientemente garantidos para permitir o desenvolvimento da argumentação" (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 298). Segundo Abreu (2003, p. 58), os argumentos na estrutura do real não estão ligados a uma descrição objetiva dos fatos, mas a pontos de vista, ou seja, a opiniões relativas a ele. Alguns exemplos de argumentos baseados na estrutura do real são: o argumento pragmático, argumento da direção, argumento de causalidade, *argumentum ad consequentiam*, *argumentum ad hominem*, *argumentum tu quoque*, argumento de superação, argumento do desperdício e o argumento de autoridade.

A fim de esclarecer essas noções, abordaremos alguns desses argumentos. O argumento do desperdício, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 317) "consiste em dizer que, uma vez que já se começou uma obra, que se já se aceitaram sacrifícios que se perderiam em caso de renúncia à empreitada, cumpre prosseguir na mesma direção". De acordo com Abreu (2003, p. 62) um exemplo desse argumento é "o pai que quer demover o filho da ideia de abandonar um curso superior em andamento". Outro argumento descrito por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 348) é o argumento de autoridade cujo alcance é totalmente condicionado pelo prestígio, "sendo o mais intensamente atacado por ter sido, o mais largamente utilizado, e isso de uma maneira abusiva, peremptória, ou seja, concedendo-lhe um valor coercitivo, como se as autoridades invocadas houvessem sido infalíveis".

O *argumentum ad consequentiam* é aquele que defende uma dada ação, levando em conta os efeitos que ela produz. Neste caso, os fins, justificam os meios. Como exemplo, podemos citar àquelas pessoas que defendem a implantação de cotas raciais acreditando que a adoção dessa política corrigirá distorções históricas, fazendo justiça àqueles que sempre foram discriminados.

O argumento da direção é aquele que consiste em rejeitar alguma coisa, porque ela desencadeará uma reação em cadeia, uma perda de controle, um exemplo deste tipo de argumento é aquele que diz que não se deve negociar com sequestradores, pois isso estimula o crime. Também temos os *argumentum ad hominem* no qual não se discutem os méritos intrínsecos do ponto de vista ou da dúvida do oponente, mas se desqualifica o adversário como interlocutor sério, apresentando-o como alguém incompetente, não confiável ou inconsequente. O ataque pessoal direto dirige-se a qualquer aspecto da pessoa do argumentador, seu caráter, sua competência e sua honorabilidade. Este tipo de argumento é muito utilizado nos discursos políticos na tentativa de desqualificar o adversário.

Já o *argumentum tu quoque* é a desqualificação do argumento do outro, por considerá-lo hipócrita, já que sua posição é incoerente ou suas práticas não sustentam o que ele condena. Segundo Fiorin (2018, p. 174), o Presidente Lula respondeu a algumas acusações de países europeus sobre o desmatamento da Amazônia da seguinte maneira: "A União Europeia só tem 0,3% da sua mata original. Então quando for falar com o Brasil, primeiro, olhe o seu mapa" (O Estado de S. Paulo, 2/6/2008). Ou seja, a partir deste argumento, Lula desqualificou o "adversário", tendo em vista que este não faz aquilo que cobra dos outros.

Existem também os argumentos do terceiro tipo, aqueles que fundamentam a estrutura do real, como por exemplo, os argumentos pelo modelo ou antimodelo, exemplo, analogia e

ilustração. De acordo com Reboul (2004, p. 181) “estes argumentos são empíricos, mas não se apoiam na estrutura do real: criam-na ou pelo menos a completam, fazendo que entre as coisas apareçam nexos antes não vistos, não suspeitados”.

Um importante argumento deste tipo é o argumento pelo exemplo, o qual implica certo desacordo acerca da regra particular que o exemplo é chamado a fundamentar (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 399). Segundo Abreu (2003), a argumentação pelo exemplo sugere a imitação das ações de outras pessoas, como no exemplo:

> Dizem que, quando Tancredo Neves pretendia ser candidato à presidência da República, houve, dentro do PMDB, rumores contrários à sua candidatura, alegando ter ele idade avançada. Imediatamente, Tancredo argumentou pelo exemplo, dizendo que, aos 23 anos, Nero tinha posto fogo em Roma e que, com 71 anos, Churchil tinha vencido os nazistas, na Segunda Guerra Mundial. (Abreu, 2003, p. 63)

Seguindo as descrições temos o argumento da ilustração, que “difere do exemplo em razão do estatuto da regra que um e outro servem para apoiar”. De forma mais clara, “enquanto o exemplo era incumbido de fundamentar a regra, a ilustração tem a função de reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 407). Já o argumento pelo modelo e antimodelo, “se trata de conduta, um comportamento particular pode não só servir para fundamentar ou ilustrar uma regra geral, como para estimular a uma ação nele inspirada” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 413), podendo servir de modelo “pessoas ou grupos de pessoas cujo valor, reconhecido previamente, constitui a premissa da qual se tirará uma conclusão preconizando um comportamento particular” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 414).

De acordo com Abreu (2003, p. 63), a argumentação pelo modelo é uma variação da argumentação pelo exemplo, e a argumentação antimodelo fala daquilo que devemos evitar. Segue exemplo de argumentação pelo modelo: “Podemos dizer a um garoto que ele não deve acanhar-se de ter problemas em matemática (tese principal), pois até mesmo Einstein tinha problemas em matemática (tese de adesão inicial) ” (Abreu, 2003, p. 63). Já como exemplo de argumentação antimodelo Abreu (2003, p. 64) descreve: “Contava também a história de um professor de lira que costumava fazer seus discípulos ouvirem um mau músico que morava em frente da sua casa, para que aprendessem a odiar as desafinações”.

Já o argumento por ilustração é aquele que serve para reforçar uma tese tida como aceita, a fim de dar-lhe concretude e fortalecê-la. Segundo Fiorin (2018, p. 188), este tipo de argumento destina-se a comprovação através da comoção, ou seja, volta-se para o sentimento. Como

exemplo, o autor cita a tese de que os brasileiros gostam de levar vantagem em tudo, e os reforça através do exemplo abaixo que cita algumas ações tidas como aceitas pela sociedade, mas que não deixam de ser desonestas:

> Colar na prova, falsificar carteirinha de estudante, apresentar atestado médico adulterado, comprar produtos falsificados, guardar lugar na fila, bater ponto para o colega de trabalho, roubar tv a cabo, tentar subornar o guarda para evitar multas [...]. (Júnia Mendes Breta, *Veja*, 9/4/2014:34). (Fiorin, 2018, p. 188)

Já o *argumentum a simili* ou argumento por analogia passa-se de um domínio do significado para outro, através da relação: *a* está para *b*, assim como *c* está para *d*. Faz-se admitir uma tese, transpondo-a de um espaço de sentido a outro, caracterizando-se como um argumento forte, pois usa-se o que é conhecido para entender o que não se conhece, transpõe-se o que é válido num domínio para outro. Como exemplo, Fiorin (2018, p. 192) cita:

> O que ganho como senador é muito pouco. Se a Associação de Práticos da Marinham quer ver discutido um projeto sobre o uso dos portos, por que não aceitar a sugestão e pedir uma contribuição? Que mal há em cobrar? Se um padre pode cobrar [...] por uma missa, eu não posso cobrar por apoiar e votar uma proposta? (O Estado de S. Paulo, 16/5/2009: A8).

A partir desse exemplo o parlamentar justifica sua tese de um possível recebimento financeiro ao votar em um projeto ou colocá-lo em pauta em comparação com a cobrança realizada por um padre em uma missa.

Após finalizarmos os processos de ligação, trataremos de forma sintética sobre o processo de dissociação, de acordo com Fiorin (2018, p. 193-195), os argumentos por dissociação separam ideias que aparecem em pares hierarquizados, como por exemplo: essência e aparência, figurado e literal, meio e fim, subjetivo e objetivo. Conforme o autor, cada sistema de pensamento considera um dos termos positivo e o outro negativo, no livro *Memórias póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis*, o argumento se constrói com base na oposição entre sentido figurado e o sentido literal, como mostra o exemplo a seguir: “Não te irrites se te pagarem mal um benefício: antes cair das nuvens, que de um terceiro andar”. Também podemos exemplificar este tipo de argumento quando São Paulo, na Segunda Epístola aos Coríntios, opera com o par letra e espírito, conforme a seguir: “Ele nos qualificou para sermos ministros de uma nova aliança, não da aliança, não da letra, mas do Espírito; pois a letra mata, mas o Espírito vivifica”.

Após as precedidas explanações sobre as tipologias dos argumentos presentes no *Tratado da Argumentação,* a seguir veremos alguns constituintes essenciais que estão na base dos estudos da argumentação como: o orador, o auditório e a *doxa*, para tanto utilizaremos também os conceitos da estudiosa Ruth Amossy.

## 4.4 ORADOR, AUDITÓRIO E *DOXA*

### 4.4.1 O Orador

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 21) a argumentação é melhor percebida quando é desenvolvida por um orador que se dirige verbalmente a um determinado auditório, do que quando contida em um livro ou revista. Às vezes é preciso apresentar-se unicamente como um ser humano, outras fazer parte de um grupo constituído, ou há situações em que somente através de um poder constituído é possível dirigir-se com determinada autoridade a um auditório, nesse aspecto, os discursos a serem analisados nesta pesquisa se constituem como pertencentes a esta última visão, oradores constituídos através de mandato, proferindo seus discursos em um ambiente institucional, cumprindo uma das suas funções como agentes parlamentares.

No entanto, há, nesta atitude aparentemente simples um conjunto de conceitos implícitos e explícitos que caracterizam e amplificam as visões de auditório, orador e *doxa*. Tais conceitos, por serem relevantes para a nossa análise serão descritos a seguir.

Na obra *Retórica* de Aristóteles, o autor estabelece três provas de persuasão fornecidas pelo discurso, sendo elas: o caráter moral do orador, o modo como se dispõe o ouvinte e o próprio discurso. O caráter do orador, também chamado de *ethos*, é conhecido como atitudes e virtudes e pode ser compreendido tanto de forma moral quanto social. De acordo com Aristóteles (I, II, IV, 1356ª apud Fiorin, 2018, p. 70), em sua citada obra:

> É o *ethos* (caráter) que leva à persuasão, quando o discurso é organizado de tal maneira que o orador inspira confiança. Confiamos sem dificuldade e mais prontamente nos homens de bem, em todas as questões, mas confiamos neles, de maneira absoluta, nas questões confusas ou que se prestam a equívocos. No entanto, é preciso que essa confiança seja resultado da força do discurso e não de uma prevenção favorável a respeito do orador.

Quando falamos do *ethos* na análise do discurso, não tratamos necessariamente da honestidade real de cada orador, mas da impressão causada por ele no discurso. Conforme Barthes (1975, p. 203 apud Piris, 2019, p. 3) os ethé "são traços de caráter que o tribuno deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são suas aparências".

No livro *Cenas da Enunciação*, de Dominique Maingueneau (2006, p. 60) o autor destaca que o *ethos* discursivo embora se diferencie do *ethos* caracterizado pela Retórica, concorda com este em alguns pontos, como por exemplo na ideia de que se constitui por meio do discurso, desta forma, não é uma imagem do locutor exterior à fala, além disso, é um "processo interativo de influência sobre o outro" e uma noção "híbrida (sócio-discursiva), pois tem um comportamento socialmente avaliado, que não deve ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa", pertinente a uma determinada conjuntura histórico-social, os discursos políticos são bons exemplos, pois normalmente são proferidos com intenção de retratar uma situação social específica.

De acordo com Amossy (2020, p. 79), o *ethos* é a imagem que o orador constrói de si em seu discurso, com o objetivo de contribuir para a eficácia de seu dizer, e faz parte das provas técnicas que tornam o discurso persuasivo, como afirma Aristóteles. Segundo a estudiosa, a imagem do orador no discurso é apreendida por meio de marcas verbais que a constroem e propõem ao seu auditório.

Conforme exemplo de Fiorin (2018, p. 71) "quando um professor diz 'eu sou muito competente', está explicando uma imagem sua no enunciado. Isso não serve de prova não leva à construção do *ethos*" isto porque o caráter de pessoa competente será construído na maneira como organiza sua aula, como discorre sobre os temas, ou seja, na medida em que vai conduzindo a matéria. Desta forma, a enunciação não é da ordem do inefável, consequentemente o "*ethos* explica-se na enunciação enunciada, ou seja, nas marcas deixadas no enunciado". Trata-se assim de apreender um sujeito construído pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emana o enunciado.

Na perspectiva de um discurso, para conferir seu status suscetível de legitimar o seu dizer, o orador deve se inscrever em uma cena de enunciação. Ele faz isso mais facilmente, porque cada gênero de discurso comporta uma distribuição prévia dos papéis. Dentro desta cena, o orador escolhe o roteiro que seguirá para explanar suas ideias, seja em uma reunião, ou em um discurso público. Há, neste momento, um confronto de imagens, uma relacionada àquela que o orador que toma a palavra pretende construir, com a imagem que o auditório lhe atribui,

sendo que em muitas situações o auditório pode ser constituído de pessoas que previamente rejeitem suas pretensões. De acordo com Fiorin (2018, p. 72), um orador inspira confiança se seus argumentos são razoáveis, ponderados, se ele argumenta com honestidade e sinceridade; se ele é solidário e amável com o auditório. Assim, o autor caracteriza três espécies de éthé: primeiro, a *phrónenis* significa bom senso, moderação e prudência, através desta característica o orador exprime opiniões competentes e razoáveis; a segunda, é a *areté*, significa virtudes, ou seja, coragem, justiça, sinceridade, neste caso, o orador apresenta-se como alguém simples e sincero; o terceiro é a *eúnoia*, significa benevolência e a solidariedade; neste caso, o orador apresenta uma imagem agradável de si, mostra simpatia pelo auditório.

Maingueneau (2006, p. 137- 140) afirma que o *ethos* compreende três componentes: o caráter, características psíquicas reveladas pelo orador; o corpo, características físicas que o orador apresenta; e o tom, o qual revela a dimensão vocal do enunciador desvelada pelo discurso, características que são encontradas tanto em textos orais como nos escritos.

No entanto, a imagem elaborada pelo orador apoia-se em elementos preexistentes, como a ideia que o público faz do orador antes mesmo que o discurso seja iniciado. Essa imagem, conforme Amossy (2020, p.89), é conhecida como *ethos* prévio ou pré-discursivo. De acordo com a citada autora:

> O ethos prévio é elaborado com base no papel que o orador exercer no espaço social (suas funções institucionais, seu status e seu poder), mas também com base na representação coletiva ou no estereótipo que circula sobre sua pessoa. Ele precede à tomada de palavra e a condiciona parcialmente. Ao mesmo tempo, deixa no discurso traços tangíveis que podem ser identificados, ora nas marcas linguísticas, ora na situação de enunciação que está na base da troca. (Amossy, 2020, p. 90)

Os oradores se baseiam nessa representação prévia, tanto para repeti-la quanto para transformá-la. Desta forma, o candidato pode, assim, fundamentar sua fala na dignidade de presidente, ou na sua imagem de político íntegro. No entanto, ele pode também tentar construir uma imagem incompatível com aquela que seu auditório conhece de sua pessoa, ou com a autoridade que lhe é oficialmente delegada.

Entretanto, a posição do orador e a legitimidade que lhe é conferida não são os únicos dados pré-discursivos, pois o *ethos*[7] é construído por um imaginário social baseado em estereótipos de sua época. Conforme Amossy (2020, p. 92), é preciso ter em conta a imagem

[7] Os conceitos descritos sobre o *ethos* são fundamentais para compreensão de aspectos relacionados ao orador e ao auditório, no entanto, não serão realizados aprofundamentos, pois não se trata de um objetivo específico desta pesquisa.

que se atribui à pessoa do orador ou à categoria da qual ele participa, para isso é preciso considerar: a imagem que se faz da categoria social, nacional, étnica; a imagem singular de um indivíduo que circula no momento da troca argumentativa e a possibilidade de imagens antagônicas. O orador pode tentar modificar a imagem estereotipada que o auditório tem dele através do seu discurso. Conforme Amossy (2020, p. 92) o estereótipo convocado pelo analista está sempre inscrito no próprio texto e pode nele ser reconhecido, mesmo que se encontre desconstruído ou reconstruído a partir das estratégias argumentativas. Falaremos mais especificamente do estereótipo quando tratarmos sobre a *doxa*, pois o estereótipo é, por definição, *dóxico*.

A seguir, trataremos mais especificamente sobre a noção de auditório.

### 4.4.2 O auditório

A partir do que já fora abordado, podemos perceber que a relação entre o auditório e o orador é constitutiva, conforme o *Tratado* (2005, p. 21), "como a argumentação visa a obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar". Tendo em vista a dificuldade de se estabelecer o auditório de um orador, os autores o definiram como "o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação". No decorrer da obra, Perelman estabelece uma divisão de auditório em particular e universal. O auditório particular consiste em um grupo de receptores que compartilham uma determinada característica, podemos considerá-lo como um 'segmento', um fórum de especialistas, como membros de um partido político ou grupo que luta por uma causa específica, como um sindicato. Já o auditório universal, segundo Perelman, está relacionado a uma argumentação que deveria obter a adesão de todo ser 'racional', ou, ao menos, todos àqueles que forem competentes e racionais.

De acordo com Jorgensen (2009, p. 135), a principal diferença entre os dois segmentos é que no primeiro "o orador somente procura a adesão de um auditório particular, enquanto, na argumentação por convencimento, o produtor procura ganhar a adesão de uma audiência que representa a racionalidade ou a razoabilidade". De acordo com Angenot (2021, p. 67) há um ponto problemático no pensamento de Perelman referente a ideia de universalidade, visto que seria algo entre a "necessidade lógica, a generalidade antropológica baseada em certos valores e a exigência psicológica inerente a vontade da persuasão".

Retomando a obra de Perelman, este caracteriza o auditório universal de forma irreal, um ideal, produto da imaginação do autor, pois para ele o orador se vale de premissas admitidas por todo mundo, independente de tempo e lugar. Esta contraposição entre o auditório real - ou particular, e o auditório universal - o ideal, segundo Angenot, nos mostra que é preciso que o orador leve em consideração tanto os preconceitos e inclinações de espírito do auditório particular quanto o sentimento de justiça e espírito transcendental de um auditório construído ficticiamente, vendo este último como um possível ser racional capaz de recusar-se a tomar partido, a interesses e a conveniências.

No artigo *Balanço Crítico da noção de auditório universal de Chaim Perelman*, escrito por Marco Antônio Souza Alves, o autor aborda a perspectiva de estudiosos como "Atienza (2000), Antonio Pieretti (1996, 1993), Aulis Aarnio (1991), Eemeren & Grootendorst (1987, 1993) e Tidale & Groarke (1987) sobre o conceito de auditório universal, dos quais destaco alguns, a fim de demonstrar quão desafiadora é esta definição.

Segundo Alves (2009, p. 65-66), Manuel Atienza, importante teórico da argumentação jurídica declara que existem algumas ambiguidades na noção de auditório universal, assinalando algumas como: é um conceito limitado, "no sentido de que a argumentação diante do auditório universal é a norma da argumentação objetiva"; "dirigir-se ao auditório universal é o que caracteriza a argumentação filosófica"; o conceito de auditório universal não é empírico; não é uma entidade objetiva; e atribui um caráter mutável aos auditórios universais, tendo em vista que oradores diferentes constroem auditórios universais diferentes.

Antonio Pieretti, professor da faculdade de letras e filosofia da Università degli Studi di Perugia, segundo Alves (2009, 65-66), acredita que o "problema está na distinção entre o argumento válido e inválido, pois na noção de auditório competente não encontraremos qualquer resposta, pois caberia perguntar o que confere a esse auditório competente ideal". Desta forma, para Pieretti, a questão não é resolvida com uma postulação que declara uma universalidade efetivamente impossível, desta forma, por ser um projeto irrealizável, "o convencimento do auditório universal não pode servir de fundamento para a avaliação dos argumentos".

Christopher Tindale e Leo Groarke (1987), teóricos canadenses da argumentação, repetem, em grande medida, a crítica elaborada por Eemeren e Grootendorst (1987, 1993), descartando a proposta de Perelman do auditório universal, propondo em oposição um auditório adversativo, para eles, a dificuldade em se discernir o auditório particular do universal ocorre

pelo fato de um orador poder ver um auditório como universal e outro orador enxergar esse mesmo auditório como particular, desta forma, questiona-se a utilidade do citado conceito.

Sem entrarmos em detalhes sobre os demais contrapontos referentes à teoria de Perelman sobre auditório universal, trataremos por auditório, o conjunto de indivíduos a quem o orador deseja convencer/persuadir, um auditório que é fruto da construção do orador. Isto posto, arrolaremos as premissas que podem ser consideradas como pontos de partida para a argumentação do orador.

Conforme Perelman e Olbrechts- Tyteca (2005, p. 73) "tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo do auditório", este acordo, tem por objeto "ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações", desta forma a argumentação trata sobre aquilo que é presumidamente aceito pelo auditório, sendo que a própria escolha das premissas já significa o primeiro passo para a sua utilização persuasiva.

Inicialmente, os autores estabelecem duas categorias, a primeira relativa ao que é real e a segunda relativa ao que é preferível. Ao que é real tem-se os fatos, as verdades e as presunções, ao que é preferível, tem-se os valores, as hierarquias e os lugares do preferível. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 74) na "argumentação tudo o que se presume versar sobre o real se caracteriza por uma pretensão de validade para o auditório universal", já com relação ao preferível "será ligado a um ponto de vista determinado que só podemos identificar com o de um auditório particular, por mais amplo que seja".

Sobre fato, os autores (2005. p. 75) definem como "o que é comum a vários entes pensantes e poderia ser comum a todos", desta forma a adesão ao fato será uma reação subjetiva a algo que se impõe a todos, caso se levantem dúvidas invalida-se tal estatuto que se atribui a um acontecimento. Já as verdades, são sistemas mais complexos criados pelas ligações entre os fatos.

As presunções, "gozam do acordo universal; todavia, a adesão às presunções não é máxima, espera-se que essa adesão seja reforçada, num dado momento, por outros elementos", desta forma, a presunção necessita de reforço pois não é aceito pela totalidade do auditório, necessitando ser justificada.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 84), em se tratando daquilo que está ligado ao preferível, podemos citar os valores, como àqueles que ao serem admitidos aceitam que um "objeto, um ser ou ideal deve exercer sobre a ação, e as disposições a uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem se considerar, porém, que esse ponto

de vista se impõe a todos". Os valores estão ligados a aceitação de que existam grupo diversificados de opiniões, por isso são direcionados a auditórios particulares, apesar de existirem valores que são tratados como fatos ou verdades.

De acordo com os citados autores (2005, p. 87), a argumentação sobre os valores necessita de uma distinção, pois segmenta-se em valores abstratos e concretos. Os valores concretos se vinculam a "um ente vivo, a um grupo determinado, a um objeto particular", como por exemplo a lealdade, a solidariedade e a disciplina. Por sua vez, os valores abstratos "podem servir para a crítica por não levarem em consideração pessoas e parecerem fornecer critérios a quem quer modificar a ordem estabelecida". Conforme exemplo:

> Quando dizemos que os homens são iguais porque filhos de um mesmo deus, parecemos estear-nos num valor concreto para encontrar um valor abstrato, o da igualdade; mas poderíamos dizer também que se trata, nesse caso, apenas do valor abstrato que se expressa recorrendo, por analogia, a uma relação concreta; apesar do emprego do "porque", o ponto de partida estaria no valor abstrato (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 88).

De acordo com os autores, os raciocínios referentes à Deus são os que mais demonstram esse vaivém do valor concreto aos valores abstratos e vice-versa. Além dos valores, tem-se também as hierarquias, como exemplo podemos citar a superioridade de Deus sobre os homens, e dos homens sobre os animais, essas hierarquias se justificam em virtude de valores. Essas hierarquias de valores são mais importantes do ponto de vista da estrutura da argumentação do que os próprios valores, "o que caracteriza cada auditório é menos os valores que admite do que o modo como os hierarquiza" (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 92).

E por fim, com relação ao conceito de preferível, podemos tratar sobre a definição de lugares, dos quais derivam os tópicos, ou raciocínios consagrados ao raciocínio dialético, como depósitos de argumentos, podemos citar como lugares estabelecidos pelos autores como os lugares da quantidade, da qualidade, da ordem, do existente da essência da pessoa. Como exemplo podemos citar como lugar de quantidade: "um maior número de bens é preferível a um menor número, o bem que serve a um maior número de fins é preferível ao que só é útil ao mesmo grau, que é mais duradouro e mais estável é preferível ao que é menos" (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 97).

A partir desses elementos arrolados é possível perceber que a argumentação pode ser baseada no objeto, através dos fatos, das verdades e na presunção, ou no preferível, através dos valores, das hierarquias e dos lugares. Essas possibilidades amplas de uso das premissas serão de escolha do orador e configuram um leque diversificado de acordos entre ele e o seu auditório. Desta forma, conforme Piris (2005, p. 63) "é possível dizer que para a análise de um discurso

não basta arrolar os tipos de premissas que são empregadas como ponto de partida de um raciocínio argumentativo, pois parece que um dos cuidados que a análise deve ter é o de questionar o porquê das escolhas de determinas premissas em um discurso e não em outro".

Dentro da perspectiva de escolha das premissas pelo orador, Perelman insiste sobre a perspectiva comunicacional de uma troca fundamentada na *doxa*, a qual se caracteriza como o conjunto de crenças e valores comuns. No entanto, segundo Ruth Amossy (2020, p. 57) Perelman não se preocupa com a inscrição de sua obra na materialidade do discurso, desta forma, é possível questionar de que maneira a imagem que o orador faz de seu auditório se traduz na sua fala. Para responder esta questão, Amossy traz conceitos já abordados nesta pesquisa referente ao *ethos* prévio, que estabelece que o orador produz uma imagem do seu auditório a partir de uma representação cultural preexistente, conhecida como estereótipo, podendo neste processo imaginar os conhecimentos do auditório e seus valores.

A representação deste conjunto de elementos é concretizada no discurso e deixa marcas linguísticas, chamadas, conforme Amossy (2020, p. 60), por índices de alocução, dos quais podemos citar: designações nominais explícitas, como vocativos; descrições do auditório; pronomes pessoais; evidências compartilhadas, ou seja, crenças, opiniões, valores que o discurso lhe atribui explícita ou implicitamente. De acordo com Amossy (2020, p. 62), "o texto pode fazer a economia do endereçamento e apagar toda menção ao destinatário, mas ele não pode omitir a inscrição silenciosa dos valores e das crenças a partir dos quais tenta estabelecer comunicação".

Ou seja, as marcas do auditório estão presentes no discurso, mesmo que não estejam tão visíveis, pois o orador deixa seus indícios de forma indireta a partir de suas crenças e valores. A fim de tratarmos de forma mais detalhada sobre esses elementos na próxima subseção abordaremos sobre os elementos *dóxicos* do discurso.

### 4.4.3 A Doxa

De acordo com Menezes e Silva (2016, p. 47), Platão defende que a realidade apresenta dois planos, o sensível, o qual coincide com este mundo, neste caso as sensações geram as primeiras impressões; e o mundo inteligível ou das ideias, o qual é invisível e trabalha com a especulação racional.

No plano sensível,

> [...] temos dois estados da alma correspondentes à forma de recepção dos entes sensíveis: a percepção das sombras e reflexos das coisas sensíveis, cujo estado de conhecimento é a conjectura (*eikasia*) e, após essa primeira etapa, a percepção das coisas sensíveis nelas mesmas (animais, plantas, artefatos), ou seja, das coisas que provocam as sombras e reflexos anteriormente, possibilitando um estado de crença (*pistis*) acerca da sensibilidade. No plano da realidade sensível, o conjunto formado pela *eikasia* e pela *pistis* resulta na *doxa* (opinião) acerca do plano sensível (Menezes e Silva, 2016, p. 47)

No momento em que o ser humano passa a analisar e a formular hipóteses para enfim chegar a uma conclusão constrói o primeiro estágio do conhecimento, chamado de *dianoia*, em seguida, "pela procura do princípio: passando gradualmente de hipótese em hipóteses até se chegar ao não hipotético", alcança a *episteme*, ou seja, a ciência. É desta forma que o homem sai do plano das opiniões para o plano epistemiológico. Em sua obra, o filósofo Platão desvaloriza a opinião e a distingue da ciência, por considerá-la mutável e passível do engano. Como já mencionado no início desta Seção, como a retórica praticada pelos sofistas não se relacionava diretamente com a verdade, nem a tinha como alvo, Platão não dá credibilidade e com o tempo a retórica entra em declínio.

Anos depois, Aristóteles, em sua obra *Tópicos*, declara a exposição de um método de investigação no qual se pudesse raciocinar partindo de opiniões geralmente aceitas, as quais chama de *endoxa*, as quais agiriam sobre qualquer problema proposto, assim como proporcionariam replicar um argumento, ou evitar dizer o que causa embaraço, ou seja, conforme Menezes e Silva (2016, p. 51) a *endoxa* significa um conjunto de "opiniões dos mais sábios ou eminentes, ou opiniões comuns à maioria ou aos especialistas, que dizem respeito a um corpo de crenças expressas, e é no interior destas que elas se elegem e são justificadas".

A partir desses conceitos, podemos perceber que é no plano das opiniões comuns que se desenvolve a dialética de Aristóteles, e em sua outra face, a sua Retórica, ambas lidam com as opiniões, são técnicas da linguagem que se complementam, mas não se identificam, "e a função de ambas é selecionar e justificar enunciados prováveis para assim constituir raciocínios verossímeis", mas em contraposição, a "dialética deve saber provar a probabilidade de uma opinião, refutando as opiniões opostas, objetivando vencer uma discussão, enquanto a retórica deve saber defender a opinião mais provável, mediante persuasão, buscando a aceitação de tal opinião pelo público, que julga calado o discurso proferido pelo orador" (Menezes e Silva, 2016, p. 52)

Isto posto, podemos nos questionar como as premissas das argumentações retóricas conseguem persuadir o seu auditório, isto acontece em grande parte, por fundamentarem-se na *endoxa*, e o seu valor epistemológico estar no fato das *endoxas* coincidirem com o que é

semelhante ao verdadeiro em grande parte dos casos, ou seja ao que é verossimilhante (*to eikos*). Essa verossimilhança corresponde àquilo ao que é provável e plausível, ou seja, está no âmbito daquilo que ocorre na maioria das vezes, o que evidencia a sua proximidade com a verdade. Desta forma, podemos compreender que a Retórica é a capacidade argumentativa que se vale em opiniões que representam a veracidade de premissas que são aceitas pela maioria, ou seja, que são consideradas verdades, na maioria das vezes.

O estudioso Marc Angenot (2021, p. 61) conceitua *doxa* como o "repertório das crenças e dos lugares-comuns, das proposições gerais que são próprias ao que chamamos de um estado de sociedade, pertencente à ordem da predominância, combinada com o prestígio, sendo socialmente arbitráro". Para o autor, a *doxa* não representa nem a falsidade patente nem a verdade demonstrável, mas se encontra em lugar intermediário, algo que é inferior ao verdadeiro, mas que é indispensável para a sociedade, que é o provável.

A fim de explicar o funcionamento do pensamento citado utilizaremos um exemplo dado por Angenot (2021, p. 62) interagindo com conceitos já apresentados nesta pesquisa. Dentro do conceito de "lugares", os quais veem se formando ao longo da história da humanidade e veem sofrendo variações, mas ainda permanecem no escopo do pensamento humano, prega-se a ideia de que "é preciso tratar da mesma maneira os fatos essencialmente semelhantes", conceito que representa a regra da justiça de Perelman. Essa ideia tópica do que é justo ou injusto tecida ao redor deste "lugar" não se configura apenas como um conceito "fluído", segundo Angenot, mas forma um conjunto de questionamentos referentes ao tipo de raciocínio ligado ao sentimento de justiça e a necessidade de exigir justiça, e que não deixa de construir uma ligação com a ideia da "justiça cega", representada pela venda sobre os olhos da *Iustitia* romana.

No entanto, a questão é: "quais exigências devem ser colocadas entre a regra da justiça e as condições concretas do usufruto efetivo da justiça"? Para a regra ser aplicada efetivamente é preciso levar em consideração outros elementos ligados a qualidade e a quantidade, o remediável e o irremediável, os idênticos e os compatíveis, entre outros. Desta ideia, decorre que nos debates sobre o tema da justiça e da injustiça acabam-se chegando na questão de onde se desenvolvem e se opõem uma confusão de ideias incompatíveis a regra e a sua aplicação como a justiça na origem ou na igualdade de oportunidades, ou àquela (justiça) que é alcançada na chegada, neste caso, para fazer justiça deve-se impor desvantagens aos melhores e mais bem-dotados por natureza?

Essas questões, entre outras, como ser favorável ou não ao aborto, a favor ou contra a diminuição da maioridade penal, recorrem ao pensamento *dóxico*, e a um sistema de valores que cada ser humano possui e a partir deles os seres humanos defenderão as suas ideias. Dentro da perspectiva da análise do discurso, é pelo fato do orador querer agir sobre seu auditório que este deve levar em consideração o sistema de crenças prévias, mesmo que não esteja interagindo com o público face a face. Conforme, Ruth Amossy (2020, p. 54) adaptar-se ao auditório é antes de tudo levar em consideração a sua *doxa*. Para elaborar uma imagem do seu auditório, o orador deve ter como referência as "opiniões dominantes" e as "convicções indiscutíveis", ou seja, àquelas premissas que fazem parte da bagagem cultural, além disso, é preciso saber o nível de educação, o meio social do qual fazem parte, e a função que assumem na sociedade.

Desta forma, se por exemplo, um político estiver se dirigindo a uma categoria como a dos professores, ele conscientemente, pressupõe sua formação, seu nível de conhecimento, qual o tipo de linguagem deve usar para se comunicar, e a partir da bagagem cultural daquele grupo e de seu posicionamento na sociedade, o tipo de argumento que deve utilizar para defender suas ideias, pois, é somente quando ele consegue ter uma ideia de seu auditório que o orador pode tentar aproximá-lo de seus próprios pontos de vista. Desta forma, conforme Amossy (2020, p. 55) o "face a face" argumentativo passa por um imaginário.

Dentro desta perspectiva, o auditório real não é o mesmo do auditório imaginário, pois este recebe a influência da subjetividade do orador. No entanto, quanto mais próxima for a imagem que o orador faz do seu auditório, do auditório real, maiores serão as chances de convencê-lo. Conforme Amossy (2020, p. 55), "a distância entre a imagem do auditório elaborada pelo orador e o público efetivo determina a eficácia da argumentação", assim também postula Perelman e Olbrechts- Tyteca (2005, p. 23) "uma imagem inadequada do auditório, resultante da ignorância ou de circunstâncias imprevistas, pode ter as mais desagradáveis consequências".

Um dos elementos que afeta diretamente a imagem que o orador faz do seu auditório, perpassa pela noção de estereótipo, conceito intrinsecamente *dóxico*. O estereótipo, segundo Amossy (2020, p. 58-59) pode ser definido como "a imagem coletiva fixa, que se pode descrever atribuindo um conjunto de predicados ao tema", ou seja, "trata-se de um imaginário de época que compreende um estoque de clichês, de representações coletivas compartilhadas por uma comunidade, ou ao menos conhecidas por ela". A representação do estereótipo perpassa pela caracterização de algo por meio de uma representação cultural preexistente, um

esquema coletivo fixo, de forma que, ao ver ou se deparar com o objeto, o indivíduo o associe diretamente ao estereótipo pré-existente.

A estereotipagem permite ao homem encontrar em relação ao seu grupo alvo, seu sistema de crenças, suas ideias, seus preconceitos, seus anseios, e todos esses elementos *dóxicos* favorecerão a construção de um discurso mais direcionado e objetivo. Mesmo em conversas curtas entre dois indivíduos é possível observar como o estereótipo pode levar o indivíduo a discursar e a se comportar de forma diferente, nos mais diversos contextos. Esse processo de estereotipagem tão comum ao homem é encontrado também nos textos escritos quando se percebe os índices de alocução no discurso.

No entanto, conforme Seixas (2019, p. 122) conceitua em seu artigo *Retórica da pós-verdade: o problema das convicções*, o qual trata sobre "o conceito de pós-verdade como o qualitativo das circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na opinião pública que os apelos emocionais e as crenças", podemos perceber um arriscado caminho percorrido pela sociedade pós-moderna com relação a

> [...] uma superação do desejo de verdade por parte dos sujeitos, ao menos da verdade divergente da sua. Por assim dizer, haveria certo desinteresse dos sujeitos em estabelecer um movimento heurístico de verificação dos fatos e das verdades, porquanto mais vale a manutenção das convicções e das identidades do que um verificacionismo a todo custo. Não há, logo, preocupação em checar os fundamentos e fontes de uma verdade, já que há sempre uma leitura pré-programada dos sujeitos, enviesada, por certo, dos eventos sociais (Seixas, 2019, p. 125).

Isto posto, podemos perceber uma tendência da sociedade pós-moderna em manter o *status quo* das opiniões fundadas em convicções, assim como nos estereótipos e de tudo aquilo que facilmente é absorvido como verdade já pré-construída, do que questioná-los e reconfigurar uma nova forma de pensamento. Ou, dos indivíduos questionarem seu próprios conceitos e formas de ver o mundo, o que pode levar a enganos e injustiças.

Retomando os conceitos que demonstram a influência da *doxa* no auditório, utilizaremos algumas definições estabelecidas pela estudiosa Ruth Amossy, como os de auditório homogêneo e compósito. Esses conceitos são importantes pelo fato do caráter unificado ou não do público ao qual o orador se dirige ser crucial para modelar o discurso argumentativo e determinar a sua complexidade. O auditório homogêneo, segundo Amossy (2020, p. 63) é aquele que é formado por pessoas que compartilham valores e possuem objetivos idênticos. Quando se fala em auditório homogêneo não significa que todos pensam de forma igual, até porque esse tipo de auditório não é real, mas deriva do fato do orador apostar sobre

um “denominador comum”, conferindo àquele grupo uma coerência e unidade, podemos exemplificá-lo como um político que se dirige aos seus partidários em um comício. Neste caso, o orador, a partir do uso do estereótipo utiliza premissas compartilhadas pelo seu público-alvo.

O segundo tipo de interação argumentativa, conforme Amossy (2020, p. 68), “é aquele que opõe um orador a um auditório homogêneo, que não apenas não partilha valores e posições daquele que tenta persuadi-lo, mas também se lhe opõe vigorosamente”. Neste caso, a argumentação deve se centrar em premissas comuns aos dois, para além de duas divergências. Desta forma, encontrará pontos de acordo e apoio que podem se sobrepor as desavenças.

No terceiro tipo, quando o orador se encontra em face a um auditório compósito, ou seja, formado por um grupo diversificado de pessoas, Amossy (2020, p. 69) considera algumas ações para o analista do discurso, como:

> 1. classificar os grupos de auditórios aos quais o discurso se dirige em função dos três critérios verbais já evocados: designações, pronomes pessoais, evidências compartilhadas; 2. examinar como o discurso hierarquiza os grupos, qual é a importância atribuída a cada um deles, segundo o lugar que ocupam no texto ou segundo a insistência dada aos valores que os distinguem?; 3. ver como as premissas e as evidências compartilhadas que o discurso utiliza para cada grupo se conciliam entre si (tarefa mais ou menos difícil, conforme o grau de heterogeneidade do público e, portanto, da divergência de suas premissas).

A partir dessas indicações, podemos perceber que este tipo de discurso possui objetivos diversos e simultâneos, e tenta dialogar com ambos os lados, utilizando-se em muitos casos de pontos de acordo comuns aos dois, sem contrariar nenhum dos lados.

Após as explanações descritas nesta subseção, podemos perceber que o discurso é moldado pelo orador baseado na imagem que ele constrói do seu auditório, uma imagem que é formada a partir de um processo de estereotipagem que cria uma imagem das crenças, valores e necessidades do seu auditório, e partir delas auxilia o orador a organizar e formular suas premissas baseadas naquilo que possibilitará a persuasão, e, portanto, atingir os seus objetivos.

A seguir será descrita a metodologia utilizada nesta pesquisa, e de forma subsequente procederemos as análises dos pronunciamentos a fim de perceberemos como esses conceitos são aplicados na análise dos discursos.

# 5 METODOLOGIA DA PESQUISA

## 5.1 NATUREZA DA PESQUISA E DELIMITAÇÃO DO CORPUS

O presente trabalho caracteriza-se metodologicamente como uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que este tipo de pesquisa estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Segundo Godoy (1995, p.21), a "pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes", neste sentido, a política e a prática política como um fenômeno de atuação de diversos atores é um palco para reflexões das interações sociais e do viver em sociedade.

Levando em consideração o *corpus* de análise desta pesquisa, podemos enquadrá-la como qualitativa do tipo documental, tendo em vista que o objeto de análise se apresenta de forma escrita, a partir da transcrição do áudio dos pronunciamentos escolhidos, proferidos na tribuna, os quais são transmitidos pelo canal "Ascom Câmara Feira" da plataforma de compartilhamento de vídeo *YouTube*, disponíveis em: https://www.youtube.com/@AscomCamaraFeira.

De acordo com Godoy (1995), os documentos constituem uma rica fonte de dados, os quais podem ser examinados e reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares, podendo também, ao serem analisados por outro viés, trazer novas e diferentes contribuições. Pode-se destacar também que a fonte documental desta pesquisa se caracteriza como primária, tendo em vista que será tratada de forma direta pelos pesquisadores, sem nenhum tipo de mediação anterior sobre o objeto de estudo.

Com relação ao *corpus*, esse foi escolhido cronologicamente tendo por início o dia da ocupação do prédio da Prefeitura pelo professorado da rede municipal, realizada no dia 31 de março de 2022, desta forma, foram escolhidos discursos pertinentes a três Sessões Ordinárias: a anterior a controvérsia pública; a logo após a controvérsia pública, a qual foi inteiramente dedicada a esta; e a Sessão subsequente, momento no qual o rito da Sessão retornara à normalidade.

Esses discursos foram proferidos nas figuras dos vereadores Líder da Oposição e de um vereador governista, o qual utilizou o tempo da Liderança do Governo. Como nas duas primeiras Sessões não houve pronunciamento do Líder do Governo sobre a temática, apenas da Liderança da Oposição, a disposição das análises se constituíram da seguinte forma: Sessão

Ordinária nº 35/2022, um pronunciamento do Líder da Oposição; Sessão Ordinária nº 36/2022, um pronunciamento do Líder da Oposição; Sessão Ordinária nº 37/2022, dois pronunciamentos, um do vereador governista, utilizando o tempo da liderança do governo, e um do Líder da Oposição, totalizando quatro pronunciamentos para análise.

Como procedimento metodológico utilizado por esta pesquisa, inicialmente o *corpus* foi transcrito de forma a se obter o melhor entendimento sobre o rito do pronunciamento, não se tratando de transcrições concernentes a prosódia.

Em seguida, realizamos as análises por meio das partes do texto retórico e dos tópicos discursivos a partir de uma perspectiva discursivo-argumentativa. Esse método, segundo Amossy (2020), parte do pressuposto de que a análise do discurso e a argumentação retórica se combinam e se completam para explorar, simultaneamente, o funcionamento verbal do discurso e suas funções sócio-discursivas, de forma que nos permita compreender a controvérsia pública, assim como compreender o funcionamento dos esquemas argumentativos, caracterizar o auditório e identificar a *doxa*, conforme estabelecido como objetivos desta pesquisa.

## 5.2 TRANSCRIÇÃO DO DISCURSO DO VEREADOR LÍDER DA OPOSIÇÃO - SESSÃO Nº 35/2022

Senhoras e senhores, bom dia! Bom dia às pessoas que acompanham pela rede, profissionais de mídia aqui na galeria, especialmente mais uma vez trabalhadores e trabalhadoras do dito Shopping Popular, e eu sempre digo assim, do "tal Shopping Popular", do "dito Shopping", porque não acredito que seja popular efetivamente, seja o modelo, seja a gestão, seja todos os abusos que se vivencia naquele espaço, mostram que a realidade está muito longe de atender as necessidades populares, e esta Casa tem um compromisso com a investigação que é necessária para passar a limpo o conjunto de problemas vivenciados naquele local, mas é importante ter em vista, já disse isso também às pessoas, que seja a CPI, seja outras medidas da Câmara Municipal, não repercutem diante de um grave problema, o problema vivenciado no Shopping Popular, não é para hoje, não é para amanhã, do ponto de vista da solução, é para ontem. E é isso, na verdade, que precisa ser enfrentado, e é importante ter em vista o papel que o governo municipal tem, e tem se esquivado, de responder a isso. De encaminhar soluções imediatamente, que é o que se passa no shopping popular.

**Dito isso, quero falar de duas outras situações aqui, neste tempo, uma é a grave situação da educação no município de Feira de Santana.**

**As famílias na expectativa que a rede municipal funcione, esteja em condição adequada de acolher as suas crianças, ao mesmo tempo, as categorias que formam quem está no chão da escola enquanto profissionais da educação, buscando a sua devida valorização, e nesse meio tempo, seja a Secretaria de Educação, mas especialmente o Prefeito Colbert Martins Filho, fingindo que não é com ele.**

**Eu estive na reunião de negociação na semana anterior e estive no final da reunião ontem à noite. O professorado estava lá mais de nove horas da noite, aguardando do lado de fora da Secretaria de Educação uma resposta em relação as suas reivindicações, e devo dizer aqui, que não avançou em nada, em nada.**

**Do ponto de vista dos problemas que foram apresentados, nada avançou, parece, e eu não tenho outro juízo a fazer que o governo municipal quer uma greve, quer que as escolas não funcionem.**

**Parece que essa é a vontade do Prefeito. Então, eu já disse aqui, se se quer resolver uma situação como essa, é importante demonstrar boa vontade, disposição.**

**Colocar "a mão na massa" pra resolver os problemas que marcam as escolas do município, e não fingir que isso não está acontecendo, ou pior, utilizar a mídia para tentar jogar a população contra quem luta pela educação, enquanto direito.**

**Infelizmente, aí eu novamente peço aqui aos colegas que são da bancada do governo, que façam um esforço, que levem ao Prefeito, que busquem soluções, as famílias querem que as escolas funcionem e quem não quer, do jeito que se comporta, é justamente o governo municipal, que se nega a apresentar solução para qualquer um dos problemas vivenciados pela rede municipal.**

**O Prefeito quer que as escolas continuem fechadas? É isso? Então, agora pela manhã, acontecerá uma assembleia que tem a possibilidade de deflagrar uma greve por**

**tempo indeterminado, por irresponsabilidade total e irrestrita do Prefeito Colbert Martins Filho, que até agora se recusou, e eu costumo dizer aqui, que qualquer outro governante, qualquer outro governante, diante de problemas tão graves, seja no caso do shopping, como citei aqui, mas da educação e do transporte, não mandaria recado por terceiros, ou fingiria que o problema não é com ele, diretamente, sentaria, receberia aquele segmento e buscaria resolver a situação, nós vivemos o contrário em Feira de Santana.**

Mas também quero tratar de um outro tema, neste 31 de março, 31 de março para alguns é a data que marca o golpe civil militar de 64. Eu digo para alguns, que a data mais apropriada, inclusive mais rigorosa, é o 1º de abril. E não poderia deixar de ser, 1º de abril é o dia da mentira também, então, foram 21 anos, pelo menos, a partir de 64, de mentira, porque diante das desigualdades profundas da sociedade brasileira, diante da possibilidade de um projeto que buscava democratizar, popularizar efetivamente o Estado no nosso país, o golpe de 64 interrompeu isso, e ofereceu uma mentira. Essa mentira é a ideia de que é possível resolver os problemas brasileiros, simplesmente com a força, simplesmente com o arbítrio, e isso, e isso, nós estamos vendo agora, e é por isso que digo isso nessa data, uma tentativa de recuperar isso, como se fosse algo bom. Nós temos um governo, que é o governo Bolsonaro, que é um governo saudoso desta ditatura, que não cansa de fazer propaganda deste período, que deveria ser um período não esquecido, mas lembrado pelas mazelas que produziu: aumentou a desigualdade, aumentou o endividamento do país, deixou uma inflação gigantesca que corroeu a possibilidade das pessoas viverem bem, porque impacta no custo de vida, privatizou um conjunto de coisas que era um patrimônio da sociedade brasileira, um conjunto de problemas, que não atoa, num governo como o governo atual, que é o governo Bolsonaro, saudoso da ditadura, nós vemos se repetir. Que que nós assistimos hoje? Aumento da desigualdade, má concentração da riqueza, piora generalizada da condição de vida, principalmente de quem é trabalhador, trabalhadora, inflação corroendo a condição de vida, principalmente de quem é mais pobre, então não é coincidência que num governo, num governo saudoso da ditatura, a gente conviva também com problemas muito semelhantes ao que a ditadura pós 64 deixou na sociedade brasileira, então neste 31 de março, aproveito para chamar a atenção e dizer o seguinte: Ditadura nunca mais. Obrigado!

## 5.3 TRANSCRIÇÃO DO DISCURSO DO VEREADOR LÍDER DA OPOSIÇÃO - SESSÃO Nº 36/2022

Senhoras e senhores, bom dia! Bom dia a todos os colegas, mesmo àqueles que não prestaram a solidariedade devida.
Bom dia a profissionais de mídia que tiveram colegas também brutalmente violentados dentro desse processo.
Bom dia às assessorias jurídicas aqui presentes que também tiveram colegas violentados dentro desse processo, enquanto advogados e advogadas.
Bom dia sobretudo, às pessoas que acompanham essa luta que mais uma vez lotam essas galerias pra exigir o básico, que aja diálogo, e que seus direitos sejam respeitados.
Então, quero dizer, inicialmente, que toda brutalidade que nós vimos na semana passada, não pode passar em branco, e começo com isso, e terminarei com isso, não pode passar em branco, a coisa mais absurda que ocorreria seria nesta sessão da Câmara Municipal, se começássemos os trabalhos tratando dos temas que são importantes e várias questões fundamentais para o município passam por esta Casa Legislativa. A própria pauta de hoje é reveladora disso com projetos ligados à área da saúde, uma série de outros problemas do município, mas também ligados a realidade das escolas, como o projeto de garantia da presença de psicólogos e assistentes sociais em todas as escolas do município, mas seria um absurdo se mesmo tendo um conjunto de coisas importantes a tratar, fingíssemos que nada aconteceu.
Que o que se passou na quinta e sexta-feira da semana passada foi algo normal, aceitável, porque se assim fizermos, aqui e ali, trataremos aqui mesmo nesse espaço e a mesma mídia de Feira de Santana que tem "cobrido" da forma que a gente vê, todo esse conflito, vai tratar não simplesmente de agressões, mas da morte de alguém, a mando do Prefeito Colbert Martins Filho, porque se nós não dermos um freio nessa situação agora, daqui à ali, pode não ser com o professorado, mas talvez seja com feirantes, seja com alguém de alguma comunidade rural, seja de alguma outra categoria profissional que tem a coragem de erguer sua cabeça e usar a sua voz pra reivindicar.
Então não poderíamos iniciar os trabalhos com normalidade, porque não vivemos um período normal no município de Feira de Santana.
Se já tínhamos um governo horrível, impopular, e pior, antipopular, porque não é simplesmente o fato de ter insatisfação relacionado ao Prefeito Colbert Martins Filho, de antes da própria eleição, ao ponto de terem fraudado pra ganhar o processo eleitoral.
Não é simplesmente isso, é um governo antipopular, contra, contra o direito do povo feirense, que nega isso sistematicamente. Então, quero dizer de partida que nós não podemos perder o foco, primeira coisa, continua colocada a necessidade do governo municipal responder a todos os pontos que foram apresentados em relação a situação das escolas do município, em relação a categoria de trabalhadoras e trabalhadores em educação.
Isso continua sem resposta. Com toda essa brutalidade, nós vemos, vergonhosamente, figuras que tem um papel de formação da opinião pública discutindo o que que foi quebrado ou não

dentro do prédio da Prefeitura ao invés de dialogar com algo que está posto para milhares de pessoas em Feira de Santana.
No dia quatro circulou matéria num desses mesmos veículos que tem se prestado a este papel, dizendo que o teto de uma escola no Alto do Papagaio estava para desabar, desabar, uma manifestação de mães e pais, é político partidário isso?
Então, quem trata desses assuntos pra começar deve ter vergonha na cara, se respeitar, e respeitar as pessoas que estão dando o seu suor, lágrimas e sangue para não um benefício "de umbigo próprio", mas numa luta que tem a ver com melhorar, e eu não tenho dúvida porque a educação tem um papel, melhorar a realidade de Feira de Santana.
Então, nós continuamos com escolas sem a reforma devida, sem que a merenda esteja assegurada, sem que o fardamento esteja colocado, mesmo com falta de carteiras, visivelmente abandonadas, inúmeros e inúmeros relatos.
Ainda assim com a Secretaria de Educação dando respostas vagas, "estamos fazendo", e aí vocês voltam para as escolas.
E ao mesmo tempo, tudo aquilo ligado a necessária valorização profissional, porque não haverá boa educação se não se valoriza quem está no chão da escola, quem está na ponta lidando com gente e nós vivemos, a negativa de tudo aquilo que tem a ver com a carreira, e não é de hoje, mas se agrava no governo Colbert Martins Filho.
Então, coisas muito antigas colocadas, as licenças, a alteração de carga horária, conseguiram piorar, Sr. Presidente, porque no meio da pandemia quem é profissional da educação tem que conviver com cortes salariais, no momento onde as pessoas mais precisaram que a sua renda fosse assegurada, cortes salariais até agora não resolvidos, pior, vivendo com a humilhação de falar em parcelado, com atraso, quando nenhuma outra categoria, nenhuma outra, do serviço público do município vivencia essa situação.
É, ou não é perseguição em relação aos professores, professoras e demais profissionais da educação? É ou, não é? Nenhum outro servidor público do município tem o seu contracheque dividido em duas partes, com atraso na segunda, como mês a mês, tem-se convivido com isso há um ano, uma medida, veja que não envolve nenhum gasto a mais para o município, é uma medida administrativa, pelo contrário, é até mais simples fazer um único contracheque.
Porque não foi resolvido? Não é pura e simplesmente o desejo de massacrar a educação e depois não quer que as pessoas se movimentem, que cobre, enquanto profissional de mídia neste processo, está a par desta situação, sabe que é desse jeito, então é por isso que as pessoas foram às ruas, é por isso que as pessoas vieram à Câmara Municipal solicitar o devido e obrigatório apoio do poder legislativo, porque todas as pessoas quando chegam neste espaço fazem um juramento, as vezes esquecem, mas o juramento é de honrar o seu papel enquanto representante popular, esquecem, mas é esse o juramento feito.
Então, quero dizer, que continuamos, continuamos, esperando a devida resposta do governo municipal a todos esses problemas da educação. E que o a gente assistiu de modo lamentável nos últimos dias é um Prefeito e seus meninos de recado, indo à mídia pra distorcer as coisas, pra responder e falar sobre tudo, menos sobre os problemas da educação do município, parece que querem que as escolas não funcionem, então, pai e mãe, todos, todos os familiares que acompanham este momento, que vão ter acesso a este momento de discussão na Câmara, tenham ciência.

Hoje, se sua criança não pode estar dentro da escola, existe um culpado, o culpado é o Prefeito Colbert Martins Filho que tem se recusado a dialogar e apresentar respostas para os problemas, não tem qualquer outra pessoa que possa ser mais culpada do que ele, e tudo que se diga do contrário é mentira.
A resposta precisa vim, a secretaria de educação disse que na manhã de hoje estudava a pauta de reivindicações, a mesma conhecida há um ano ou mais, esperemos que aja posição, mas além disso, eu quero também fazer um apelo a quem é profissional de mídia, aos veículos de comunicação, não embarquem, na narrativa mentirosa que o governo municipal tem buscado empurrar guela abaixo do povo feirense, não embarquem, tenham responsabilidade na apuração e eu digo isso por uma razão muito simples, quem assim o fizer ficará desmoralizado perante o povo, mas ficará desmoralizado perante os fatos, nós temos horas e horas de gravação, horas e horas de gravação que mostram em detalhe cada um dos pontos que têm sido alvo de mentira por parte do senhor Prefeito Colbert Martins Filho, e dos seus outros capangas, então, quem mentir, ou quem passar a mentira adiante vai sofrer também a mesma desmoralização.
E hoje já começaremos em relação a isso.
Por isso, eu tenho absoluta tranquilidade, não só, não só, a verdade está do lado do movimento da educação, está ao nosso lado, daqueles e daquelas, vereadores que se colocaram cumprindo o seu papel enquanto representante popular, e isto nós temos de modo documentado.
Então, toda vez que o Sr. Prefeito Colbert Martins Filho propagar uma mentira, combinar entrevista com pergunta ensaiada pra tentar desqualificar o movimento, ou pura e simplesmente, já que ele não tem a articulação necessária, nem a coragem para vir pra um debate direto com qualquer  um de nós aqui, toda vez que ele grava um vídeo daqueles lendo um textinho, que a assessoria de comunicação dele preparou pra ele ler, mecanicamente como faz, nós divulgares vídeos que colocam e mostram a contradição, a mentira escancarada que ele está falando.
Então se preparem, se preparem, por isso, e com isso finalizo Sr. Presidente, dizendo que nós precisamos tratar da responsabilização, como eu disse, e comecei dessa forma, colocando que o que aconteceu não pode ficar impune, passar em branco, porque daqui a ali, daqui a ali, vão matar alguém utilizando os mesmos mecanismos de repressão que foram utilizados na semana passada, e por isso, quero dizer pra guarda municipal que o nosso problema não é com a corporação em geral, nunca foi, nosso primeiro diálogo em todas as manifestações e nessa também, sempre foi o nosso problema é com quem dá as ordens, não é com vocês, e por isso, agradeço as manifestações de vários e várias guardas municipais que vieram se colocar em situação de absoluta vergonha diante do que colegas fizeram, cumprindo ordens do próprio Prefeito Colbert Martins Filho, do Secretário de Prevenção à Violência, que na verdade me parece mais tem sido de promoção à violência, a comandante da guarda municipal, todas essas pessoas tem responsabilidade enquanto mandantes e deram ordens e muitas vezes colocaram o guarda, a guarda, como bucha de canhão, mas também não poderia deixar de registrar àqueles e àquelas  da guarda que não se contentando com o seu papel enquanto servidores públicos que lidam com gente, resolveram vestir a camisa do Prefeito e agir como capangas, quem é capanga não é o servidor público, essas pessoas serão devidamente responsabilizadas, não tenho dúvida, essas pessoas não tem condição de continuar no serviço público municipal, então nosso problema não é com o conjunto da guarda, mas é com quem, desconhecendo seu papel legal, veste a camisa do Prefeito, aí sim, uma ação político partidária e age como capanga, como

jagunço, para essas pessoas e seus mandantes que são ainda mais covardes, porque tem quem é covarde ao bater em Rafael no chão, inúmeras vezes, pisoteando com o cassetete, várias pessoas ao mesmo tempo, são covardes, se escondendo, retirando a identificação funcional, achando que nós não saberemos a ordem de serviço, a escala de quem estava, essas pessoas são covardes, mas mais covardes ainda, são aqueles que se escondem atrás desse, que dão as ordens, e eu não tenho dúvida, o covarde maior é o Prefeito Colbert Martins Filho, não tem outro nome, por isso a responsabilização vai cair em quem é de direito, a quem, na guarda abusou, ao secretariado que agrediu brutalmente, inclusive o Presidente dessa Casa, e ao Prefeito Colbert Martins Filho. E é com isso que eu finalizo dizendo que a responsabilização dele é uma responsabilização de toda ordem, ele tem ido "pras" rádios dizer que está movendo processos, que as pessoas terão que indenizar, este é o segundo em que eu e outros colegas são colocados como réus, é uma clara tentativa de intimidação, de amedrontar, segundo processo, por estar ao lado das lutas populares e não tenho nenhum arrependimento, nenhum temor, porque como disse, porque como disse, a razão está do nosso lado, a razão está do nosso lado, mas ele também vai ser alvo da devida responsabilização, nós denunciamos também as agressões, ele vai ser alvo da responsabilização criminal, daquela que perpassa pela necessária indenização a cada um, cada uma que foi agredido, mas existe uma responsabilização de outra natureza, a responsabilização institucional e política, esta Casa precisa responder a agressão feita ao poder legislativo, ao povo feirense, a todo e qualquer interesse público.

E as pessoas tem dito nas ruas, e não estão inflamadas por ninguém, dizem por que se sentem indignadas, revoltadas, e com toda razão, "fora Colbert", "fora Colbert", por isso seu Presidente, podem tentar, podem tentar, mas não vão calar a nossa voz, se o Prefeito acredita que usando todos esses mecanismos, os mais baixos possíveis, como chantagem em relação a liberdade de um jovem dentro do prédio da Prefeitura Municipal, isso vai parar, a luta que acontece, seja na educação, seja em outros setores em Feira de Santana, está enganado, não calará a nossa voz.

Obrigada Sr. Presidente, e por isso, quero pedir aqui, quero pedir, já como prova do que dissemos que a verdade está do nosso lado, assim como a história não tenho dúvida, não tenho dúvida, nós exibiremos hoje, só uma pequena amostra de vídeos que demonstram muito claramente a mentira que é contada de todo o início do processo, e olha, como eu disse, foram cerca de trinta horas de gravação, nós temos muito mais do que isso em termos de material gravado, então quem do governo municipal ou subir aqui nessa tribuna ou ir pros veículos de comunicação mentir, saiba que terá um preço alto porque mentirá sendo submetido a prova documentada.

Então eu peço Sr. Presidente, que haja a suspensão momentânea da sessão para exibição do vídeo que mostra esse momento inicial e consegue comprovar aqui devidamente que nós estamos corretos e corretas no nosso papel de mediação de uma situação que envolve o conflito da educação no município, e que quem agrediu, quem, quem violentou, quem abusou do seu poder, definitivamente não é ninguém que aqui está, mas sim quem se esconde e por ora ocupa, por ora ocupa a cadeira de Prefeito de Feira de Santana.

(Em seguida, a sessão foi suspensa para exibição do vídeo.)

## 5.4 TRANSCRIÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS – SESSÃO Nº 37/2022

### 5.4.1 Pronunciamento do vereador Líder do Governo

**Líder do Governo**: Senhor Presidente, senhores vereadores, senhoras vereadoras, internautas, senhoras e senhores presentes na galeria.
Eu queria inicialmente, Sr. Presidente, falar da greve dos professores da rede municipal.
Eu particularmente já me pronunciei em outras oportunidades e disse que sou inteiramente favorável a uma coisa chamada diálogo. O grande problema, é que às vezes as reivindicações feitas, senhoras professoras e senhores professores, pela APLB, extrapolam qualquer ideia daqueles que pensam e reconhecem os direitos e as reivindicações justas do professorado.
A APLB, neste Estado, infelizmente, vereador Oliveira, é uma instituição que defende copartidária. Eu vou lhe dar um exemplo, o Governo do Estado, vereador Américo, não dá aumento, ou não deu aumento salarial aos seus servidores há oito anos, inclusive, na área de educação, foi dada agora recente 4% de aumento salarial e deu até 16% para concluir ou atingir o piso salarial nacional dos professores do Brasil, e essa APLB, é tão ingrata que não reconhece que foi Jair Bolsonaro, o Presidente da República, que elevou o piso salarial para R$ 3.800 reais.
Nunca foram capazes de dizer "esse piso nacional partiu do governo federal". A APLB não fez ainda um único movimento, durante oito anos, questionando o não aumento dos salários por parte do Governo do Estado. Então há prova inequívoca de que a APLB é uma instituição tendenciosa em Feira de Santana.
É uma instituição serviçal. É uma instituição que está infelizmente defendendo partidos políticos e eu entendo que esta greve é inoportuna, a greve é inoportuna, sabe porquê? Vereador Augusto, eu gostaria que Vossa Excelência me concedesse um tempo por favor.

**(Vereador Augusto concede o tempo da Liderança do Governo).**

**Vereador Augusto**: Concedo o tempo da liderança do governo ao vereador na tribuna.
**Líder do Governo**: Olhe só, o Presidente da República, deu 33% de aumento salarial, ou melhor, não foi nem aumento, no piso salarial dos professores a nível nacional.
**Líder da Oposição**: Um aparte Excelência.

**Neste momento, o vereador Líder da Oposição solicitou aparte para falar no tempo do Líder do Governo.**

**Líder do Governo**: Oportunamente vereador, 33%, os professores que ganhavam em Feira de Santana por exemplo com 40 h, R$ 2900, foram todos elevados para R$ 3800 reais, aconteceu também no Governo do Estado, que chegou até a dar 16% no piso salarial, exatamente para atingir os R$ 3.800 reais.
**Líder da Oposição**: Um aparte excelência.

**Líder do Governo**: Oportunamente vereador, vou conceder, tenha certeza. Exatamente para chegar ao teto do piso salarial nacional, e aqui, a APLB quer além desses 33% já garantidos a nível nacional, eles querem mais 33%.
Sr. Presidente, senhores vereadores, isso é um absurdo. É uma greve política. O interesse é exclusivamente político partidário. Vereador que seja breve.
**(Neste momento o orador concedeu aparte ao Líder da Oposição)**
**Líder da Oposição**: Excelência, parece que o senhor estava dormindo em todas as outras sessões e acordou hoje sabendo tudo sobre a greve, ao ponto de mentir. E aí eu digo muito diretamente, o que o senhor está apresentando é mentira. A pauta não é essa, 33,23% já foi atendido. Então, não minta sobre os números, se não, ...
**Líder do Governo**: Pois não vereador, Vossa Excelência já está usando um vocabulário que não é da sua índole, mas o senhor está liberado pelo aparte. Por que pra mim é mentiroso é quem exibe vídeos que são apenas interessantes para quem quer. Vossa Excelência, por exemplo, tem vídeo lá batendo em, batendo em guarda municipal e não foi exibido ontem.
**Líder da Oposição**: Eu quero que o senhor prove. Traga o vídeo e exiba. Traga o vídeo e exiba.
**Líder do Governo**: Muito Obrigado. Pronto vereador, com todo respeito que eu lhe tenho.
**Vereador Augusto**: Concedo mais três minutos para o vereador na tribuna do Democrata.
**(Vereador Augusto concedeu mais três minutos ao Líder do Governo)**
**Líder do Governo**: Pois não, vereador (Líder da Oposição), com todo o respeito que lhe tenho, pois sei que a recíproca é verdadeira, mas nós não estamos mentindo aqui não. Nós estamos afirmando que o governo municipal elevou a R$ 3800 reais o piso salarial de todos os professores de Feira de Santana, tínhamos apenas 37 professores, 37 professores, que não estavam atingindo o piso salarial, e que hoje, já foi publicado e os 37 que restavam receberam o que é garantido, que é garantido por Lei, os 33%, ou, o valor percentual para atingir o teto nacional do piso salarial. Eu queria, vereadora Lu que incluísse meus três minutos cedidos pelo vereador Augusto, a quem aproveito para agradecer. Então essa história de mentira, aliás vereador, essa Casa está com um "rebanho de mentirosos", um "rebanho de mentirosos". Ontem, a gente estava ouvindo uns vídeos, onde o vereador Dias, "gato mestre", selecionou àqueles que interessavam a ele e exibiu, mas têm outros vídeos excelência do senhor lá, Dias, insultando a guarda municipal, inclusive Dias, o (Líder da Oposição), que eu lamento profundamente, um homem que tem uma estatura extraordinária, a gente ter que ver cenas lá, agredindo também guarda municipal. Violência só gera violência.
Violência não se retribui com violência, a gente tem que ter respeito acima de tudo. Respeito mútuo, coisas que a APLB não tem.
Não foi capaz, Lima, de dizer que a elevação do piso nacional dos professores foi Jair Bolsonaro que deu.
Os senhores já ouviram falar que a APLB levantou a voz para criticar o Governo do Estado que há 8 anos não dava 0,1% de aumento salarial para os servidores do estado e também da educação? Não, não.
Por que se calam, porque se calam diante dos interesses particulares. Os interesses particulares são mais fortes do que os interesses coletivos, então Sr. Presidente, eu quero lamentar profundamente e dizer que o Governo Municipal já concedeu, já equiparou o piso nacional dos professores e está agora sentado com os representantes da APLB propondo o mesmo percentual

que o estado deu aos professores, e que eles não fizeram greve e não fizeram nenhum movimento, 4% além desse aumento.
Ou seja, o piso salarial foi para R$ 3800 e o Governo Municipal está dando mais 4%. Está agora sentado discutindo com a APLB. Então, nós queremos deixar claro que infelizmente, infelizmente, usa-se dois pesos e uma medida, porque se usassem dois pesos e duas medidas estava tudo igualzinho, mas é dois pesos e um medida, para o Governo do Estado a APLB se cala, quando se fala do Governo Municipal aí a APLB "abre o bico".
Pois não vereador.
**Vereador Augusto (em aparte)**: Um aparte excelência. Lamentável ainda excelência, estamos vendo nos grupos de *whatsapp*, no *face*, nos sites e blogs, uma proposta, se for verdade, indecente da APLB quando ela sugere cancelar o ano letivo de 2022. Lamentável se isso for verdade.
**Líder do Governo**: Eu quero encerrar, senhora Presidente, lamentando profundamente as ações de vereadores da estatura do vereador (Líder da Oposição) e Dias, que usam inclusive em rádios hoje, taxando a gente de mentiroso. Mentiroso é quem tira uma de "gato mestre" para tirar proveito próprio.

### 5.4.2 Pronunciamento do vereador Líder da Oposição

**Líder da Oposição:** Senhoras e senhores, bom dia!
Bom dia aos profissionais de mídia e as pessoas que acompanham pela rede, todas as pessoas aqui presentes na galeria.
Subo à tribuna, não poderia ser diferente, para combater a mentira espalhada pelo Governo Municipal e pelos seus meninos de recado, que não têm a coragem se quer, de ficar para escutar, como o colega, que não teve a coragem de apresentar estas mesmas opiniões mentirosas, ontem, quando a galeria estava tomada pelo professorado, mas se sentem à vontade, depois de ter acordado e recebido a orientação do Prefeito Colbert Martins, que falou assim "vá lá e minta", pra vir aqui, tem pessoas que se presta a tudo.
Eu acredito que para entrar na vida pública, pra começar, a pessoa precisa se respeitar, quem não se respeita não tem lugar na vida pública, se vende em troco de qualquer vantagem, se presta a tudo.
E aí, e aí, quero aqui dar as informações.
Vir aqui dizer que o piso salarial foi dado pelo Presidente Bolsonaro, é uma Lei, Lei 11.738/2008, prevê reajuste anual a ser publicado por portaria, todos os anos pelo Ministério da Educação. Esse ano é o primeiro onde o Ministério da Educação publicou nota contra o reajuste. Só cedeu com pressão popular, pressão do movimento de educação.
Vereador Augusto veio aqui colocar em questão, dizer que a direção sindical, a APLB, está defendendo uma coisa que é um crime, uma mudança no calendário, tem nota do Conselho Municipal de Educação desmentindo, mas vem aqui espalhar mentira porque a linha do Governo Municipal é essa.
Não resolver os problemas e espalhar mentiras, gerar confusão, transformar quem foi agredido em agressor, é isso que nós estamos assistindo. E por isso mesmo ele citou o Estado, erradíssimo.
O governo Rui Costa encaminhou uma proposição na Assembleia Legislativa que achata a carreira, que garante o piso apenas "pros" níveis iniciais, combatemos isso, apresentamos inclusive proposta divergente, ao contrário dele, aqui não tem dois pesos e duas medidas, errado é errado.
E ao mesmo tempo, ao mesmo tempo, um erro não justifica o outro.
Qualquer administração pública tem que aprender com os erros para superar esses erros e não imitar. Como se justificasse.
Então, quero dizer o seguinte pra ele que teve a ousadia, a mando, de subir aqui e nos acusar de agredir, eu digo "prove", porque se não provar, isso vale para todos e todas que forem por este caminho, como disse anteriormente, não só a desmoralização, a responsabilização legal por calúnia, difamação.
Quero ver.
Então a gente precisa ter responsabilidade na vida pública, procuro não ser leviano com nada que digo, se defendo o que defendo é porque acredito e não a troco de vantagem como uns e outros que aqui sobem.
Uma vergonha.

Quer dizer que depois de todo esse conflito, de toda essa situação que nós vimos na semana passada, a orientação do Prefeito Colbert Martins Filho para a sua base é vir aqui mentir?
Passar por cima até da hombridade mínima da solidariedade, do requisito básico de humanidade diante de colegas que foram brutalmente agredidos.
É uma vergonha.
Lamentável, não digo como vereador não. Não digo apenas como professor, digo como cidadão feirense e como ser humano. É vexatório.
Vexatório.
Então, veja como é que são as coisas, com o calor daquilo que nós vimos, aquela barbárie na quinta e sexta-feira, de agressão generalizada.
Porque se a conversa é que os vereadores agrediram, como é que justifica a professora que vomitou sangue, criança que recebeu spray de pimenta, é porque agrediu também? É isso?
É essa a versão que vai ser comprada agora.
Então, peço ao povo de Feira de Santana muita atenção em relação a isso, porque se trata de uma estratégia, é a tentativa de desqualificar quem luta, de transformar quem é vítima em algoz e por isso veja como são as coisas.
Dias atrás, o governo, mesmo em rádio, disse e reconhecia que houve excessos, agora foi como dito aqui antes, que o uso da força foi necessário, o próximo passo é dizer que não existiu nenhuma agressão, que tudo aquilo é uma ilusão de ótica da população feirense, é mais do que uma nova agressão, é achar que o povo feirense é imbecil.
É isso que o Prefeito Colbert Martins acha.
Por isso, e com isso concluo, senhor presidente, quero dizer, que veja, subiram aqui representando o governo e não trouxeram posição sobre nenhum dos pontos que estão sendo discutidos, os problemas das escolas não se resumem a questão salarial, o que está em discussão, é por um lado a situação da merenda, que falta, das carteiras, que estão em falta, do fardamento escolar, que falta, das reformas que não foram feitas e as escolas que estão aí abandonadas, isso está em discussão, pra nada disso disseram qualquer "ai".

**(O vereador Augusto da oposição alertou o Presidente da Mesa Diretiva sobre o controle do tempo do pronunciamento)**

E mesmo as questões salariais, mesmo as questões de categoria não se resumem aquilo que o vereador veio aqui e mentiu, porque tem a discussão das licenças, da alteração de carga horária, do pagamento e contracheque unificado, e por fim, finalizo com isto. Os colegas governistas estão ali dizendo ali do tempo, quero dizer aqui, para finalizar, vejam o nível da mentira, ele veio aqui e disse que o governo se comprometeu a pagar o piso. Sabe qual é a proposta do Governo Municipal, pra todo mundo ter ciência, o piso salarial do magistério está previsto em Lei, 33,23% de aumento, este ano de 2022. Sabe qual é a proposta do governo? Para 2186 professores e professoras da rede, eles estão dizendo que vão pagar o piso, realmente, para quem está no nível inicial, sabe quantos professores estão nesta condição, de 2186, dois, dois, pra dois. E os outros 2184? Essa é a mentira, do contrário, desafio a qualquer governista a vir aqui e apresentar outros dados.
Mentirosos.

## 6. ANÁLISE DOS PRONUNCIAMENTOS

### 6.1 A SESSÃO ORDINÁRIA Nº 35 DE 2022

A Sessão Ordinária nº 35 de 2022 que ocorreu na Câmara Municipal de Feira de Santana, na data de 31 de março de 2022, seguiu o rito habitual das sessões ordinárias, com a realização do Horário das Lideranças Partidárias, momento no qual os edis realizaram seus pronunciamentos na tribuna sobre diversos temas.

A referida sessão foi aberta pelo primeiro Vice-Presidente, e contou com a presença da Primeira e Segunda Secretárias na composição da Mesa Diretiva. No decorrer da sua realização fez-se a leitura da ata da Sessão anterior, a leitura do Expediente do dia, e iniciou-se o Horário das Lideranças Partidárias, momento no qual fizeram uso da tribuna vereadores de diversos partidos.

No Horário das Lideranças Partidárias, dez vereadores se pronunciaram na tribuna, dentre eles o Líder da Oposição. A concessão da palavra é função do Presidente da Casa, ou em sua ausência pelo Primeiro Vice-Presidente, e assim sucessivamente até o terceiro Vice-Presidente. Durante a Sessão, os edis podem interromper seu andamento para solicitar "Pela Ordem", a fim de dar ordem aos trabalhos. De acordo com o Regimento Interno da referida Casa da Cidadania, "V - o Vereador se manifestará pela ordem, duas vezes em cada fase da Sessão Ordinária, por 2 (dois) minutos, somente para: a) indagar sobre o andamento dos trabalhos; b) reclamar quanto à observância do Regimento Interno; c) indicar falha ou equívoco em relação à matéria da Ordem do Dia".

O vereador também pode interromper o orador para solicitar "Questão de Ordem" a fim de levantar dúvidas sobre a interpretação ou aplicação do Regimento Interno, o qual preceitua em seu artigo 363, que "Constituirá questão de ordem, suscitável em qualquer fase da sessão, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, qualquer dúvida sobre interpretação ou aplicação deste Regimento". Além dessas prerrogativas, é possível interromper a fala do orador na tribuna para solicitar "aparte". De acordo com o Regimento Interno em seu artigo 337, o "aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador, para indagação, esclarecimento ou contestação, não podendo ter duração superior a 3 (três) minutos. § 1º Somente serão consentidos 2 (dois) apartes por orador. § 2º O Vereador que tiver obtido consentimento de realizar o aparte, deverá fazê-lo em pé".

Ou seja, com a autorização do orador que está na tribuna, qualquer vereador pode interrompê-lo para se pronunciar, dentro do tempo que lhe foi consentido. Essas contribuições podem ser realizadas tanto para corroborar com o posicionamento do orador quanto para contrapor aquilo que está sendo dito na tribuna.

Como procedimento metodológico utilizado por esta pesquisa, inicialmente o *corpus* foi transcrito de forma a se obter o melhor entendimento sobre o rito do pronunciamento, não se tratando de transcrições concernentes a prosódia. O vídeo correspondente a Sessão nº 35 está disponível na plataforma do *Youtube*, no link https://www.youtube.com/watch?v=HFY3YUgL7U4&t=4048, no canal "Ascom Camara Feira", mecanismo oficial de publicação das sessões desta Casa.

Na Sessão Ordinária nº 35 o discurso do vereador Líder da Oposição pode ser dividido em três momentos, inicialmente, o orador discursou sobre o Shopping Popular do município, tendo em vista a presença de representantes do entreposto na galeria da Casa Legislativa, em seguida, o orador declara que trataria sobre dois outros temas, permitindo-nos supor que havia planejado previamente seu discurso. Desta forma, como primeiro tema tratou sobre uma possível deflagração de greve pelos professores; e o segundo, sobre o dia 31 de março de 1964, como data que marca o início da ditadura militar no país. É importante destacar que em 2021 o Presidente do Brasil era o Sr. Jair Messias Bolsonaro, a quem o orador declarava forte oposição, por isso o citado edil fará ao final do seu discurso uma relação entre o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e o período da ditadura militar.

Tendo em vista que nossa pesquisa trata sobre a greve dos professores municipais, realizaremos a análise do enunciado do discurso que aborda este tema, momento no qual é apresentada a situação em que se encontravam os professores antes da ocupação do paço municipal pelo professorado, a fim de contribuir com nosso objetivo principal que é compreender a controvérsia pública em torno da greve dos professores municipais. Na sequência, em subseções, cumpriremos os objetivos específicos desta pesquisa, identificando o auditório e a *doxa* do referido discurso.

### 6.1.1 Análise argumentativa do pronunciamento do vereador Líder da oposição

#### 6.1.1.1 A questão colocada, a tese defendida e a estratégia argumentativa empreendida

Antes de iniciarmos a identificação dos argumentos do discurso do vereador Líder da Oposição, podemos destacar que se trata de um discurso expositivo, pois seu objetivo é chamar a atenção para uma situação que está acontecendo no município e assim buscar auxílio para solucioná-lo.

Conforme descrito na segunda seção desta pesquisa, intitulada "Contexto sócio-histórico", pode-se perceber que dias antes da ocupação do paço municipal estavam ocorrendo diversas manifestações e ações dos professores com o objetivo de dialogar com o Poder Executivo sobre as suas pautas de reivindicações. Nesta sessão que antecede a ocupação do paço municipal, o professorado havia se dirigido à Prefeitura com o intuito de dialogar e obter avanços, no entanto, segundo o orador, apesar de ter aguardado até a noite, não houve evolução na resolução das reivindicações. Em resposta, o orador culpará o Prefeito pela falta de iniciativa e direcionará as consequências de uma possível greve ao citado gestor.

Pode-se perceber em seu discurso, que o orador idealiza qual seria a atitude de qualquer gestor diante da situação e critica contumaz a atitude do gestor municipal, apelando para que os edis governistas atuem junto ao Prefeito. Desta forma, o orador trabalha com a tese de que existe um descaso do Poder Executivo em relação às demandas da educação e apela para quem acredita ter o poder de auxiliar nesta situação.

Inicialmente, o orador situa o seu auditório sobre o tema do seu discurso afirmando que trataria sobre a grave situação da educação no município. Neste trecho podemos perceber o uso do modalizador avaliativo, "grave", o qual permite inferir que o orador analisou a situação apresentada e estabeleceu para tal um juízo de urgência e gravidade.

> **Enunciado 1**: Dito isso, quero falar de duas outras situações aqui neste tempo, uma é a grave situação da educação no município de Feira de Santana.

Logo após, o Líder da Oposição explicita a posição dos atores da controvérsia pública, de um lado as famílias das crianças, que assumem um posicionamento passivo, de espectador, mas ao mesmo tempo de vítima, de outro, os professores lutando pelas suas demandas, e na posição oposta o Poder Executivo, na figura da Secretaria da Educação e do Prefeito municipal.

> **Enunciado 2**: As famílias na expectativa que a rede municipal funcione, esteja em condição adequada de acolher as suas crianças, ao mesmo tempo, as categorias que formam quem está no chão da escola enquanto profissionais da educação, buscando a sua devida valorização, e nesse meio tempo, seja a Secretaria de Educação, mas especialmente o Prefeito Colbert Martins Filho, fingindo que não é com ele.

Em seguida, o orador se coloca no cenário das reuniões de negociação, na postura de quem está acompanhando o andamento das ações.

> **Enunciado 3**: Eu estive na reunião de negociação na semana anterior e estive no final da reunião ontem à noite.

Na sequência, o orador descreveu a persistência do professorado em obter respostas para suas demandas, ressaltando o horário tardio, e o fato de estarem do lado de fora do prédio, ou seja, desconfortáveis e no avançar das horas, o que demonstra a persistência e a necessidade de uma posição.

> **Enunciado 4**: O professorado estava lá mais de nove horas da noite, aguardando do lado de fora da Secretaria de Educação uma resposta em relação as suas reivindicações, e devo dizer aqui, que não avançou em nada, em nada.

> **Enunciado 5**: Do ponto de vista dos problemas que foram apresentados, nada avançou, parece, e eu não tenho outro juízo a fazer que o governo municipal quer uma greve, quer que as escolas não funcionem.

Em seguida, o orador prossegue seu discurso na tentativa de conduzir seu auditório a uma conclusão, que para ele é inevitável, utilizando o modalizador avaliativo "[...] eu não tenho outro juízo a fazer", segundo Neves (2011), esse modalizador tem um papel importante porque aciona um juízo de valor sobre os acontecimentos, estabelecendo uma única alternativa para os fatos.

Em seguida, o orador conclui que o governo municipal deseja uma greve e consequentemente que as escolas não funcionem. Neste enunciado, podemos perceber o argumento *reductio ad absurdo*, o qual consiste em assumir uma hipótese, e a partir dela, chegar a uma conclusão absurda ou ridícula, isso porque uma greve é sempre uma propaganda negativa para qualquer governo devido aos transtornos gerados, pois, em geral, o Poder Executivo evita greves, já que tais movimentos pressionam o governo para ceder a reivindicações.

> **Enunciado 6**: Parece que essa é a vontade do Prefeito. Então, eu já disse aqui, se se quer resolver uma situação como essa, é importante demonstrar boa vontade, disposição.

Em seguida, o orador expõe, sob seu ponto de vista qual seria a atitude adequada que o Prefeito deveria assumir para resolver a questão, utilizando-se da "boa vontade" e da "disposição". Essas são atitudes que o governo municipal, segundo o orador, não possui.

> **Enunciado 7**: "Colocar a mão na massa" pra resolver os problemas que marcam as escolas do município, e não fingir que isso não está acontecendo, ou pior, utilizar a mídia para tentar jogar a população contra quem luta pela educação, enquanto direito.

Em seguida, o orador reafirma a necessidade do Poder Executivo atuar de forma contundente utilizando a expressão "colocar a mão na massa", afim de resolver a situação, e não agir da forma como está, segundo ele, fingindo que nada está acontecendo. Posteriormente, o orador aponta para uma outra atitude negativa do Poder Executivo, que é utilizar a mídia para tentar manipular a população a fim de que essa fique contra as lutas da educação. Neste segmento, pode-se perceber o poder que a mídia exerce para formar opiniões e conduzir a pauta pública, influenciando na condução do agir do político e no posicionamento da população sobre determinado assunto.

> **Enunciado 8**: Infelizmente, aí eu novamente peço aqui aos colegas que são da bancada do governo, que façam um esforço, que levem ao Prefeito, que busquem soluções, as famílias querem que as escolas funcionem e quem não quer, do jeito que se comporta, é justamente o governo municipal, que se nega a apresentar solução para qualquer um dos problemas vivenciados pela rede municipal.

Em seguida, o Líder da Oposição apresenta o caminho para uma possível solução, solicitando aos seus pares, que apoiam o governo municipal, para que intervenham na situação a fim de influenciar o governo a tomar uma posição. Neste ponto, pode-se perceber que um dos principais problemas do governo, apontados pelo orador, é a sua inércia.

> **Enunciado 9:** O Prefeito quer que as escolas continuem fechadas? É isso?

Esse enunciado questionador funciona como uma provocação, e possui uma resposta presumida, pois, de forma lógica, o Prefeito não desejaria que as escolas ficassem fechadas, tendo em vista que isso se tornaria como uma propaganda negativa para a sua gestão.

> **Enunciado 10:** Então, agora pela manhã, acontecerá uma assembleia que tem a possibilidade de deflagrar uma greve por tempo indeterminado, por irresponsabilidade total e irrestrita do Prefeito Colbert Martins Filho, que até agora se recusou, e eu costumo dizer aqui, que qualquer outro governante, qualquer outro governante, diante de problemas tão graves, seja no caso do shopping, como citei aqui, mas da educação e do transporte, não mandaria recado por terceiros, ou fingiria que o problema não é

> com ele, diretamente, sentaria, receberia aquele segmento e buscaria resolver a situação, nós vivemos o contrário em Feira de Santana.

Colocando um fim neste tema do seu discurso, o Líder da Oposição explicita a possibilidade da deflagração de uma greve, atribuindo ao Prefeito a responsabilidade desta ação, tendo em vista a sua falta de atuação, distanciando-o do comportamento que acredita ser habitual para gestores em sua posição. Dentro dessa perspectiva, podemos perceber que o discurso do vereador Líder da Oposição na Sessão nº 35/2022 se baseia na apresentação da iniciativa do sindicato em obter atendimento às suas demandas, e na falta de interesse do Poder Executivo em atender essas iniciativas, atitude que o orador critica, pois acredita que um gestor deve atuar de forma proativa para lidar com as demandas da população, dessa forma, pode-se perceber o uso do argumento de comparação, o qual aproxima ou diferencia um objeto de outros. Neste sentido, podemos perceber que o orador projeta uma imagem do que seria o comportamento do gestor de um município e o distancia do gestor atual, atribuindo-lhe a culpa pela falta de solução das demandas do sindicato.

#### 6.1.1.2 O auditório e a *doxa* do Líder da Oposição

Conforme afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 21) "como a argumentação visa obter adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar". Nesse sentido, conforme abordado anteriormente, o orador constrói seu auditório, sem que necessariamente corresponda àqueles que estão ouvindo seu discurso presencialmente. Para identificarmos o auditório no discurso do orador será necessário rememorarmos algumas características relevantes, as quais seguem: o auditório é uma construção do orador; a adaptação ao auditório é, sobretudo, apostar em pontos de acordo; adaptar-se ao auditório significa levar em consideração a sua *doxa*; e a distância entre a imagem do auditório elaborada pelo orador e o público efetivo determina a eficácia da argumentação.

O discurso do Líder da Oposição objetiva apresentar a situação na qual se encontravam os professores em relação as suas reivindicações junto ao Governo Municipal. O orador se coloca no papel de expositor e juiz, já que atribui culpa ao Prefeito, e clama aos vereadores governistas para que intervenham junto ao Poder Executivo a fim de que as propostas fossem analisadas. É possível perceber que o orador se coloca como observador, mas ao mesmo tempo, acompanha de perto as ações do sindicato fazendo-se presente nas reuniões.

> **Enunciado 11**: Eu estive na reunião de negociação na semana anterior e estive no final da reunião ontem à noite.
>
> **Enunciado 12:** Infelizmente, aí eu novamente peço aqui aos colegas que são da bancada do governo, que façam um esforço, [...].

Com relação ao auditório, pode-se perceber que após participar da reunião e notar que o Poder Executivo não demonstrava interesse em avançar nas pautas da negociação, o Líder da Oposição discursa na tribuna com a intenção de solicitar aos edis governistas que intervenham junto ao Poder Executivo, pois dessa forma haveria esperança de que a pauta fosse ouvida. Desta forma, pode-se perceber que o auditório do discurso do Líder da Oposição são os edis governistas, pois trata-se de um clamor para uma intervenção.

Com relação a *doxa*, o vereador estabelece o que acredita ser a atitude adequada de um gestor em relação a situação dos professores, considerando a postura do prefeito como inadequada.

> **Enunciado 13**: [...] e eu costumo dizer aqui, que qualquer outro governante, qualquer outro governante, diante de problemas tão graves, seja no caso do shopping, como citei aqui, mas da educação e do transporte, não mandaria recado por terceiros, ou fingiria que o problema não é com ele, diretamente, sentaria, receberia aquele segmento e buscaria resolver a situação, nós vivemos o contrário em Feira de Santana.

Além disso, o orador baseia seu discurso na *doxa* da importância que a sociedade atribui à educação, tratando-a como um direito, neste sentido, os professores são agentes de transformação, revelando a necessidade que a população tem de que as escolas sejam locais adequados e com profissionais preparados para ensinar.

> **Enunciado 14:** As famílias na expectativa que a rede municipal funcione, esteja em condição adequada de acolher as suas crianças, ao mesmo tempo, as categorias que formam quem está no chão da escola enquanto profissionais da educação, buscando a sua devida valorização, e nesse meio tempo, seja a Secretaria de Educação, mas especialmente o Prefeito Colbert Martins Filho, fingindo que não é com ele.

Na próxima subseção analisaremos o segundo discurso do edil Líder da Oposição, correspondente a Sessão nº 36/2022, a qual ocorreu após a controvérsia pública. Não haverá análise do discurso do edil Líder do Governo referente a esta sessão, nº 35/2022, pelo fato de que o referido vereador não discursou sobre esse assunto, tratou sobre o tema do Shopping Popular, cujos representantes estavam presentes na galeria da Câmara Municipal. É importante destacar que temas relacionados à educação são corriqueiros na tribuna da Casa, por isso a falta de pronunciamento do vereador sobre este assunto foi vista como a opção por tratar sobre outro assunto.

## 6.2 A SESSÃO ORDINÁRIA Nº 36 DE 2022

A Sessão Ordinária nº 36 ocorreu na terça-feira do dia 05 de abril de 2022, e a Sessão anterior nº 35/2022, na quinta-feira da semana anterior, momento que antecedeu a ocupação do prédio da Prefeitura, a qual perdurou até a tarde da sexta-feira.

Tendo em vista que a Sessão nº 36/2022 ocorreu logo após a ocupação do paço municipal, foi totalmente dedicada à controvérsia pública. Inicialmente foi realizada a abertura da sessão, a leitura da ata da sessão anterior e a leitura do Expediente do dia. Na sequência, foi concedida a palavra em Tribuna Livre ao Sr. Elso Moura, representante da ADUFS – Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana para tratar sobre os acontecimentos que ocorreram no prédio da prefeitura, assim como para prestar solidariedade aos professores municipais. Na sequência, iniciou-se o Horário das Lideranças Partidárias, momento no qual os edis proferiram seus pronunciamentos na tribuna da Casa.

Nesta sessão, compareceram vereadores de oposição e vereadores governistas, no entanto, discursaram apenas os edis da oposição, ou aqueles que apoiavam os edis que estavam presentes no confronto, desta forma, apenas o Líder da Oposição fez uso da palavra, o Líder do Governo não se pronunciou, apesar de estar presente. Após os discursos proferidos pelos vereadores, foram exibidos vídeos pelos edis que, segundo eles, mostravam as agressões sofridas no prédio da prefeitura.

É importante ressaltar que nesta sessão a galeria estava completamente ocupada pelos professores da APLB, os quais acompanharam o andamento da sessão e os discursos dos vereadores, reagindo a cada pronunciamento.

O discurso do vereador Líder da Oposição foi muito aguardado, pois foi agredido e teve seu assessor retido no prédio da prefeitura, além disso, é um vereador visto de forma muito próxima as classes sindicalizadas, pois pertence a um partido formado por dissidentes do PT – Partido dos Trabalhadores, cuja vertente é de esquerda e ideologicamente apoia os trabalhadores, a reforma agrária e urbana, a preservação do meio ambiente, a liberdade sexual e os direitos LGBTQIAPN+, entre outras pautas.

Como procedimento metodológico utilizado por esta pesquisa, inicialmente o *corpus* foi transcrito a fim de se obter o melhor entendimento sobre o rito do pronunciamento, não se tratando de transcrições concernentes a prosódia. O vídeo correspondente a Sessão nº 36/2022 está disponível na plataforma do *Youtube*, no link

https://www.youtube.com/watch?v=MBOPLggOpyM&t=5760s, através do canal "Ascom Camara Feira".

Na Sessão Ordinária nº 36/2022, o discurso do vereador Líder da Oposição foi concedido pelo Presidente da Casa no tempo de dez minutos e segundo o próprio Presidente, caso o vereador desejasse utilizar mais tempo, poderia fazê-lo livremente, pois naquele momento era considerado como o vereador de figura mais emblemática da controvérsia pública.

### 6.2.1 ANÁLISE ARGUMENTATIVA DO PRONUNCIAMENTO DO VEREADOR LÍDER DA OPOSIÇÃO

#### 6.2.1.1 A questão colocada, a tese defendida e a estratégia argumentativa empreendida

O discurso do vereador Líder da Oposição configura-se como um momento de desabafo, denúncia e alerta para a população feirense e para a mídia, o orador destaca a importância de tratar sobre os fatos posicionando-se como defensor da verdade e das lutas do professorado. Expõe os acontecimentos relatando a violência com que os professores e os edis foram recepcionados; discorre sobre a pauta do sindicato e a necessidade de atuação do poder público; destaca a atuação desonrosa de alguns profissionais da guarda municipal, sem criar contenda com a categoria; e revela os verdadeiros culpados pelos acontecimentos, ameaçando expor o Poder Executivo ou a mídia caso divulgassem informações que não coadunassem com a sua verdade, a qual, segundo ele, poderia ser comprovada através das gravações feitas no prédio da prefeitura.

O tom do discurso envolve indignação, ameaça, necessidade de justiça e exalta a culpa do Prefeito pelos acontecimentos. O fato da galeria estar tomada pelo professorado, e a reação dos presentes ao discurso, em tom de aprovação, auxilia na construção de um discurso inflamado e apelativo ao *phatos*, assim como para a construção de um *ethos* salvador e defensor dos direitos da população.

Inicialmente, o orador saúda as pessoas a quem pretende direcionar seu discurso, sendo eles: todos os seus colegas vereadores, profissionais da mídia, assessorias jurídicas e o professorado. É importante destacar que para cada grupo saudado o orador se dirige de uma forma específica, desta forma podemos categorizar como vítimas ou culpados, aos profissionais de mídia, assessorias jurídicas e o professorado, vítimas; aos seus pares vereadores que não prestaram solidariedade devida, culpados.

> **Enunciado 15**: Senhoras e senhores, bom dia! Bom dia a todos os colegas, mesmo àqueles que não prestaram a solidariedade devida. Bom dia a profissionais de mídia que tiveram colegas também brutalmente violentados dentro desse processo. Bom dia às assessorias jurídicas aqui presentes que também tiveram colegas violentados dentro desse processo, enquanto advogados e advogadas. Bom dia sobretudo, às pessoas que acompanham essa luta que mais uma vez lotam essas galerias pra exigir o básico, que aja diálogo, e que seus direitos sejam respeitados.

Na sequência, o orador discorrerá sobre a importância de se tratar sobre os acontecimentos que ocorreram no prédio da Prefeitura, desconsiderando a possibilidade de que se deixe "passar em branco".

> **Enunciado 16**: Então, quero dizer, inicialmente, que toda brutalidade que nós vimos na semana passada, não pode passar em branco, e começo com isso, e terminarei com isso, não pode passar em branco, a coisa mais absurda que ocorreria seria nesta sessão da Câmara Municipal, se começássemos os trabalhos tratando dos temas que são importantes e várias questões fundamentais para o município passam por esta Casa Legislativa.

A partir do exposto, o orador destacará a relevância dos assuntos tratados na Câmara de Vereadores, de forma que fique explícito que mesmo diante da necessidade de votar pautas tão relevantes para o município, não se pode deixar os últimos acontecimentos sem discussão, pois sua relevância se sobrepõe a esses temas.

> **Enunciado 17**: A própria pauta de hoje é reveladora disso com projetos ligados à área da saúde, uma série de outros problemas do município, mas também ligados a realidade das escolas, como o projeto de garantia da presença de psicólogos e assistentes sociais em todas as escolas do município, mas seria um absurdo se mesmo tendo um conjunto de coisas importantes a tratar, fingíssemos que nada aconteceu.

Em seguida, o edil utiliza uma falácia, conhecida como falácia da derrapagem ou da bola de neve, segundo a qual utiliza-se um fato, exagerando-o com o objetivo de enfatizá-lo, neste caso, enfatizar a sua importância ou danos causados. Dessa forma, o vereador utiliza os acontecimentos relacionados à ocupação e às agressões sofridas declarando que, em breve tempo, os acontecimentos se repetiriam tratando-se agora da morte de alguém.

> **Enunciado 18**: [...] mas seria um absurdo se mesmo tendo um conjunto de coisas importantes a tratar, fingíssemos que nada aconteceu, que o que se passou na quinta e sexta-feira da semana passada foi algo normal, aceitável, porque se assim fizermos, aqui e ali, trataremos aqui mesmo nesse espaço e a mesma mídia de Feira de Santana que tem "cobrido" da forma que a gente vê, todo esse conflito, vai tratar não simplesmente de agressões, mas da morte de alguém, a mando do Prefeito Colbert Martins Filho, porque se nós não dermos um freio nessa situação agora, daqui à ali, pode não ser com o professorado, mas talvez seja com feirantes, seja com alguém de alguma comunidade rural, seja de alguma outra comunidade profissional que tem a coragem de erguer sua cabeça e usar a sua voz pra reivindicar.

Esse sentimento de que se o assunto não for tratado algo muito pior acontecerá, traz ao tema um caráter de grande urgência e relevância, reforçando a tese do orador sobre a necessidade de se tratar do assunto. Por fim, o Líder da Oposição realiza o fechamento dessa ideia procedendo o julgamento do atual momento político como fora do normal, através da expressão modalizadora "não vivemos um período normal".

> **Enunciado 19**: Então não poderíamos iniciar os trabalhos com normalidade, porque não vivemos um período normal no município de Feira de Santana.

Em seguida, o orador atacará a imagem do governo municipal, caracterizando-o como "horrível, impopular e pior antipopular". Nesse enunciado, podemos perceber o uso dos adjetivos "impopular" e "antipopular". Neste caso, o orador utiliza-se de uma digressão que permite que o governo saia de impopular, ou seja, "aquele que não agrada a população", para antipopular, ou seja "que age de encontro com a população, contra".

> **Enunciado 20:** Se já tínhamos um governo horrível, impopular, e pior, antipopular, porque não é simplesmente o fato de ter insatisfação relacionado ao Prefeito Colbert Martins Filho, de antes da própria eleição, ao ponto de terem fraudado pra ganhar o processo eleitoral. Não é simplesmente isso, é um governo antipopular, contra, contra o direito do povo feirense, que nega isso sistematicamente.

Para realizar as críticas a figura do Prefeito, o orador utiliza argumentos *ad hominem*, para os quais não se discute os méritos intrínsecos do ponto de vista ou da dúvida do oponente, mas se desqualifica o adversário como interlocutor sério, apresentando-o como alguém incompetente, não confiável ou inconsequente. Neste caso, o Líder da Oposição questiona a lisura das ações do Prefeito para ganhar as eleições. É importante destacar que o mencionado Prefeito antes de ganhar as eleições já atuava como Prefeito municipal em decorrência da descompatibilização do gestor anterior para concorrer ao cargo de Governador do Estado, por isso o orador menciona a existência de uma insatisfação com o Prefeito de antes da própria eleição.

Logo após, o orador faz uma crítica ao enfoque da mídia a temas que considera irrelevantes em detrimento da importância e gravidade dos temas relacionados a luta do professorado por melhores condições de educação para as crianças.

Neste aspecto, o orador acredita que o Poder Executivo usa a imprensa para expor suas ideias e posicionamentos, influenciando na opinião da população com relação aos acontecimentos, focando a atenção no que foi quebrado no prédio da prefeitura ao invés de

dialogar, segundo ele, com algo que está posto para milhares de pessoas em Feira de Santana, postura caracterizada pelo orador como vergonhosa.

Em seguida, para comprovar sua tese, o Líder da Oposição utiliza o argumento baseado no princípio do não-contraditório, chamado de retorsão, pois o mesmo veículo de comunicação que focou nos itens que foram ou não quebrados, noticiou que em uma escola do bairro Papagaio, pais de alunos realizaram uma manifestação em decorrência do possível desabamento do teto da escola onde seus filhos estudavam devido às péssimas condições de manutenção. Ou seja, o orador expôs a contradição e a incoerência de se noticiar as mazelas da educação no município, e posteriormente focar no que foi ou não quebrado em detrimento das reivindicações que objetivavam mudar esse cenário. Para reafirmar o caráter de irrefutabilidade da situação da educação, o Líder da Oposição utiliza o enunciado modalizador epistêmico "algo que está posto", ou seja, todos estão vendo, não tem como ser contestado.

> **Enunciado 21**: Com toda essa brutalidade, nós vemos, vergonhosamente, figuras que tem um papel de formação da opinião pública discutindo o que que foi quebrado ou não dentro do prédio da Prefeitura ao invés de dialogar com algo que está posto para milhares de pessoas em Feira de Santana.
>
> **Enunciado 22**: No dia quatro circulou matéria num desses mesmos veículos que tem se prestado a este papel, dizendo que o teto de uma escola no Alto do Papagaio estava para desabar, desabar, uma manifestação de mães e pais, é político partidário isso?
>
> **Enunciado 23**: Então, quem trata desses assuntos pra começar deve ter vergonha na cara, se respeitar, e respeitar as pessoas que estão dando o seu suor, lágrimas e sangue para não um benefício "de umbigo próprio", mas numa luta que tem haver com melhorar, e eu não tenho dúvida porque a educação tem um papel, melhorar a realidade de Feira de Santana.

Logo após, o orador apela para o *pathos*, afirmando que esses meios de comunicação deveriam ter "vergonha na cara", "se respeitar", pois não estariam respeitando as pessoas que estão se dedicando e empregando seu tempo e suor por uma causa, que não é para benefício próprio, mas para um bem maior, que é a educação. Neste momento, o orador reforça o papel da educação como mecanismo *sine qua non* para melhorar a realidade do município. Essa insatisfação do orador com a atuação da mídia já havia sido mencionada no início do discurso do Líder da Oposição, no enunciado "[...] mas seria um absurdo se mesmo tendo um conjunto de coisas importantes a tratar, fingíssemos que nada aconteceu, que o que se passou na quinta e sexta-feira da semana passada foi algo normal, aceitável, porque se assim fizermos, aqui e ali, trataremos aqui mesmo nesse espaço e a mesma mídia de Feira de Santana que tem 'cobrido' da forma que a gente vê, todo esse conflito, vai tratar não simplesmente de agressões [...]". Esse enunciado demonstra que a própria atuação da mídia contribuiria para que no futuro tratasse-se

não mais de agressões ao professorado, mas da morte de alguém que desejasse protestar ou reivindicar direitos.

Na sequência, o Líder da Oposição exporá a falta de resposta do Poder Executivo às demandas do professorado, e descreverá a situação das escolas e consequentemente o motivo das reivindicações da categoria.

**Quadro 02 – Demandas da educação segundo o Líder da Oposição**

| **Demandas da educação segundo o LO** | |
|---|---|
| **Escolas** | sem as reformas devidas |
| | sem merenda |
| | sem fardamento |
| | falta de carteiras |
| | visivelmente abandonadas |
| **Profissionais da educação** | negativa de tudo aquilo que tem a ver com a carreira |
| | licenças |
| | alteração de carga horária |
| | cortes salariais em meio a pandemia |
| | humilhação de ter seu salário parcelado e com atraso |

A exposição da situação das escolas e das demandas dos professores objetiva demonstrar para o auditório que as reivindicações do sindicato possuem fundamento e se baseiam na falta de valorização e preservação dos direitos da categoria e das péssimas condições oferecidas pelas escolas, além disso, pode-se perceber que o orador enfatiza que as demandas não são atuais e já se prolongam por um bom tempo devido a inércia do Poder Executivo, evidenciado pelos enunciados: "nós continuamos com escolas sem [...]", "a Secretaria de Educação dando respostas vagas, 'estamos fazendo', e aí vocês voltam para as escolas" e "coisas muito antigas colocadas". Sendo assim, infere-se a partir do discurso que as ações que ocorreram no prédio da Prefeitura foram reverberadas pela necessidade de se obter respostas do Poder Executivo, tendo em vista a falta de respostas e ações prolongadas.

> **Enunciado 24**: Então, nós continuamos com escolas sem a reforma devida, sem que a merenda esteja assegurada, sem que o fardamento esteja colocado, mesmo com falta de carteiras, visivelmente abandonadas, inúmeros e inúmeros relatos. Ainda assim com a Secretaria de Educação dando respostas vagas, "estamos fazendo", e aí vocês voltam para as escolas. E ao mesmo tempo, tudo aquilo ligado a necessária valorização profissional, porque não haverá boa educação se não se valoriza quem está no chão da escola, quem está na ponta lidando com gente e nós vivemos, a negativa de tudo aquilo que tem a ver com a carreira e não é de hoje, mas se agrava no governo Colbert Martins Filho. Então, coisas muito antigas colocadas, as licenças, a alteração de carga horária, conseguiram piorar, Sr. Presidente, porque no meio da

> pandemia quem é profissional da educação tem que conviver com cortes salariais, no momento onde as pessoas mais precisaram que a sua renda fosse assegurada, cortes salariais até agora não resolvidos, pior, vivendo com a humilhação de falar em parcelado, com atraso, quando nenhuma outra categoria, nenhuma outra, do serviço público do município vivencia essa situação.

É importante destacar que o Líder da Oposição ressalta a ideia de que o Prefeito persegue os profissionais de educação, pois foram os únicos na época da pandemia que tiveram seus salários parcelados.

> **Enunciado 25**: É, ou não é perseguição em relação aos professores, professoras e demais profissionais da educação? É ou não é? Nenhum outro servidor público do município tem o seu contracheque dividido em duas partes, com atraso na segunda, como mês a mês, tem-se convivido com isso há um ano, uma medida, veja que não envolve nenhum gasto a mais para o município, é uma medida administrativa, pelo contrário, é até mais simples fazer um único contracheque. Porque não foi resolvido? Não é pura e simplesmente o desejo de massacrar [...].

Para enfatizar seu discurso, o orador profere questionamentos ao seu auditório, cujo objetivo não é obter respostas, mas enfatizar a assertividade das suas afirmações.

Logo após, diante dessa situação, o orador questiona como o Poder Executivo pode não aceitar que as pessoas cobrem ou reivindiquem seus direitos, como por exemplo, a ocupação do prédio da Prefeitura. Nesse segmento, percebemos um apelo para o papel social do sindicato, das manifestações populares como instrumento de pressão para a conquista e a garantia de direitos. Nesse sentido, o orador destaca o papel do poder legislativo municipal na figura dos vereadores da Câmara Municipal, que ao tomarem posse proferem seu juramento, conforme descrito: “Prometo exercer com dignidade e dedicação o mandato popular que me foi confiado, observando as Constituições Federal, Estadual e a Lei Orgânica Municipal, bem como as leis nacionais e municipais, trabalhando para o engrandecimento e bem geral do povo”. Apesar de não ter citado o juramento, a sua menção evoca o compromisso dos edis e realiza um forte apelo para o senso de compromisso social assumido por eles.

Esse apelo faz parte da ligação que o orador faz para o senso de valor, esses valores são balizas morais que uma dada sociedade, numa determinada época, considera como verdade. Em nossa sociedade, o juramento assume um peso moral relevante e é utilizado em diversas situações como formaturas, depoimentos judiciais, posse em cargos públicos.

> **Enunciado 26:** [...] depois não quer que as pessoas se movimentem, que cobre, enquanto profissional de mídia neste processo, escapar desta situação, sabe que é desse jeito, então é por isso que as pessoas foram às ruas, é por isso que as pessoas vieram à Câmara Municipal solicitar o devido e obrigatório apoio do poder legislativo, porque todas as pessoas quando chegam neste espaço fazem um juramento, as vezes

> esquecem , mas o juramento é de honrar o seu papel enquanto representante popular, esquecem, mas é esse o juramento feito.

Na sequência, o orador se esforça em estabelecer um culpado para os acontecimentos que ocorreram no paço municipal e para a situação da educação vivida pelo município, o prefeito municipal, para isso, estabelece veementemente e de forma a não deixar dúvida para seu auditório a culpa do gestor municipal através de modalizadores epistêmicos objetivos.

> **Enunciado 27:** Hoje, se sua criança não pode estar dentro da escola, existe um culpado, o culpado é o Prefeito Colbert Martins Filho que tem se recusado a dialogar e apresentar respostas para os problemas, não tem qualquer outra pessoa que possa ser mais culpada do que ele, e tudo que se diga do contrário é mentira.

O posicionamento assertivo do orador, declarando que qualquer posicionamento contrário ao que está sendo dito trata-se de uma mentira reforça para seu auditório a necessidade de aceitar e não ter dúvidas sobre o julgamento exposto por ele.

Em seguida, diante da necessidade de evitar que novas versões fossem contadas sobre os fatos, e de que estas novas versões pudessem mudar a percepção que a população feirense construiu sobre os fatos a favor dos professores, o edil empreende um discurso voltado para o ataque, ameaçando com difamação aqueles que tentarem distorcer os acontecimentos.

Primeiramente, o Líder da Oposição apelou para que os profissionais de mídia não acreditassem e consequentemente propagassem a versão contada pelo Prefeito, apelando para a responsabilidade profissional, em seguida, ameaça-os, com a desmoralização, tendo em vista que detinha horas e horas de gravação que poderiam contradizer possíveis mentiras. Esses vídeos funcionam como elementos de prova incontestáveis para o orador, pois mostram em imagens que seu discurso era verídico e que demonstravam fatos, os quais são considerados irrefutáveis.

> **Enunciado 28:** [...] mas além disso eu quero também fazer um apelo a quem é profissional de mídia, aos veículos de comunicação, não embarquem, na narrativa mentirosa que o governo municipal tem buscado empurrar guela abaixo do povo feirense, não embarquem, tenham responsabilidade na apuração e eu digo isso por uma razão muito simples, quem assim o fizer ficará desmoralizado perante o povo, mas ficará desmoralizado perante os fatos, nós temos horas e horas de gravação, horas e horas de gravação que mostram em detalhe cada um dos pontos que têm sido alvo de mentira por parte do senhor Prefeito Colbert Martins Filho, e dos seus outros capangas, então, quem mentir, ou quem passar a mentira adiante vai sofrer também a mesma desmoralização.

Em seguida, novamente o orador utiliza argumentos *ad hominem* para atacar a imagem do Prefeito de forma que fique claro que o gestor não tem coragem e nem a articulação

necessária para se dirigir à população feirense de forma autônoma, necessitando sempre que sua assessoria escreva seus discursos. Essa característica para uma pessoa que exerce a função pública demonstra falta de autonomia e de verdade.

> **Enunciado 29**: E hoje já começaremos em relação a isso. Por isso, eu tenho absoluta tranquilidade, não só, não só, a verdade está do lado do movimento da educação, está ao nosso lado, daqueles e daquelas, vereadores que se colocaram cumprindo o seu papel enquanto representante popular, e isto nós temos de modo documentado. Então, toda vez que o Sr. Prefeito Colbert Martins Filho propagar uma mentira, combinar entrevista com pergunta ensaiada pra tentar desqualificar o movimento, ou pura e simplesmente, já que ele não tem a articulação necessária, nem a coragem para vir pra um debate direto com qualquer um de nós aqui, toda vez que ele grava um vídeo daqueles lendo um textinho, que a assessoria de comunicação dele preparou pra ele ler, mecanicamente como faz, nós divulgares vídeos que colocam e mostram a contradição, a mentira escancarada que ele está falando.

Pode-se perceber que o Líder da Oposição utiliza expressões evidenciais e de factividade como "eu tenho absoluta tranquilidade", "a verdade está do lado do movimento de educação", as quais conferem ao enunciado um caráter de verdade factual da qual não se pode discordar, pra isso utiliza modalizadores epistêmicos que asseguram o caráter de assertividade do seu discurso.

Posteriormente, o orador reforça a ideia de que os acontecimentos que ocorreram na Prefeitura não poderiam ficar impunes, pois logo alguém morreria em decorrência da repetição dessas ações.

> **Enunciado 30**: Então se preparem, se preparem, por isso, e com isso finalizo Sr. Presidente, dizendo que nós precisamos tratar da responsabilização, como eu disse, e comecei dessa forma, colocando que o que aconteceu não pode ficar impune, passar em branco, porque daqui a ali, daqui a ali, vão matar alguém utilizando os mesmos mecanismos de repressão que foram utilizados na semana passada [...].

Logo após, o Líder da Oposição expõe as agressões que ocorreram no paço municipal, deixando claro que não tem nenhuma oposição a guarda municipal, pois acredita que como servidores públicos agiram em decorrência das orientações que lhe foram conferidas, no entanto, àqueles que abusaram da força nominou-os de "jagunços" e "capangas" e declarou que seriam alvo das devidas responsabilizações. Neste enunciado, o Líder da Oposição reitera a responsabilidade daqueles que abusaram do poder, mas em especial o Prefeito municipal como maior agente responsável pelas agressões sofridas.

> **Enunciado 31**: [...] àquelas da guarda que não se contentando com o seu papel enquanto servidores públicos que lidam com gente, resolveram vestir a camisa do Prefeito e agir como capangas, quem é capanga não é o servidor público, essas pessoas serão devidamente responsabilizadas, não tenho dúvida, essas pessoas não tem

> condição de continuar no serviço público municipal, então nosso problema não é com o conjunto da guarda, mas é com quem, desconhecendo seu papel legal, veste a camisa do Prefeito, aí sim, uma ação político partidária e age como capanga, como jagunço, [...].
>
> **Enunciado 32**: o covarde maior é o Prefeito Colbert Martins Filho, não tem outro nome, por isso a responsabilização vai cair em quem é de direito, a quem, na guarda abusou, ao secretariado que agrediu brutalmente, inclusive o Presidente dessa Casa, e ao Prefeito Colbert Martins Filho.

Logo após, o orador expõe a intimidação que vem sofrendo pelo Prefeito, o qual vem ameaçando-o de processo judicial, no entanto, mesmo diante dessa situação declara que não pretende se intimidar, e que não tem arrependimentos, pois acredita que a razão está do seu lado, pois defende as lutas populares, e percebe o apoio da população a ele quando nota a rejeição destinada ao Prefeito, para tanto cita a frase "fora Colbert", segundo ele, citada por populares. Em seguida, o orador reforça que a luta não vai parar. Nesse contexto é possível perceber que o Líder da Oposição objetiva construir a imagem de uma pessoa correta, que luta pela população e que não se deixará intimidar, construindo um *ethos* de um salvador e defensor das causas sociais.

> **Enunciado 33:** E é com isso que eu finalizo dizendo que a responsabilização dele é uma responsabilização de toda ordem, ele tem ido pras rádios dizer que está movendo processos, que as pessoas terão que indenizar, este é o segundo em que eu e outros colegas são colocados como réus, é uma clara tentativa de intimidação, de amedrontar, segundo processo, por estar ao lado das lutas populares e não tenho nenhum arrependimento, nenhum temor, porque como disse, porque como disse, a razão está do nosso lado, a razão está do nosso lado, mas ele também vai ser alvo da devida responsabilização, nós denunciamos também as agressões, ele vai ser alvo da responsabilização criminal, daquela que perpassa pela necessária indenização a cada um, cada uma que foi agredido, mas existe uma responsabilização de outra natureza, a responsabilização institucional e política, esta Casa precisa responder a agressão feita ao poder legislativo, ao povo feirense, a todo e qualquer interesse público e as pessoas tem dito nas ruas, e não estão inflamadas por ninguém, dizem por que se sentem indignadas, revoltadas, e com toda razão, "fora Colbert", "fora Colbert", por isso seu Presidente, podem tentar, podem tentar, mas não vão calar a nossa voz, se o Prefeito acredita que usando todos esses mecanismos, os mais baixos possíveis, como chantagem em relação a liberdade de um jovem dentro do prédio da Prefeitura Municipal, isso vai parar, a luta que acontece, seja na educação, seja em outros setores em Feira de Santana, está enganado, não calará a nossa voz.

Na sequência, o Líder da Oposição solicitará ao Presidente da Casa que suspenda a sessão para a exibição de vídeos que expõem o confronto na Prefeitura, segundo o orador, esses vídeos são a prova de que a razão está ao lado dos edis que se envolveram no confronto. Para isso utiliza o argumento que funciona como mecanismo de prova, as várias horas de gravação.

> **Enunciado 34:** foram cerca de trinta horas de gravação, nós temos muito mais do que isso em termos de material gravado, então quem do governo municipal ou subir aqui nessa tribuna ou ir "pros" veículos de comunicação mentir, saiba que terá um preço alto porque mentirá sendo submetido a prova documentada [...].
>
> **Enunciado 35**: Então eu peço Sr. Presidente, que haja a suspensão momentânea da sessão para exibição do vídeo que mostra esse momento inicial e consegue comprovar aqui devidamente que nós estamos corretos e corretas no nosso papel de mediação de uma situação que envolve o conflito da educação no município, e que quem agrediu, quem, quem violentou, quem abusou do seu poder, definitivamente não é ninguém que aqui está, mas sim quem se esconde e por hora ocupa, por ora ocupa a cadeira de Prefeito de Feira de Santana.

Por fim, ao encerrar seu discurso o orador reafirma a responsabilidade do Prefeito sobre os eventos, e em tom agressivo declara que o culpado se esconde e ocupa por hora a cadeira de Prefeito. A utilização dessa expressão "por hora", confere à posição do Prefeito certa instabilidade, o que reforça o tom de ameaça, fazendo-nos supor que os últimos acontecimentos poderiam influenciar na perda do mandato do gestor.

### 6.2.1.2 O auditório e a *doxa* do Líder da Oposição

Em seu discurso, o Líder da Oposição projeta a imagem de defensor das demandas dos professores municipais e da melhoria da educação no município, seu discurso varia entre a primeira pessoa do singular e a primeira pessoa do plural, quando discorre no singular fala por si como vereador, quando discorre no plural, refere-se a si, aos professores e aos vereadores que apoiam a causa.

**Quadro 03 – Líder da Oposição**

| O sujeito do orador | Enunciados |
|---|---|
| Os sujeitos estão ocultos em (eu) "quero dizer", em seguida, (nós) "continuamos", esse "nós" refere-se ao orador, aos professores e aos edis que se envolveram no conflito. | "Então, quero dizer, que continuamos, continuamos esperando a devida resposta do governo municipal a todos esses problemas da educação. " |
| Sujeito oculto (nós) "não poderíamos" refere-se ao orador e aos edis que apoiavam os professores. | "Então não poderíamos iniciar os trabalhos com normalidade, porque não vivemos um período normal no município de Feira de Santana. " |

Além disso, em alguns momentos o edil se caracteriza como um vereador que honra com o seu papel e o seu juramento na defesa dos interesses da população. É notável que o orador se coloca como defensor da verdade, do lado certo do confronto, que foi brutalmente agredido

e cerceado de defender os direitos do professorado, sua postura é de um *ethos* de coragem, que fala a verdade e que irá desvelar as mentiras contadas pelo Poder Executivo.

> **Enunciado 36**: Por isso, eu tenho absoluta tranquilidade, não só, não só, a verdade está do lado do movimento da educação, está ao nosso lado, daqueles e daquelas, vereadores que se colocaram cumprindo o seu papel enquanto representante popular, e isto nós temos de modo documentado.
>
> **Enunciado 37**: [...] segundo processo, por estar ao lado das lutas populares e não tenho nenhum arrependimento, nenhum temor, porque como disse, porque como disse, a razão está do nosso lado, a razão está do nosso lado, mas ele também vai ser alvo da devida responsabilização [...].

O auditório do discurso do vereador é a mídia, seja local ou estadual. Isto porque os eventos ocorridos no prédio da Prefeitura foram notícia nos meios de comunicação do município e do Estado, por isso o orador revela uma preocupação com a forma com que os eventos estavam sendo divulgados por ela, discutindo-se sobre o que foi ou não quebrado no prédio, quando na verdade, segundo sua concepção, o que deveria ser noticiado e focado deveriam ser os motivos que levaram os professores a ocuparem o paço municipal e a forma como foram agredidos pelos guardas.

> **Enunciado 38:** Então, quero dizer de partida que nós não podemos perder o foco, primeira coisa, continua colocada a necessidade do governo municipal responder a todos os pontos que foram apresentados em relação a situação das escolas do município, em relação a categoria de trabalhadoras e trabalhadores em educação. Isso continua sem resposta. Com toda essa brutalidade, nós vemos, vergonhosamente, figuras que tem um papel de formação da opinião pública discutindo o que que foi quebrado ou não dentro do prédio da Prefeitura ao invés de dialogar com algo que está posto para milhares de pessoas em Feira de Santana.

Dentro desse contexto, seu discurso esclarece os acontecimentos, expõe os motivos da reivindicação, relata as agressões sofridas e evidencia o culpado de forma veemente por todos os acontecimentos. Essa necessidade do orador em expor repetidamente para seu auditório o culpado demonstra a preocupação que os acontecimentos fossem distorcidos e que a mídia expusesse pontos de vistas que fizessem com que os professores e os edis envolvidos fossem vistos de forma negativa e de forma culposa e não como vítimas.

> **Enunciado 39:** E que o a gente assistiu de modo lamentável nos últimos dias é um Prefeito e seus meninos de recado, indo à mídia pra distorcer as coisas, pra responder e falar sobre tudo, menos sobre os problemas da educação do município, parece que querem que as escolas não funcionem, então, pai e mãe, todos, todos os familiares que acompanham este momento, que vão ter acesso a este momento de discussão na Câmara, tenham ciência.

No decorrer do seu discurso, o orador enfatiza o tom de ameaça declarando que para cada alegação falsa que o prefeito e a mídia noticiassem exporia provas em vídeo que demonstrassem o contrário, ameaçando-os com a desmoralização frente a população feirense.

> **Enunciado 40:** [...] eu quero também fazer um apelo a quem é profissional de mídia, aos veículos de comunicação, não embarquem, na narrativa mentirosa que o governo municipal tem buscado empurrar guela abaixo do povo feirense, não embarquem, tenham responsabilidade na apuração e eu digo isso por uma razão muito simples, quem assim o fizer ficará desmoralizado perante o povo, mas ficará desmoralizado perante os fatos, nós temos horas e horas de gravação, horas e horas de gravação que mostram em detalhe cada um dos pontos que têm sido alvo de mentira por parte do senhor Prefeito Colbert Martins Filho, e dos seus outros capangas, então, quem mentir, ou quem passar a mentira adiante vai sofrer também a mesma desmoralização.

> **Enunciado 41:** [...] não tenho nenhum arrependimento, nenhum temor, porque como disse, porque como disse, a razão está do nosso lado, a razão está do nosso lado, mas ele também vai ser alvo da devida responsabilização, nós denunciamos também as agressões, ele vai ser alvo da responsabilização criminal, daquela que perpassa pela necessária indenização a cada um, cada uma que foi agredido, mas existe uma responsabilização de outra natureza, a responsabilização institucional e política, esta Casa precisa responder a agressão feita ao poder legislativo, ao povo feirense, a todo e qualquer interesse público.

Desta forma, a partir das análises empreendidas e dos enunciados expostos, pode-se perceber que o orador apela para uma *doxa* que objetiva esclarecer quem são as vítimas e quem são os culpados, como um defensor da verdade. Para as vítimas, a *doxa* da busca do diálogo, da verdade e do respeito aos direitos, a busca pela justiça não apenas para os professores, mas àqueles que futuramente reivindicassem seus direitos junto ao Poder Executivo. Para aqueles que são considerados como culpados, a *doxa* voltada para a sua responsabilização, para o enfrentamento, para o combate.

Na sequência, analisaríamos o discurso do vereador Líder do Governo, no entanto, não houve pronunciamento nessa sessão, pois poucos edis governistas discursaram, e àqueles que se pronunciaram não se colocaram de forma contrária aos professores. A galeria da Casa estava tomada pelos representantes da APLB – Sindicato, e esses profissionais reagiam a cada posicionamento. Além disso, a mídia estava presente na bancada que lhe é destinada acompanhando todos os discursos. Desta forma, em decorrência deste cenário, acreditamos que os edis governistas não se sentiam à vontade para se pronunciarem, pois perceberam que sofreriam grande oposição e rejeição dos presentes.

No entanto, na Sessão posterior, nº 37/2022, o rito seguiu normalmente e tanto o Líder do Governo quanto o Líder da Oposição pronunciaram-se a respeito da controvérsia pública, tais discursos foram analisados na subseção seguinte.

## 6.3 A SESSÃO ORDINÁRIA Nº 37 DE 2022

A Sessão Ordinária nº 37 de 2022 que ocorreu na Câmara Municipal de Feira de Santana na data de seis de abril de 2022, significou a retomada dos trabalhos rotineiros desta Casa da Cidadania, isso porque a Sessão Ordinária anterior foi totalmente dedicada ao tema da ocupação do prédio da Prefeitura pelos professores e estava com a galeria totalmente ocupada pelo professorado.

A Sessão nº 37/2022 foi composta pelo rito tradicional de abertura, com as presenças do Primeiro Vice-Presidente, e da Primeira e Segunda Secretárias na composição da Mesa Diretiva. No decorrer da sua realização fez-se a leitura da ata da Sessão anterior e do Expediente do dia, iniciou-se o Horário das Lideranças Partidárias, momento no qual fizeram uso da tribuna vereadores de diversos partidos, e por fim, realizou-se a promulgação de leis. Em seguida, a Sessão foi encerrada e foi aberta uma Sessão Solene com o objetivo de entregar uma honraria a um dos parlamentares da Casa.

No Horário das Lideranças Partidárias, doze vereadores solicitaram inscrição, bem como os representantes da Liderança do Governo e da Liderança da Oposição os quais solicitaram o tempo de fala dessas representações.

Os pronunciamentos a serem analisados nesta subseção representam a fala do vereador opositor ao Governo Municipal que também assume a função de Líder da Oposição, o qual se pronunciou no tempo do seu partido e no tempo da liderança da oposição, totalizando seis minutos; assim como analisaremos a fala do vereador declaradamente governista que apesar de não ser oficialmente o Líder do Governo se pronunciou no tempo concedido por este e no tempo de outro edil governista, totalizando 6 minutos de fala, este chamaremos de LG (Líder do Governo), a fim de marcar a posição opositora em relação ao orador citado anteriormente.

Do ponto de vista partidário, o Líder do Governo, na época da controvérsia pública, fazia parte do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), um partido de centro, fundado em 24 de março de 1966, cuja principal bandeira é a defesa do sistema democrático. De acordo com o site oficial do MDB[8], o partido:

> [...] tem como característica o diálogo e a moderação, e a defesa da democracia como principal instrumento para o progresso da sociedade. Neste aspecto, a sigla é composta por integrantes que transitam da centro-esquerda à centro-direita. Portanto, quando toma uma posição por maioria, o MDB se direciona ao centro. Essa postura relaciona-

[8] https://www.mdb.org.br/

> se com a própria fundação do MDB. Em 1966, a sigla foi criada para abrigar todos que se posicionavam contra a ditadura militar e que defendiam a volta da democracia. Portanto, desde sempre, o MDB abrigou lideranças com perfis de centro-esquerda e centro-direita, mas todos defensores da democracia.

Com relação ao tema sindical, o MDB não faz menção em seu estatuto a este assunto, no entanto, possui um núcleo intitulado "MDB Trabalhista", o qual, segundo seu site oficial é formado por dirigentes sindicais filiados ao partido, cujo objetivo é lutar pela defesa da reforma sindical e trabalhista. Hoje, o núcleo é presidido pelo sindicalista Washington Santos, que também é diretor do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. Além do citado núcleo, também existem o MDB Mulher, Juventude do MDB, MDB Trabalhista, MDB Afro, MDB Socioambiental e Proteção Animal e MDB Diversidade.

É importante destacar que foi no governo do Ex-Presidente Michael Temer, na época pertencente ao MDB, que a reforma trabalhista foi aprovada. A citada reforma proibiu o desconto do imposto sindical dos salários dos empregados sem que cada um deles, individualmente, se manifestasse para isso. Em decorrência disso, de acordo com o Ministério do Trabalho[9], em 2017, antes da aprovação da lei, R$ 2.233 bilhões haviam sido repassados a entidades laborais, incluindo federações, confederações e centrais, já em 2021, em decorrência da lei, os repasses baixaram para R$ 21,4 milhões, o que demonstra um possível enfraquecimento dos sindicatos, em decorrência da diminuição de seu potencial financeiro.

Já o partido do vereador Líder da Oposição é caracterizado por posicionamentos que variam entre a esquerda, a centro-esquerda e a extrema esquerda, sua formação se deve pela iniciativa de dissidentes do PT em 2003: a senadora Heloísa Helena, e os deputados, João Fontes, Luciana Genro e João Batista de Araújo, o Babá. Após 15 meses recolhendo assinaturas, os quatro fundaram o PSOL, registrado no TSE em 15 de setembro de 2005.

De acordo com o site oficial do PSOL[10], o posicionamento do partido em relação aos sindicatos expressa:

> Nós defendemos a mais ampla unidade de ação com todos que queiram lutar pelas reivindicações e não aceitam o caminho da entrega de direitos da classe trabalhadora. Defendemos a luta coordenada entre sindicatos, associações de moradores, pela construção de movimentos e fóruns de luta comum por reivindicações concretas. Defendemos a democracia nos sindicatos e em todas as organizações dos trabalhadores, defendemos a autonomia e a completa independência das entidades dos trabalhadores do governo, do Estado e dos patrões.

[9] https://www.brasildefato.com.br/2022/04/30/reforma-trabalhista-reduz-arrecadacao-de-sindicatos-e-prejudica-trabalhador
[10] https://psol50.org.br/

Pode-se perceber que o partido do Líder da Oposição possui uma vertente ideológica mais clara, em oposição ao partido MDB, do Líder do Governo, o qual transita entre os espectros ideológicos, no entanto, a Prefeitura de Feira de Santana tem um histórico de gestão de partidos de centro-direita, inclusive, a época dos pronunciamentos, o Prefeito pertencia ao mesmo partido do Líder do Governo, o que fortalecia o apoio deste ao gestor.

Nesse cenário, podemos perceber que há uma dicotomia entre os líderes do governo e da oposição, os quais assumem, em relação a citada controvérsia pública, posições opostas e representam um vislumbre da oposição entre a esquerda e a direita. Ainda durante o discurso do vereador Líder do Governo, é possível perceber traços da argumentação erística, a qual veremos *a posteriori.*

Como procedimento metodológico utilizado por esta pesquisa, inicialmente o *corpus* foi transcrito, respeitando os intervalos de fala, a fim de se obter melhor entendimento sobre o rito do pronunciamento, não se tratando de transcrições concernentes a prosódia. O vídeo correspondente a Sessão nº 37 está disponível na plataforma do *Youtube*, no link https://www.youtube.com/watch?v=UMYmFBs15WA&t=5462s, no canal "Ascom Camara Feira", mecanismo oficial de publicação das sessões desta Casa.

Inicialmente realizaremos a análise do discurso do vereador LG, tendo em vista ter sido o primeiro a utilizar a tribuna, em seguida, analisaremos o discurso do vereador LO. Na sequência, em subseções, cumpriremos os objetivos específicos desta pesquisa, identificando o auditório e a *doxa* dos respectivos discursos.

### 6.3.1 ANÁLISE ARGUMENTATIVA DO PRONUNCIAMENTO DO VEREADOR LÍDER DO GOVERNO

#### 6.3.1.1 A questão colocada, a tese defendida e a estratégia argumentativa empreendida

Antes de iniciarmos a identificação dos esquemas argumentativos do discurso do vereador Líder do Governo, realizaremos uma pequena explanação acerca do pronunciamento do edil. Inicialmente, o vereador LG estabelece para seu auditório o tema do seu discurso afirmando que se trataria da "greve dos professores da rede municipal". Em seguida, o vereador aproxima seu *ethos* da imagem de uma pessoa que defende o diálogo, no entanto, estabelece

que mesmo para uma pessoa que defende a comunicação, as reivindicações da APLB - Sindicato extrapolam o limite do que seria considerado justo para a categoria.

Após este panorama inicial, o vereador estabelece sua tese principal na defesa de que a greve dos professores não é legítima, e por isso considera não ser merecida que sua reivindicação seja atendida pelo Poder Executivo. Para comprovar seu ponto de vista atacará a imagem da instituição e explicitará, segundo ele, suas reais intenções, assim como afirmará que o aumento desejado pela categoria já fora atendido.

Em seguida, o orador tratará sobre o tema do confronto físico ocorrido no paço municipal como de carácter equivalente e igualitário, ou seja, realizados de forma proporcional por ambos, além disso, exalta a "esperteza" dos vereadores que exibiram vídeos do confronto no dia anterior de forma a lhes beneficiar.

Tendo em vista a tese principal defendida pelo LG, podemos identificar que a base da sua argumentação se fundamenta na Regra da Justiça, observada no enunciado "O grande problema, é que às vezes as reivindicações feitas, senhoras professoras e senhores professores, pela APLB, extrapolam qualquer ideia daqueles que pensam e reconhecem os direitos e as reivindicações justas do professorado". Tal argumento, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 248):

> [...] reconhece o valor argumentativo daquilo a que um de nós chamou justiça formal, segundo a qual os "seres de uma mesma categoria essencial devem ser tratados do mesmo modo". [...]. De fato, em toda situação concreta, uma classificação prévia dos objetos e a existência de precedentes quando ao modo de tratá-los serão indispensáveis. A regra de justiça fornecerá o fundamento que permite passar de casos anteriores a casos futuros, ela é que permitirá apresentar sob a forma de argumentação quase-lógica o uso do precedente.

De acordo com esse argumento busca-se oferecer o mesmo tratamento para objetos que fazem parte de uma mesma categoria. Ao identificarmos esse argumento no discurso do LG podemos perceber que a APLB – Sindicato representa um conjunto de pessoas que lutam por objetivos que visam melhorar a vida de um grupo de trabalhadores. Esse tipo de associação foi institucionalizada e é reconhecida em nosso país fazendo parte do contexto de luta do proletariado, que em meio as condições impostas pelo lado dominante, representado pelas empresas e pelo Estado, buscam melhorar as condições de vida dos seus representados.

Esse tipo de associação, segundo o discurso do Líder do Governo, tem seu espaço e luta por objetivos justos, no entanto, de acordo com o orador, se o objetivo do sindicato não é a melhoria de vida dos seus associados, mas sim, atender a anseios pessoais de seus membros,

então suas reivindicações não correspondem ao imaginário e a função a que a instituição se destina, desta forma, suas reivindicações não são justas.

Com o objetivo de fortalecer seu argumento, o orador afirma que a APLB é uma instituição "copartidária", ou seja, defende um partido específico, para comprovar, cita que a instituição nunca reconheceu que foi o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro quem concedeu o piso salarial para a categoria, conforme os enunciados:

> **Enunciado 42:** [...] e essa APLB, é tão ingrata que não reconhece que foi Jair Bolsonaro, o Presidente da República, que elevou o piso salarial para R$ 3.800 reais.
>
> **Enunciado 43:** Nunca foram capazes de dizer "esse piso nacional partiu do governo federal".
>
> **Enunciado 44:** Olhe só, o Presidente da República, deu 33% de aumento salarial, ou melhor, não foi nem aumento, no piso salarial dos professores a nível nacional.

Em seguida, declara que a APLB protege as ações do Estado na área da educação e persegue o município quando esse age da mesma forma. Isto porque acredita que a instituição é aliada do partido gestor do Estado, conforme os enunciados:

> **Enunciado 45:** Eu vou lhe dar um exemplo, o Governo do Estado, vereador Américo, não dá aumento, ou não deu aumento salarial aos seus servidores há oito anos, inclusive, na área de educação, foi dada agora recente, 4% de aumento salarial e deu até 16% para concluir ou atingir o piso salarial nacional dos professores do Brasil.
>
> **Enunciado 46:** A APLB não fez ainda um único movimento, durante oito anos, questionando o não aumento dos salários por parte do Governo do Estado. Então há prova inequívoca de que a APLB é uma instituição tendenciosa em Feira de Santana.
>
> **Enunciado 47**: Oportunamente vereador, 33%, os professores que ganhavam em Feira de Santana por exemplo com 40 h, R$ 2900, foram todos elevados para R$ 3800 reais, aconteceu também no Governo do Estado, que chegou até a dar 16% no piso salarial, exatamente para atingir os R$ 3.800 reais.
>
> **Enunciado 48**: Os senhores já ouviram falar que a APLB levantou a voz para criticar o Governo do Estado que há 8 anos não dava 0,1% de aumento salarial para os servidores do estado e também da educação? Não, não.
>
> **Enunciado 49:** [...] eu quero lamentar profundamente e dizer que o Governo Municipal já concedeu, já equiparou o piso nacional dos professores e está agora sentado com os representantes da APLB propondo o mesmo percentual que o estado deu aos professores, e que eles não fizeram greve e não fizeram nenhum movimento, 4% além desse aumento.
>
> **Enunciado 50:** Ou seja, o piso salarial foi para R$ 3800 e o Governo Municipal está dando mais 4%. Está agora sentado discutindo com a APLB. Então, nós queremos deixar claro que infelizmente, infelizmente, usa-se dois pesos e uma medida, porque se usassem dois pesos e duas medidas estava tudo igualzinho, mas é dois pesos e um medida, para o Governo do Estado a APLB se cala, quando se fala do Governo Municipal aí a APLB "abre o bico".

É possível perceber que o orador utiliza o lugar da quantidade para apoiar seus argumentos. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 97) o lugar da quantidade é aquele que afirma que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas. Neste caso, o orador se vale das porcentagens para convencer o auditório de que o governo municipal está cumprindo a lei do piso salarial dos professores. Para o auditório, o uso de porcentagens e números conferem um aspecto de confiabilidade e de conhecimento pelo orador que fortalece seus argumentos.

Além disso, o uso da palavra "inequívoca" para se referir ao substantivo "prova" no enunciado: "A APLB não fez ainda um único movimento, durante oito anos, questionando o não aumento dos salários por parte do Governo do Estado. Então há prova inequívoca de que a APLB é uma instituição tendenciosa em Feira de Santana", constitui-se como um exemplo de modalização epistêmica objetiva, ou seja, demonstra o comprometimento do orador com o estatuto de verdade. Este termo serve para conceder mais valor epistêmico para seu enunciado, dessa forma, sua opinião não se apresenta como uma mera crença, mas como uma evidência sobre os fatos.

É possível perceber que o Líder do Governo também utiliza uma estratégia argumentativa caracterizada pelo uso de perguntas e respostas, como por exemplo: "Os senhores já ouviram falar que a APLB levantou a voz para criticar o Governo do Estado que há 8 anos não dava 0,1% de aumento salarial para os servidores do estado e também da educação? Não, não". Esses questionamentos visam reforçar o ponto de vista do orador, assim como buscam encontrar apoio do auditório a sua tese.

Em seguida, é importante destacarmos traços de argumentação erística entre o vereador Líder do Governo e o Líder da Oposição. Isso porque durante a fala do Líder do Governo o edil Líder da Oposição solicitou aparte, o qual utilizou para refutar a minimização da pauta da APLB - Sindicato a questão salarial. Neste momento podemos perceber o confronto verbal impelido pelos parlamentares, conforme os enunciados:

> **Enunciado 51**: Líder da Oposição - Um aparte excelência.
>
> **Enunciado 52**: Líder do Governo - Oportunamente vereador, vou conceder, tenha certeza. Exatamente para chegar ao teto do piso salarial nacional, e aqui, a APLB quer além desses 33% já garantidos a nível nacional, eles querem mais 33%. Sr. Presidente, senhores vereadores, isso é um absurdo. É uma greve política. O interesse é exclusivamente político partidário. Vereador que seja breve.
>
> **Enunciado 53:** Líder da Oposição - Excelência, parece que o senhor estava dormindo em todas as outras sessões e acordou hoje sabendo tudo sobre a greve, ao ponto de mentir. E aí eu digo muito diretamente, o que o senhor está apresentando é mentira.

> A pauta não é essa, 33,23% já foi atendido. Então, não minta sobre os números, se não, ...
>
> **Enunciado 54:** Líder do Governo - Pois não vereador, Vossa Excelência já está usando um vocabulário que não é da sua índole, mas o senhor está liberado pelo aparte. Porque pra mim é mentiroso é quem exibe vídeos que são apenas interessantes para quem quer. Vossa Excelência, por exemplo, tem vídeo lá batendo em, batendo em guarda municipal e não foi exibido ontem.
>
> **Enunciado 55:** Líder da Oposição - Eu quero que o senhor prove. Traga o vídeo e exiba. Traga o vídeo e exiba.
>
> **Enunciado 56:** Líder do Governo - Muito Obrigado. Pronto vereador, com todo respeito que eu lhe tenho.

No entanto, mesmo com o clima de animosidade, é possível perceber que o Líder do Governo consegue manter o diálogo de forma mais gentil, muito provavelmente, pela sua experiência política, estando no quarto mandato de vereança, conforme os enunciados: "[...] pois não vereador, Vossa Excelência já está usando um vocabulário que não é da sua índole" e "Muito obrigado. Pronto vereador, com todo respeito que eu lhe tenho".

Também foi possível perceber, no trecho: "[...] a APLB quer além desses 33% já garantidos a nível nacional, eles querem mais 33%. Sr. Presidente, senhores vereadores, isso é um absurdo [...]". De acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca, "[...] o raciocínio pelo absurdo começa supondo-se verdadeira uma proposição *A*, para mostrar que suas consequências são contraditórias com que se admitiu por outro lado e passar daí à verdade de *não-A*". Também é possível perceber que palavra absurdo deixa clara a opinião do sujeito, evidenciando as emoções que lhe são conferidas naquele momento.

A interação argumentativa erística, segundo Walton (1998 apud Azevedo, Gonçalves-Segundo, Piris, 2021, p. 2295) se caracteriza como uma discussão orientada para a busca pela vitória [...]. Neste sentido, os argumentadores acabam explorando o espaço de argumentação tanto para se promoverem e depreciarem o outro, quanto para reforçarem sua perspectiva e ridicularizarem a outra. Conforme os autores, as características deste tipo de argumentação são:

> 1. a alta frequência de ataques pessoais; 2. uma atitude fechada, caracterizada pela rejeição a conceder aos argumentos do outro lado, de forma a nunca admitir derrota e buscar vitória a todo custo; 3. a distorção dos pontos de vista e dos argumentos do outro, procedimento que usualmente é denominado como *falácia do espantalho*; 4. desvios tópicos que deslocam a argumentação para pontos apenas marginalmente relevantes em termos da questão em debate; 5. uma atitude de simulação de razoabilidade, comum em diálogos erísticos diante de um terceiro, por meio da qual se pretende dar a entender que quem está agindo irracionalmente é o outro. Nesse sentido, não é incomum que os participantes enunciem que é o outro que está "reduzindo o nível do diálogo" ou "sendo desonesto".

Algumas dessas características são perceptíveis no confronto estabelecido, momento no qual um vereador declara que o outro está mentindo, e de forma agressiva solicita que o outro prove suas alegações em tom de ameaça. Além disso, é possível perceber a rejeição total à legação do outro e a gentileza com que o Líder do Governo trata seu oponente numa tentativa de demonstrar que o outro está agindo de forma irracional e está fora de si.

Retomando a análise dos argumentos, podemos destacar o argumento utilizado pelo vereador da base do governo, o qual tem por objetivo reforçar a desqualificação da instituição APLB, conforme o enunciado:

> **Enunciado 57:** Um aparte excelência. Lamentável ainda excelência, estamos vendo nos grupos de *whatsapp*, no *face*, nos *sites* e *blogs*, uma proposta, se for verdade, indecente da APLB quando ela sugere cancelar o ano letivo de 2022. Lamentável se isso for verdade.

É importante observar que a informação fornecida não possui nenhuma base sólida, segundo o orador, esta foi fornecida possivelmente através de veículos de informação como o *whatsapp, facebook,* sites *e blogs*, dos quais não citou o nome específico e nem a sua autoria, caracterizando-se como informação de frágil convencimento por não conter elemento de prova contundente.

Além dos argumentos supracitados, pode-se perceber que o orador reduz as reivindicações da APLB a questão salarial e preconiza que o Poder Executivo já atendeu a reivindicação do sindicato ao equiparar o salário dos professores ao piso estabelecido pelo Governo Federal. Desta forma, qualquer solicitação acima do exposto extrapola a regra da justiça, além disso, o orador se apoia no lugar da quantidade para conferir maior confiabilidade aos seus argumentos, mas sem apresentar nenhum meio de prova acerca dos dados fornecidos.

> **Enunciado 58:** Oportunamente vereador, 33%, os professores que ganhavam em Feira de Santana por exemplo com 40 h, R$ 2900, foram todos elevados para R$ 3800 reais, [...].
>
> **Enunciado 59:** Oportunamente vereador, vou conceder, tenha certeza. Exatamente para chegar ao teto do piso salarial nacional, e aqui, a APLB quer além desses 33% já garantidos a nível nacional, eles querem mais 33%.
>
> **Enunciado 60:** Nós estamos afirmando que o governo municipal elevou a R$ 3800 reais o piso salarial de todos os professores de Feira de Santana, tínhamos apenas 37 professores, 37 professores, que não estavam atingindo o piso salarial, e que hoje, já foi publicado e os 37 que restavam receberam o que é garantido, que é garantido por Lei, os 33%, ou, o valor percentual para atingir o teto nacional do piso salarial.

Logo após, o LG aborda o tema da ocupação do prédio da Prefeitura do município utilizando o argumento quase-lógico da reciprocidade, de acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 250) “os argumentos de reciprocidade visam aplicar o mesmo tratamento a duas situações correspondentes” desta forma, tem-se “uma relação simétrica, quando sua proposição conversa lhe é idêntica, ou seja, quando a mesma relação pode ser afirmada tanto entre *b* e *a* como entre *a* e *b*”. Desta forma, o orador argumenta que no confronto, todos se agrediram mutualmente numa relação de equivalência e equiparação de forças. Além disso, utiliza a oração “Violência só gera violência”, dita por Epicuro, filósofo grego do período helenístico, o qual se constitui como um argumento de causalidade e supõe um encadeamento de fatos, em que um acontecimento antecedente produz um dado efeito. Esse argumento encaminha as premissas para uma determinada conclusão e é amplamente conhecido e acolhido no senso comum, contribuindo para a construção de um *ethos* pacificador e respeitoso.

É possível também identificar o apelo para o lugar da pessoa neste trecho do seu discurso, pois o citado lugar preconiza que é preciso respeito mútuo e valorização do ser humano, identificado no enunciado “[...] a gente tem que ter respeito acima de tudo. Respeito mútuo, coisas que a APLB não tem”, afastando essa qualidade da APLB.

> **Enunciado 61:** Ontem, a gente estava ouvindo uns vídeos, onde o vereador Silvio Dias, “gato mestre”, selecionou àqueles que interessavam a ele e exibiu, mas têm outros vídeos excelência do senhor lá, Silvio Dias, insultando a guarda municipal, inclusive Dias, o Líder da Oposição, que eu lamento profundamente, um homem que tem uma estatura extraordinária, a gente ter que ver cenas lá, agredindo também guarda municipal. Violência só gera violência.
>
> **Enunciado 62:** Violência não se retribui com violência, a gente tem que ter respeito acima de tudo. Respeito mútuo, coisas que a APLB não tem.

Desta forma, a partir dos argumentos analisados pode-se perceber que o orador utiliza como base para sua argumentação o argumento da regra da justiça, e como argumentos subsidiários os argumentos de reciprocidade e causalidade, recorrendo na maioria das vezes ao lugar da quantidade para fortalecer sua argumentação. O discurso do Líder do Governo é centrado na tentativa de desqualificar a APLB - Sindicato e como a teoria do fruto da árvore envenenada desqualificar sua reivindicação. A teoria do fruto da árvore envenenada, amplamente aplicada no direito penal, preconiza que todas as provas obtidas que forem decorrentes de uma prova ilícita estarão automaticamente contaminadas pela ilicitude, desta forma, em relação ao pronunciamento do orador, a desqualificação da instituição APLB

implicaria na desqualificação da sua pauta, assim como na ação de ocupação do prédio da prefeitura realizado pela instituição.

#### 6.3.1.2 O auditório e a *doxa* do vereador Líder do Governo

Inicialmente, podemos identificar no discurso do vereador Líder do Governo a presença de designações nominais explícitas que objetivam definir o auditório, neste caso, os vocativos empregados são dispostos no início do pronunciamento, conforme o enunciado:

> **Enunciado 63**: Senhor Presidente, senhores vereadores, senhoras vereadoras, internautas, senhoras e senhores presentes na galeria.

A partir de uma escala hierárquica, o orador dirige-se inicialmente ao Presidente da Casa, em seguida, aos demais edis, e na sequência, aos internautas e aos presentes na galeria, ou seja, destina seu pronunciamento a qualquer pessoa que o esteja acompanhando.

É importante relembrar que a Sessão Ordinária nº 37 de 2022 ocorreu no dia subsequente a uma Sessão Ordinária que fora totalmente dedicada a ocupação do prédio da prefeitura, nessa Sessão nenhum vereador governista se pronunciou, apenas àqueles que declaradamente apoiavam a causa do professorado, desta forma, a Sessão nº 37, por representar a retomada das atividades cotidianas da Casa e por não estar com a sua galeria ocupada pela professorado, mas por um público misto e pequeno, possibilitou que os vereadores da base se sentissem mais à vontade e menos expostos a crítica pelo seu posicionamento, já que, apesar do auditório ser construído no discurso, a presença de um auditório físico e opositor gera interpelações no discurso do orador, como ocorre frequentemente nas Sessões Ordinárias desta Casa, e costumam influenciar ou interromper a fala do orador durante seu discurso.

Desta forma, foi possível perceber que o orador inicia seu discurso tentando situar o auditório no tema exposto, trazendo para a primeira pessoa do singular o protagonismo das ações, conforme o enunciado:

> **Enunciado 64:** Eu queria inicialmente, Sr. Presidente, falar da greve dos professores da rede municipal. Eu particularmente já me pronunciei em outras oportunidades e disse que sou inteiramente favorável a uma coisa chamada diálogo. O grande problema, é que às vezes as reivindicações feitas, senhoras professoras e senhores professores, pela APLB, extrapolam qualquer ideia daqueles que pensam e reconhecem os direitos e as reivindicações justas do professorado.

É possível perceber que o LG, através do seu discurso, evidencia que está lidando com um auditório heterogêneo, ou seja, formado por pessoas que compartilham do seu posicionamento, mas também daqueles que não só não o apoiam, como também, se contrapõem a suas ideias. Segundo Amossy (2020, p. 63), este tipo de discurso é característico de pronunciamentos realizados em parlamentos, em que se encontram facções diferentes e frequentemente antagônicas. Desta forma, o orador busca apoiar-se inicialmente em uma premissa aceita por todos, assim como busca construir um discurso que seja entendido por seus adversários.

Desta forma, conforme o enunciado podemos perceber que o orador refere-se a si mesmo, objetivando construir um *ethos* favorável ao diálogo e na sequência, se coloca na posição de pertencente a um grupo, "daqueles que pensam e reconhecem os direitos e as reivindicações justas do professorado", neste momento, ele se aproxima da categoria reconhecendo o seu papel, no entanto, estabelece que mesmo para as pessoas que assim o fazem, não é possível acreditar que as reivindicações da APLB sejam justas. Desta forma, podemos perceber a construção de uma *doxa* voltada para a comunicação, o diálogo e a justiça, nesse último aspecto é importante destacar que o conceito de justiça é individualizado, de acordo com o sistema de valores que cada um possui, ponto de partida pelo qual os seres humanos defenderão as suas ideias.

Em seguida, a partir do momento que o orador começa a desqualificar a APLB, dirige-se a um auditório particular, formado por aqueles que compartilham de suas mesmas opiniões, para tanto, evoca o nome de vereadores declaradamente governistas com o objetivo de obter seu apoio.

> **Enunciado 65:** A APLB, neste Estado, infelizmente, vereador Oliveira, é uma instituição que defende copartidária. Eu vou lhe dar um exemplo, o Governo do Estado, vereador Américo, não dá aumento, ou não deu aumento salarial aos seus servidores há oito anos, inclusive, [...].
>
> **Enunciado 66:** Não foi capaz, Lima, de dizer que a elevação do piso nacional dos professores foi Jair Bolsonaro que deu.

Na época, o vereador Lima proferia duras críticas ao Governo Municipal, apesar de fazer parte da base do governo, mas sempre foi um apoiador convicto do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, por isso, o orador sentiu-se à vontade em evocá-lo no segundo enunciado.

Na sequência, o orador se coloca na condição de porta-voz do governo municipal, declarando aquilo que o Poder Executivo já fez e o que está fazendo, essa mudança de

posicionamento da 1ª pessoa do singular para a primeira pessoa do plural fica evidenciada claramente nos enunciados “eu quero lamentar profundamente e dizer que [...]” para “nós queremos deixar claro que infelizmente [...]”, e demostra o verdadeiro papel que o orador se propõe no discurso como representante do Poder Executivo.

> **Enunciado 67:** Por que se calam, porque se calam diante dos interesses particulares. Os interesses particulares são mais fortes do que os interesses coletivos, então Sr. Presidente, eu quero lamentar profundamente e dizer que o Governo Municipal já concedeu, já equiparou o piso nacional dos professores e está agora sentado com os representantes da APLB propondo o mesmo percentual que o estado deu aos professores, e que eles não fizeram greve e não fizeram nenhum movimento, 4% além desse aumento.
>
> **Enunciado 68:** Ou seja, o piso salarial foi para R$ 3800 e o Governo Municipal está dando mais 4%. Está agora sentado discutindo com a APLB. Então, nós queremos deixar claro que infelizmente, infelizmente, usa-se dois pesos e uma medida, porque se usassem dois pesos e duas medidas estava tudo igualzinho, mas é dois pesos e um medida, para o Governo do Estado a APLB se cala, quando se fala do Governo Municipal aí a APLB “abre o bico”.

Desta forma, podemos perceber que o orador inicia seu discurso dirigindo-se a um auditório mais amplo, e em seguida, restringe seu auditório a um grupo mais restrito, formado por pessoas que compartilham das suas mesmas opiniões, seu papel nesse discurso é desqualificar a APLB - Sindicato e suas ações, portando-se como porta-voz do Governo Municipal. Já do ponto de vista *dóxico*, foi possível perceber os elementos pertinentes ao Quadro 4:

**Quadro 04 – A *doxa* do vereador Líder do Governo**

| **Característica** | **Enunciados do discurso do Líder do Governo** |
|---|---|
| O Orador apoia-se em uma *doxa* de diálogo, comunicação e justiça. | Eu particularmente já me pronunciei em outras oportunidades e **disse que sou inteiramente favorável a uma coisa chamada diálogo**. O grande problema, é que às vezes as reivindicações feitas, senhoras professoras e senhores professores, pela APLB, **extrapolam qualquer ideia daqueles que pensam e reconhecem os direitos e as reivindicações justas do professorado**. |
| *Doxa* de justiça | [...] e essa APLB, **é tão ingrata** que não reconhece que foi Jair Bolsonaro, o Presidente da República, que elevou o piso salarial para R$ 3.800 reais. |

| | |
|---|---|
| *Doxa* direcionada a defesa da paz, da não violência, do respeito ao próximo. | **Violência só gera violência**.<br><br>Violência não se retribui com violência, a gente tem que ter **respeito acima de tudo**. Respeito mútuo, coisas que a APLB não tem. |
| *Doxa* da justiça e da equidade. | Então, nós queremos deixar claro que infelizmente, infelizmente, **usa-se dois pesos e uma medida, porque se usassem dois pesos e duas medidas estava tudo igualzinho**, mas é dois pesos e um medida, para o Governo do Estado a APLB se cala, quando se fala do Governo Municipal aí a APLB "abre o bico". |

Conforme o Quadro 04, foi possível perceber que o orador se apoia em uma *doxa* voltada para a defesa do que é justo e igualitário, na defesa da paz e de uma postura de não violência, valores considerados quase como universais.

### 6.3.2 ANÁLISE ARGUMENTATIVA DO PRONUNCIAMENTO DO VEREADOR LÍDER DA OPOSIÇÃO

#### 6.3.2.1 A questão colocada, a tese defendida e a estratégia argumentativa empreendida

Após a realização das análises pertinentes ao discurso do vereador Líder do Governo, iniciaremos as análises referentes ao discurso do vereador Líder da Oposição (LO). De acordo com a sequência cronológica dos discursos, o edil Líder da Oposição discursou após a fala do vereador Líder do Governo, precisamente, após o pronunciamento de cinco vereadores, isto porque, a sequência dos pronunciamentos segue a ordem de inscrição.

O discurso do vereador Líder da Oposição durou seis minutos, tendo utilizado o tempo do seu partido e o tempo da liderança da oposição. Ao analisar o citado discurso foi possível perceber que o objetivo principal do edil era combater a argumentação do seu adversário através de uma contra-argumentação que objetivava descontruir a imagem negativa criada por ele em relação a APLB – Sindicato, assim como refutar a ideia de equidade de forças no confronto ocorrido no prédio da prefeitura.

O Líder da Oposição também trabalha com o argumento da mentira, isso porque classifica como inválida, ou absurda a opinião adversária, neste sentido, a lógica do absurdo além de acusar a irracionalidade de um argumento, pode ser compreendida pela acusação de uma falsidade ou mentira.

> **Enunciado 69:** E por isso mesmo ele citou o Estado, erradíssimo.
>
> **Enunciado 70:** Os colegas governistas estão ali dizendo ali do tempo, quero dizer aqui, para finalizar, vejam o nível da mentira, [...].
>
> **Enunciado 71:** mas vem aqui espalhar mentira porque a linha do Governo Municipal é essa. Não resolver os problemas e espalhar mentiras, gerar confusão, transformar quem foi agredido em agressor, é isso que nós estamos assistindo. E por isso mesmo ele citou o Estado, erradíssimo.
>
> **Enunciado 72:** Essa é a mentira, do contrário, desafio a qualquer governista a vir aqui e apresentar outros dados.

É possível perceber que o LO profere um discurso mais apelativo ao *pathos* e ataca com firmeza a imagem do LG, tentando estabelecer uma imagem pessoal oposta. Seu discurso, apesar de ser mais emocional, rebate cada argumento proferido pelos seus adversários de forma sistemática, finalizando com a tentativa de restabelecer a imagem da APLB através da ampliação da sua agenda de reivindicações. Segue Quadro 05 que explicita essas características.

**Quadro 05 – Enquadramentos**

| Características | Transcrições do discurso do LO |
|---|---|
| Assume posição de confronto | Subo à tribuna, não poderia ser diferente, para **combater a mentira espalhada pelo Governo Municipal e pelos seus meninos de recado**<br><br>Então, quero dizer o seguinte pra ele que teve a ousadia, a mando, de subir aqui e nos acusar de agredir, eu digo "prove", porque se não provar, isso vale para todos e **todas que forem por este caminho, como disse anteriormente, não só a desmoralização, a responsabilização legal por calúnia, difamação**. Quero ver.<br><br>Essa é a mentira, do contrário, **desafio** a qualquer governista a vir aqui e apresentar outros dados. |
| Apelo ao *pathos* | Uma **vergonha**.<br><br>**Lamentável,** não digo como vereador não. Não digo apenas como professor, digo como cidadão feirense e como ser humano. **É vexatório.**<br><br>Porque se a conversa é que os vereadores agrediram, como é que justifica a **professora que vomitou sangue, criança que recebeu spray de pimenta**, é porque agrediu também? É isso? |

| | |
|---|---|
| Ataques a imagem do edil LG | **meninos de recado**<br>**não teve a coragem** de apresentar estas mesmas **opiniões mentirosas**, ontem, quando a galeria estava tomada pelo professorado<br><br>**têm pessoas que se presta a tudo.**<br><br>Eu acredito que para entrar na vida pública, pra começar, **a pessoa precisa se respeitar**, **quem não se respeita não tem lugar na vida pública, se vende em troco de qualquer vantagem, se presta a tudo**.<br><br>vem aqui espalhar mentira porque a linha do Governo Municipal é essa.<br><br>**Mentirosos.** |

Baseados no Quadro 05, podemos identificar no discurso do vereador Líder da Oposição, a utilização de argumentos *ad personam*. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 126) estes se caracterizam como "uma forma de ataque contra a pessoa do adversário, que visa, essencialmente desqualificá-lo". Este tipo de contra-argumentação, consiste na tentativa de desvalorização dos argumentos do outro com base na descredibilização da sua pessoa. No discurso, é possível perceber que o LO qualifica seu adversário como "menino de recado", posicionando-se a mando do Governo Municipal, este tipo de perspectiva fragiliza a imagem do adversário por caracterizá-lo como alguém que não dispõe de coragem para agir ou pensar por conta própria. A seguir segue enunciados do discurso que explicitam a informação supracitada.

> **Enunciado 73**: [...] o colega (Líder do Governo), que não teve a coragem de apresentar estas mesmas opiniões mentirosas, ontem, quando a galeria estava tomada pelo professorado, mas se sentem à vontade, depois de ter acordado e recebido a orientação do Prefeito Colbert Martins, que falou assim "vá lá e minta", pra vir aqui, tem pessoas que se presta a tudo.
>
> **Enunciado 74:** Eu acredito que para entrar na vida pública, pra começar, a pessoa precisa se respeitar, quem não se respeita não tem lugar na vida pública, se vende em troco de qualquer vantagem, se presta a tudo.
>
> **Enunciado 75:** Não resolver os problemas e espalhar mentiras, gerar confusão, transformar quem foi agredido em agressor, é isso que nós estamos assistindo.

> **Enunciado 76:** Então a gente precisa ter responsabilidade na vida pública, procuro não ser leviano com nada que digo, se defendo o que defendo é porque acredito e não a troco de vantagem como uns e outros que aqui sobem.
>
> **Enunciado 77**: Quer dizer que depois de todo esse conflito, de toda essa situação que nós vimos na semana passada, a orientação do Prefeito Colbert Martins Filho para a sua base é vir aqui mentir? Passar por cima até da hombridade mínima da solidariedade, do requisito básico de humanidade diante de colegas que foram brutalmente agredidos. É uma vergonha. Lamentável, não digo como vereador não. Não digo apenas como professor, digo como cidadão feirense e como ser humano. É vexatório.
>
> **Enunciado 78:** Mentirosos.

É possível perceber que o vereador LO estabelece seu ponto de vista sobre a necessidade de respeito próprio como inerente a pessoa que exerce uma vida pública, como um parlamentar, indicando que o LG não possui tal característica. Além disso, acrescentou que o citado parlamentar age para falar mentiras, gerar confusão, e transformar quem é vítima em culpado, a partir destas características o LO cria uma imagem negativa do LG, e ainda a complementa distanciando-o de elementos como hombridade e solidariedade, considerados por ele como "básico de humanidade", caracterizando sua atitude como vergonhosa e lamentável. Todos esses elementos auxiliam na criação de uma imagem negativa do Líder do Governo para seu auditório.

Na sequência, podemos perceber o uso da progressão de sentido no enunciado "Não digo apenas como professor, digo como cidadão feirense e como ser humano. É vexatório". O orador sai da posição de menor grupo, "professor", para a posição intermediária de "cidadão feirense" para uma ainda maior, "ser humano", a utilização dessa progressão aciona a percepção de um auditório mais restrito para um auditório mais amplo, desta forma, a ideia que está defendendo, de que o LG passou "por cima até da hombridade mínima da solidariedade, do requisito básico de humanidade diante de colegas que foram brutalmente agredidos", segundo ele, é visível não apenas para uma categoria dos professores, mas é perceptível por toda a humanidade, pois todo o ser humano pensaria da mesma forma.

Além disso, na tentativa de desqualificar seu adversário, conferindo-lhe características negativas, o orador assume posição oposta, positiva, conforme o enunciado "Então a gente precisa ter responsabilidade na vida pública, procuro não ser leviano com nada que digo, se defendo o que defendo é porque acredito e não a troco de vantagem como uns e outros que aqui sobem". Neste enunciado, o orador se coloca como uma pessoa que tem responsabilidade na vida pública, prudente e séria, características opostas ao termo "leviano", pois defende seus

posicionamentos e fala por si mesmo, posição oposta ao de seu adversário, o qual, segundo ele, discursou por orientação do chefe do Poder Executivo.

É possível também perceber no discurso do Líder da Oposição que ocorre a refutação a cada argumento utilizado pelo Líder do Governo e pelo vereador que falou em aparte, também governista. O primeiro argumento refutado referiu-se à afirmação do LG de que foi o Presidente Bolsonaro quem concedeu o aumento salarial aos professores, para isso o orador declarou que foi uma Lei Federal citando-a por completo como a Lei 11.738/2008. Segundo ele, a referida lei previu o reajuste anual salarial, o qual é publicado todos os anos pelo Ministério da Educação. Desta forma retirou do Presidente Bolsonaro a iniciativa do aumento, declarou a posição contrária do Ministério de Educação, e conferiu à pressão do movimento de educação a verdadeira autoria da conquista.

> **Enunciado 79:** Vir aqui dizer que o piso salarial foi dado pelo Presidente Bolsonaro, é uma Lei, Lei 11.738/2008, prevê reajuste anual a ser publicado por portaria, todos os anos pelo Ministério da Educação. Esse ano é o primeiro onde o Ministério da Educação publicou nota contra o reajuste. Só cedeu com pressão popular, pressão do movimento de educação.

Logo após, o orador refuta a acusação do vereador governista que discursou em aparte afirmando que a APLB estaria articulando uma possível mudança no calendário escolar conforme o enunciado:

> **Enunciado 80:** Vereador Augusto veio aqui colocar em questão, dizer que a direção sindical, a APLB, está defendendo uma coisa que é um crime, uma mudança no calendário, tem nota do Conselho Municipal de Educação desmentindo, mas vem aqui espalhar mentira porque a linha do Governo Municipal é essa.

A partir do enunciado transcrito, pode-se perceber que o orador considera a afirmação enganosa e a desmente através de uma prova formal e escrita, a qual não é apresentada, mas pode ser facilmente contestada ou comprovada, desta forma, caracteriza-se como uma prova de forte poder de convencimento.

Logo após, o orador profere a sua próxima contestação, refutando o argumento mais explorado pelo vereador governista, a suposta proteção concedida pela APLB às ações do Governo do Estado na área da educação. Para tanto, profere sua contestação, mas sem se ater a este tema ao longo do seu discurso.

> **Enunciado 81:** O governo Rui Costa encaminhou uma proposição na Assembleia Legislativa que achata a carreira, que garante o piso apenas “pros” níveis iniciais,

> combatemos isso, apresentamos inclusive proposta divergente, ao contrário dele, aqui não tem dois pesos e duas medidas, errado é errado.

O orador contesta a argumentação através da apresentação de uma situação em que a atitude tomada pela APLB não se enquadra na acusação proferida pelo LG, demonstrando para seu auditório através do exemplo a imparcialidade da instituição. Para isso, faz uso da tautologia "errado é errado". De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (20025, p. 246) quando a tautologia aparece de forma evidente e voluntária, como nas expressões "um tostão é um tostão", "crianças são crianças" deverá ser considerada como uma figura. A tautologia é um juízo cujo predicado não acrescenta nenhuma informação ao sujeito, como por exemplo "Quando trabalho, trabalho, quando descanso, descanso", neste caso, a tautologia é utilizada para reforçar o sentido de errado, contrapondo-se a afirmação anterior " aqui não tem dois pesos e duas medidas".

Em seguida, o orador amplifica a agenda de lutas da APLB para além da questão salarial abordada pelo Líder do Governo, para isso utiliza em sua contra-argumentação o argumento da parte no todo, segundo Fiorin (2018, p. 128) trata-se de um argumento quase-lógico, no qual "a parte não é fração de um conjunto, mas símbolo dele, ou ainda mais precisamente, é equivalente ao todo, representa-o". Em seu pronunciamento, o Líder do Governo reduziu a APLB – Sindicato a luta salarial e a desvalidou, transformou-a em uma instituição serviçal que objetiva atender apenas a interesses políticos particulares. Desta forma, o que o LO faz nos argumentos a seguir é o movimento reverso, atribui a propriedade de cada parte ao todo, dando a ele um novo significado.

> **Enunciado 82**: Por isso, e com isso concluo, senhor presidente, quero dizer, que veja, subiram aqui representando o governo e não trouxeram posição sobre nenhum dos pontos que estão sendo discutidos, os problemas das escolas não se resumem a questão salarial, o que está em discussão, é por um lado a situação da merenda, que falta, das carteiras, que estão em falta, do fardamento escolar, que falta, das reformas que não foram feitas e as escolas que estão aí abandonadas, isso está em discussão, pra nada disso disseram qualquer "ai".
>
> **Enunciado 83:** E mesmo as questões salariais, mesmo as questões de categoria não se resumem aquilo que o vereador (Líder do Governo) veio aqui e mentiu, porque tem a discussão das licenças, da alteração de carga horária, do pagamento e contracheque unificado, e por fim, finalizo com isto.

Na sequência, o orador finaliza seu discurso refutando o argumento do Líder do Governo sobre a equiparação dos salários dos professores ao piso salarial nacional, utilizando também o lugar da quantidade para rebater as argumentações do seu opositor. Neste segmento, a intenção do orador é "desmascarar" o que ele considera como uma mentira contada pelo LG, pois,

segundo ele, existem apenas dois professores da rede municipal na faixa salarial inicial que não recebem o piso salarial estabelecido, desta forma os outros 2184 professores, que representam praticamente a totalidade da categoria não receberiam aumento algum em seus salários. Nesse segmento podemos perceber que o orador faz uso da repetição como recurso discursivo para enfatizar a quantidade ínfima de professores a serem contemplados, “sabe quantos professores estão nesta condição, de 2186, dois, dois, pra dois. E os outros 2184?”.

> **Enunciado 84**: Os colegas governistas estão ali dizendo ali do tempo, quero dizer aqui, para finalizar, vejam o nível da mentira, ele veio aqui e disse que o governo se comprometeu a pagar o piso. Sabe qual é a proposta do Governo Municipal, pra todo mundo ter ciência, o piso salarial do magistério está previsto em Lei, 33,23% de aumento, este ano de 2022. Sabe qual é a proposta do governo? Para 2186 professores e professoras da rede, eles estão dizendo que vão pagar o piso, realmente, para quem está no nível inicial, sabe quantos professores estão nesta condição, de 2186, dois, dois, pra dois. E os outros 2184?

Por fim, trataremos sobre o segundo tema refutado pelo Líder da Oposição, a ideia de equidade de forças no confronto ocorrido na Prefeitura municipal. Para tanto o LO utiliza o argumento da autofagia, segundo Fiorin (2018, p.141) esse argumento é fundado no princípio da não-contradição. Ele refere-se à incompatibilidade. “A palavra autofagia quer dizer 'que se devora a si mesma', ou seja, que ela se autodestrói, porque faz surgir uma incoerência num argumento”. Para tanto, o orador retoma o argumento do seu adversário de que todos se agrediram de forma igualitária e o refuta questionando a violência sofrida por crianças, que não estão no mesmo nível de igualdade de um adulto e na figura das professoras, que são mulheres e comumente menos combatíveis em lutas corporais. Para observarmos melhor esta análise retomaremos os enunciados do pronunciamento do LG que trata sobre este assunto.

> **Enunciado 85:** Líder do Governo: Ontem, a gente estava ouvindo uns vídeos, onde o vereador Dias, “gato mestre”, selecionou àqueles que interessavam a ele e exibiu, mas têm outros vídeos excelência do senhor lá, Silvio Dias, insultando a guarda municipal, inclusive Dias, o Líder da Oposição, que eu lamento profundamente, um homem que tem uma estatura extraordinária, a gente ter que ver cenas lá, agredindo também guarda municipal. Violência só gera violência.
> Violência não se retribui com violência, a gente tem que ter respeito acima de tudo. Respeito mútuo, coisas que a APLB não tem.
>
> **Enunciado 86:** Líder da Oposição: Então, veja como é que são as coisas, com o calor daquilo que nós vimos, aquela barbárie na quinta e sexta-feira, de agressão generalizada. Porque se a conversa é que os vereadores agrediram, como é que justifica a professora que vomitou sangue, criança que recebeu spray de pimenta, é porque agrediu também? É isso? É essa a versão que vai ser comprada agora.

> **Enunciado 87:** Então, peço ao povo de Feira de Santana muita atenção em relação a isso, porque se trata de uma estratégia, é a tentativa de desqualificar quem luta, de transformar quem é vítima em algoz e por isso veja como são as coisas [...].

A partir dos enunciados explicitados, pode-se perceber que o LO apela para o *pathos* ao mencionar os termos "professora que vomitou sangue", "criança que recebeu spray de pimenta", pois incita seu auditório a recriar visualmente tais situações e provoca sentimentos de dor e sofrimento. Além disso, apela para o lugar da pessoa, o qual prevê a superioridade daquilo que está ligado às pessoas em relação as coisas.

Em seguida, podemos identificar a utilização do argumento do ridículo para contrapor a ideia de uma luta justa, este argumento, segundo Abreu (2003, p. 54), ridiculariza um *argumento* como forma de derrubá-lo. O argumento do ridículo consiste em criar uma situação irônica, ao se adotar, de forma provisória, um argumento do outro, extraindo dele todas as conclusões, por mais estapafúrdias que sejam.

> **Enunciado 88:** [...] dias atrás, o governo, mesmo em rádio, disse e reconhecia que houve excessos, agora foi como dito aqui antes, que o uso da força foi necessário, o próximo passo é dizer que não existiu nenhuma agressão, que tudo aquilo é uma ilusão de ótica da população feirense, é mais do que uma nova agressão, é achar que o povo feirense é imbecil.

É possível perceber no enunciado que o orador introduz a possibilidade do confronto na Prefeitura se configurar como uma ilusão de ótica, algo considerado estapafúrdio, já que se tratou de um acontecimento compartilhado e evidenciado pela mídia. Neste caso, há a tentativa de ridicularização da oposição ao tentar minimizar o ocorrido ao ponto de tentar eliminá-lo por completo.

Desta forma, a partir das análises do discurso do Líder da Oposição podemos perceber que este se caracterizou como uma contra-argumentação cujo objetivo foi contrapor os argumentos do Líder do Governo, possibilitando a identificação de argumentos *ad personam*, a parte no todo, autofagia, argumento do ridículo, assim como o uso da tautologia, e o apelo ao lugar da pessoa e da quantidade. A seguir, serão explicitados o auditório e a *doxa* identificados no discurso do LO.

### 6.3.2.2 O auditório e a *doxa* do vereador Líder da Oposição

Nesta subseção discorreremos sobre o auditório e a *doxa* identificados no discurso do Líder da Oposição. É possível perceber que o vereador inicia seu discurso cumprimentando respectivamente os profissionais de mídia, os internautas e os presentes na galeria, sem citar nenhum vereador da Casa, ou até mesmo o Presidente. No entanto, na sequência, o orador exalta a ausência do vereador Líder do Governo, isto porque seu objetivo é rebater o discurso do seu adversário, conforme o enunciado "Subo à tribuna, não poderia ser diferente, para **combater** a mentira espalhada pelo Governo Municipal e pelos seus meninos de recado". Neste enunciado é possível perceber a postura opositora do orador, a qual demonstra que seu discurso se tratará de uma contra-argumentação.

> **Enunciado 89**: Senhoras e senhores, bom dia! Bom dia aos profissionais de mídia e as pessoas que acompanham pela rede, todas as pessoas aqui presentes na galeria. Subo à tribuna, não poderia ser diferente, para combater a mentira espalhada pelo Governo Municipal e pelos seus meninos de recado, que não têm a coragem se quer, de ficar para escutar, como o colega (Líder do Governo), que não teve a coragem de apresentar estas mesmas opiniões mentirosas, ontem, quando a galeria estava tomada pelo professorado, mas se sentem à vontade, depois de ter acordado e recebido a orientação do Prefeito Colbert Martins, que falou assim "vá lá e minta", pra vir aqui, tem pessoas que se presta a tudo.

Na sequência, o orador direciona seu discurso para um auditório particular, o Líder do Governo, seu objetivo é "desmascará-lo" e atacar a sua imagem, rebatendo cada ponto de argumentação citado por ele e recriminando sua postura como parlamentar, para isso cita-o diretamente.

> **Enunciado 90:** Então, quero dizer o seguinte pra ele que teve a ousadia, a mando, de subir aqui e nos acusar de agredir, eu digo "prove", porque se não provar, isso vale para todos e todas que forem por este caminho, como disse anteriormente, não só a desmoralização, a responsabilização legal por calúnia, difamação.

Em seguida, o Líder da Oposição direcionará seu discurso a um outro auditório particular, a população de Feira de Santana, agora seu objetivo é esclarecer para a população feirense que a pauta da APLB – Sindicato não é aquela mencionada pelo Líder do Governo e que, os acontecimentos na ocupação do prédio da Prefeitura retratam uma postura inadequada do Governo Municipal com o professorado. Além disso, demonstra uma certa preocupação, mencionada em forma de alerta para que a população feirense não se deixe enganar pelas alegações do LG, e consequentemente, pelo Poder Executivo, com relação aos fatos que aconteceram na ocupação do prédio da prefeitura, conforme os enunciados:

> **Enunciado 91**: Então, peço ao povo de Feira de Santana muita atenção em relação a isso, porque se trata de uma estratégia, é a tentativa de desqualificar quem luta, de transformar quem é vítima em algoz e por isso veja como são as coisas.
>
> **Enunciado 92:** Dias atrás, o governo, mesmo em rádio, disse e reconhecia que houve excessos, agora foi como dito aqui antes, que o uso da força foi necessário, o próximo passo é dizer que não existiu nenhuma agressão, que tudo aquilo é uma ilusão de ótica da população feirense, é mais do que uma nova agressão, é achar que o povo feirense é imbecil.

Por fim, o orador conclui seu discurso discorrendo sobre a pauta da APLB - Sindicato a fim de reafirmar para seu auditório, à população do município, o significado das lutas e reivindicações do professorado, sua postura é de quem está explicando uma situação para alertar seu auditório e levá-los, a partir dos seus argumentos, a ver com clareza a sua verdade, para isso, o orador utiliza o verbo "ver" da seguinte forma: "vejam o nível da mentira".

> **Enunciado 93:** Por isso, e com isso concluo, senhor presidente, quero dizer, que veja, subiram aqui representando o governo e não trouxeram posição sobre nenhum dos pontos que estão sendo discutidos, os problemas das escolas não se resumem a questão salarial, o que está em discussão, é por um lado a situação da merenda, que falta, das carteiras, que estão em falta, do fardamento escolar, que falta, das reformas que não foram feitas e as escolas que estão aí abandonadas, isso está em discussão, pra nada disso disseram qualquer "ai".
>
> **Enunciado 94:** E mesmo as questões salariais, mesmo as questões de categoria não se resumem aquilo que o vereador (Líder do Governo) veio aqui e mentiu, porque tem a discussão das licenças, da alteração de carga horária, do pagamento e contracheque unificado, e por fim, finalizo com isto. Os colegas governistas estão ali dizendo ali do tempo, quero dizer aqui, para finalizar, vejam o nível da mentira, ele veio aqui e disse que o governo se comprometeu a pagar o piso. Sabe qual é a proposta do Governo Municipal, pra todo mundo ter ciência, o piso salarial do magistério está previsto em Lei, 33,23% de aumento, este ano de 2022. Sabe qual é a proposta do governo? Para 2186 professores e professoras da rede, eles estão dizendo que vão pagar o piso, realmente, para quem está no nível inicial, sabe quantos professores estão nesta condição, de 2186, dois, dois, pra dois. E os outros 2184? Essa é a mentira, do contrário, desafio a qualquer governista a vir aqui e apresentar outros dados.

Desta forma, a partir das análises, foi possível perceber que o Líder da Oposição estabelece como seu auditório particular o Líder do Governo, e a população da cidade de Feira de Santana. Além disso, a fim de abordarmos sobre os elementos *dóxicos* observados nos discursos, podemos perceber que o vereador LO estabelece para si o que ele acredita como elemento fundamental para àqueles que buscam a vida pública, que é o respeito próprio explicitado no enunciado:

> **Enunciado 95**: Eu acredito que para entrar na vida pública, pra começar, a pessoa precisa se respeitar, quem não se respeita não tem lugar na vida pública, se vende em troco de qualquer vantagem, se presta a tudo.

Na sequência, o orador se coloca como defensor da verdade, como àquele que age com justiça, desta forma podemos perceber o apelo para uma *doxa* voltada para a busca de um tratamento adequado àqueles que sofreram algum tipo de injustiça, para o que é correto.

> **Enunciado 96**: [...], aqui não tem dois pesos e duas medidas, errado é errado.
>
> **Enunciado 97**: Então, peço ao povo de Feira de Santana muita atenção em relação a isso, porque se trata de uma estratégia, é a tentativa de desqualificar quem luta, de transformar quem é vítima em algoz e por isso veja como são as coisas.

Desta forma, podemos perceber que o orador apela para uma *doxa* direcionada para o seu conceito de justiça e ao que ele acredita como posicionamento correto para um parlamentar.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, inicialmente, apresentou o contexto sócio-histórico em que se desenvolveu a controvérsia pública da greve dos professores municipais de 2022 a qual resultou na ocupação do prédio da Prefeitura pelos representantes da APLB – Sindicato, assim como no confronto físico violento com a guarda municipal. Em seguida, tratamos sobre discurso político, a partir dos estudos de Dominique Maingueneau; logo após abordamos sobre argumentação, partindo da retórica para a nova retórica, com vistas nos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca; e por fim, discorremos sobre argumentação no discurso, a partir dos apontamentos da pesquisadora Ruth Amossy.

Posteriormente, tendo em vista a relação dos estudos da argumentação com a fala, vista como um lugar social, na qual leva-se em consideração o estatuto do orador, as condições sócio-históricas em que o discurso é proferido, as características do auditório, as opiniões, e as crenças de quem profere o discurso e das pessoas que compartilham do momento em que se toma a palavra, discorremos sobre orador, auditório e *doxa*, o que contribuiu para o entendimento do funcionamento dos esquemas argumentativos nos discursos analisados.

Em relação às análises empreendidas, nos três discursos proferidos pelo Líder da Oposição foi possível perceber que, inicialmente, o vereador apresenta as demandas da educação através das reivindicações da APLB – Sindicato, as quais não estavam sendo atendidas pelo Governo Municipal, por isso, o orador na Sessão Ordinária nº 35/2022 profere um discurso expositivo na tentativa de obter apoio para o sindicato junto ao Poder Executivo. Na sessão nº 36/2022, após a realização da controvérsia pública, o orador demonstra sua indignação acerca do tratamento oferecido aos professores e vereadores que estavam presentes no paço municipal, através de um discurso argumentativo, assim como receia que a mídia apresente posicionamento oposto que desvalorize as ações da categoria em relação à controvérsia pública, por isso, ameaça-os com a desmoralização, através da apresentação de gravações do mencionado acontecimento.

Já na Sessão nº 37/2022, o Líder da Oposição profere um discurso contra-argumentativo cujo objetivo é contrapor todos os argumentos do Líder do Governo, assim como reafirmar a culpa do Prefeito municipal. Em seu discurso, o orador utiliza com frequência argumentos *ad hominem* cujo objetivo é atacar a imagem do Líder do Governo, e em oposição, constrói uma imagem pessoal oposta.

Já o Líder do Governo, atua como porta-voz do Governo municipal, seu objetivo é atacar a imagem da APLB, atribuindo-lhe objetivos diferentes do que seria destinado a um sindicato. Seu discurso argumentativo baseia-se na regra da justiça, apelando constantemente para o lugar da quantidade. Do ponto de vista *dóxico*, pode-se perceber que o Líder do Governo apela para uma *doxa* direcionada ao diálogo, à comunicação e à justiça, assim como à não violência e ao respeito ao próximo. Já o Líder da Oposição se apoia na *doxa* da justiça, do papel instituído ao vereador, da coragem e da verdade. É importante destacar que os oradores apelam para a *doxa* da justiça, a fim de fortalecer seus argumentos, isso porque a justiça tem o poder de decidir quem está correto, e proporcionar a esse a reparação pela injustiça sofrida. No entanto, o conceito de justiça mencionado pelos oradores não é o mesmo, pois cada um apela para uma perspectiva diferente de justiça cujo parâmetro recorre ao pensamento *dóxico* e ao sistema de valores que cada ser humano possui, e a partir dele defendem suas ideias, além disso, estão envolvidos aspectos políticos, posicionamentos partidários, e interesses pessoais.

Dentro desse contexto, é possível compreender que a controvérsia pública aconteceu devido à falta de respostas às demandas dos profissionais da educação, assim como pelas relações já conflituosas que existiam entre o sindicato e o prefeito, assim como entre a oposição e o prefeito. Dessa forma, tendo em vista a presença desses três elementos no paço municipal, adicionado a presença dos guardas municipais, agentes de força física, produziu-se o cenário já conhecido para o confronto. Nesse contexto, em face da violência do ocorrido e das várias notícias que foram publicadas nos meios de comunicação, podemos destacar a relevância do papel da mídia, a qual atua como ator importante na formação do posicionamento da população, influenciando na opinião pública e sendo auditório também de discursos políticos, como já mencionado nesta pesquisa.

É possível perceber o cenário de oposição instalado entre o vereador governista e o vereador da oposição, o qual representa um vislumbre da dicotomia entre a direita e a esquerda em nosso país, ambos tratando sobre um tema de grande relevância, que é a educação. Assim como, representa a luta do professorado por melhores condições de trabalho, a dificuldade de melhorias junto ao poder público, e a atuação do Poder Legislativo, através de seus representantes no alcance das demandas dos seus representados. Do ponto de vista da argumentação, foi possível identificar, através das análises dos discursos, os tipos de argumentos utilizados: como o argumento da justiça, da reciprocidade, e da parte no todo. Os lugares aos quais os oradores recorrem para fortalecer suas teses, quantidade e *ad hominem*; a projeção do *ethos* e o apelo ao *pathos*, elementos que fazem parte da análise do discurso.

## REFERÊNCIAS


ABREU, Antônio Soárez. **A Arte de Argumentar:** Gerenciando Razão e Emoção. 6ª Ed. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2003.

ALARCON, Anderson. O Parlamento Municipal Brasileiro e a Proposta de Emenda à Constituição Federal número 35 – PEC 35. **Revista Ballot** - Rio de Janeiro, V. 1 N. 1, Maio/Agosto, 2015, p. 217-235. Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ballot. Acessado em: 17 jul. 2023.

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Introdução. *In*: ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

ALVES, Marco Antônio Sousa. Balanço crítico da noção de auditório universal de Chaïm Perelman. **Revista Páginas de Filosofia**, São Bernardo do Campo, v. 1, n. 2, p. 61-78, jul/dez 2009.

AMOSSY, Ruth. **A Argumentação no Discurso**. Coordenação da tradução: Eduardo L. Piris e Moisés Olímpio Ferreira. São Paulo: Contexto, 2020.

AMOSSY, Ruth; KOREN, Roselyne. Argumentation et discours politique. **Revue Mots - Les langages du politique**, Lyon, n. 94, p. 13-21, 2010.

AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: LARA, Glaucia Muniz; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander (org). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2008, p. 231 – 254.

ANGENOT, Marc. O racional e o razoável: de Aristóteles a Perelman. In: ANGENOT, Marc; BERNIER, Marc; CÔTE, Marcel. **Renascimentos da Retórica. Perelman hoje.** Coimbra: Grácio Editor, 2021, p. 49-77.

ARISTOTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PIRIS, Eduardo Lopes. Argumentação erística nas interações digitais: uma polêmica médica sobre a cloroquina no Debate 360 da CNN Brasil. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 2289-1333, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.29.4.2289-1333

BAHIA, Câmara Municipal de Feira de Santana. **Regimento Interno**, estabelecido pela Resolução n. 393/2002. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a2/regimento-interno-feira-de-santana-ba-2021-04-07-versao-consolidada. Acessado em: 09 de abril de 2024.

BART, Christian Le. Parler en politique. **Revue Mots - Les langages du politique**, Lyon, n. 94, p. 68-73, 2010.

BRETON, Philippe.; GAUTHIER, G. **História das teorias da argumentação**. Tradução de Maria Carvalho. Lisboa: Editorial Bisâncio, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 2.ed. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Le débat public entre controverse et polémique**: enjeu de vérité, enjeux de pouvouir. Limoges: Lambert-Lucas, 2017.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. *In*: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.

DE MENEZES E SILVA, Christiane Margareth. Acerca do estatuto da *techne* da retórica. *In*. Piris, Eduardo Lopes; Olímpio-Ferreira, Moisés. **Discurso e argumentação em múltiplos enfoques**. Coimbra: Grácio Editora, 2016, p. 43-59.

DE PLÁCIDO E SILVA. Vocabulário jurídico. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, v. III, 1993, p. 220

DITTRICH, Ivo José. Relações de poder na argumentação: A dimensão política do discurso. In: Ferreira e Grácio (Org). **Retórica e Comunicação Multidimensional**. Coimbra.: Grácio Editor, 2017, p. 89 - 104

FIGUEIREDO, Jéssica. O papel do terceiro setor na construção da democracia brasileira: a participação política em resposta à crise democrática na américa latina. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia, MG, n. 1, v. 46, p. 45 – 71, Jan-Jun, 2018.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. 1. Ed. São Paulo, Contexto, 2018.

GODOY, Arilda. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresa**s. São Paulo, v. 35, n.3, p.20-29, 1995.

JORGENSEN, Charlotte. Interpretando o auditório universal de Perelman: Gross versus Crosswhite. Tradução de Paulo Roberto Gonçalves Segundo. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.3, p. 133-141, nov. 2012.

LATOUR, B. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000, disponível em: https://books.google.com.br/books?id=re6Ql_SvhtQC&pg=PA11&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q=controv%C3%A9rsia&f=false

LONGO, Aline Elise Vargas. **A Trajetória do Legislador Municipal e seu Papel na Contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. Le discours politique et son "environnement". **Revue Mots - Les langages du politique**, Lyon, n. 94, p. 85-90, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. Analisando discursos constituintes. **Revista do GELNE**, Ceará, v. 2, n. 2, 2000, tradução Nelson Barros da Costa, p. 1- 12.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores. Curitiba: Criar Edições. 2006.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, 32 (1): 167-183, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2011.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica.** 2ª ed. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIOVEZANI, Carlos. Política midiatizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. *In*: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 49-64.

PIRIS, Eduardo Lopes. O *ethos* e suas noções conexas: Análise do discurso do líder do governo na sessão parlamentar que antecedeu o AI-5. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 61, p. 1 – 17, 2019.

PIRIS, Eduardo Lopes. Elementos para um estudo do *ethos* numa polêmica parlamentar. (mestrado em Letras, área de Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanos da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005, p. 1 – 193.

PIRIS, Eduardo Lopes. A interação entre os argumentos na Nova Retórica: análise de um pronunciamento parlamentar. In: PIRIS, Eduardo Lopes; RODRIGUES, Maria da Graça Soares (org). **Estudos sobre argumentação no Brasil hoje: Modelos Teóricos e Analíticos**. Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2020, p. 71 – 98.

POTTER, J. La representación social de la realidad. Discurso, retórica y construcción social. Barcelona: Paidós, 1996.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, Flávia Regina Guedes. Controvérsias como práticas discursivas: uma abordagem retórica. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 23 – n. 3, p. 557-578, Set./Dez. 2011.

SEIXAS, Rodrigo. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 18, v. 1, p. 122-138, 2019a.

SOUZA, Maria Vitória Martins. A interação na Câmara Municipal de Piripiri - PI: as pistas de contextualização e o uso das estratégias de polidez. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora, v. 26, 2023, p. 96-115.